

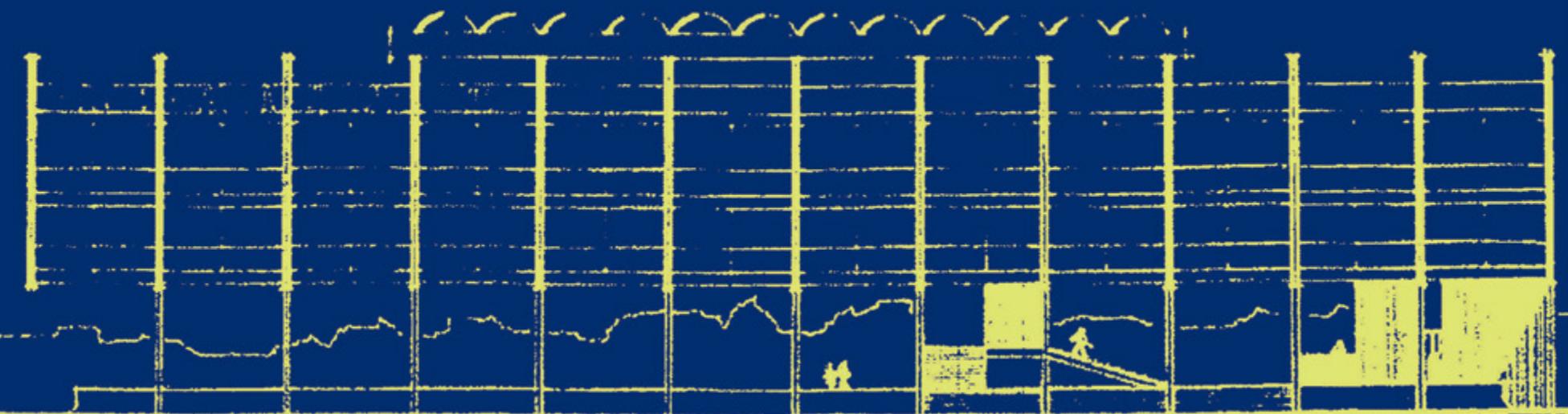
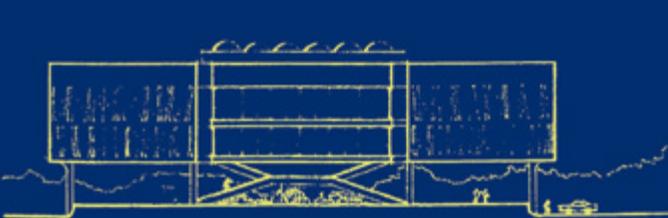
UMA FORMAÇÃO EM CURSO

Esboços da Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA

Cybelle Salvador Miranda

Ronaldo Marques de Carvalho

Dinah Reiko Tutuya



UMA FORMAÇÃO EM CURSO

Esboços da Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

REITOR

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

VICE REITOR

Horacio Schneider

INSTITUTO DE TECNOLOGIA

DIRETOR

Alcebíades Negrão Macêdo

DIRETOR ADJUNTO

Newton Sure Soeiro

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

DIRETOR

Fabiano Homobono Paes de Andrade

VICE DIRETORA

Cybelle Salvador Miranda

CONSELHO EDITORIAL

Professora Drª Jane Felipe Beltrão (IFCH/UFPA)

Professor Doutor Marcio Couto Henrique (IFCH/UFPA)

Professor Doutor Fabiano Homobono Paes de Andrade (ITEC/UFPA)

Todos os direitos reservados aos autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M672f Miranda, Cybelle Salvador.
Uma Formação em curso: esboços da graduação em Arquitetura e Urbanismo /
Cybelle Salvador Miranda. {et.al}. - Belém: UFPa, 2015.
182 p.: il.; 20cm.
ISBN: 978-85-63728-31-9

1.Arquitetura e Urbanismo – Estudo e Ensino. I.Marques de Carvalho, Ronaldo. II.
Tutyia, Dinah Reiko. III.Universidade Federal do Pará. IV Título.

CDD – 720.711

Índice para Catálogo Sistemático:

1. Arquitetura e Urbanismo - Estudo e Ensino - Pará : 720.7118115

UMA FORMAÇÃO EM CURSO

Esboços da Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA

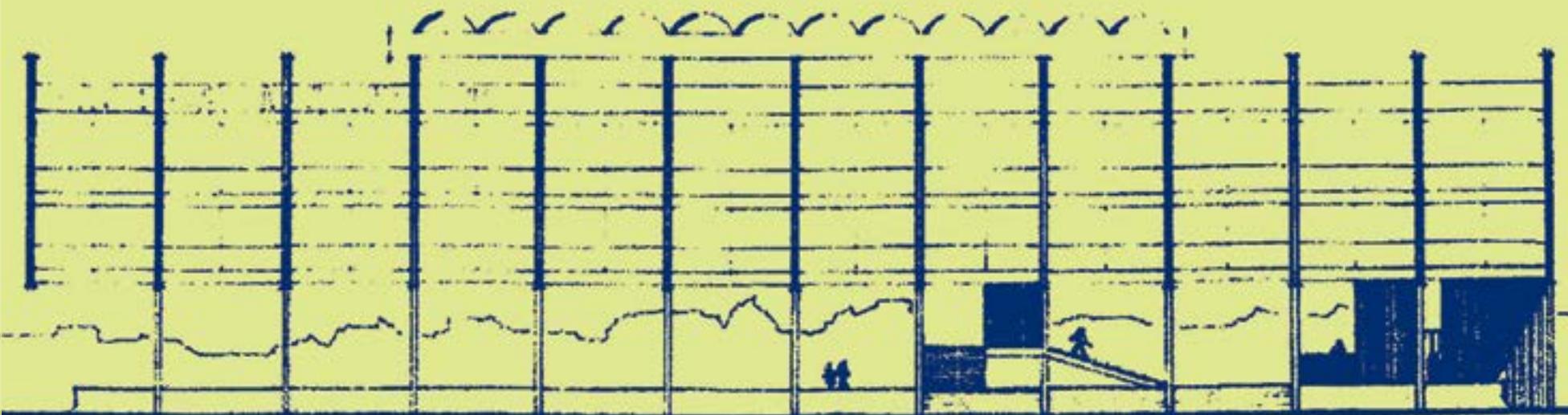
Cybelle Salvador Miranda

Ronaldo Marques de Carvalho

Dinah Reiko Tutya



UFPA
Belém, 2015





APRESENTAÇÃO

O livro *Uma Formação em Curso: esboços da graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA* é uma rica contribuição para a história dos 50 anos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará. São cinco décadas formando profissionais para o estado do Pará e para Amazônia, quando este curso foi criado, havia grandes carências na elaboração de projetos de arquitetura na cidade de Belém e, por extensão, nas demais cidades capitais da região. Durante muitos anos, o Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Pará foi referência para os interessados em toda a região Norte.

A obra identifica, de acordo com os autores, pontos marcantes de uma trajetória de 50 anos de formação de profissionais, seja nos momentos de crise, de crítica, e especialmente da possibilidade de renovação. O olhar e a percepção atenta para o passado possibilitou identificar todo o trajeto de realizações induzido pelas condições materiais e ideológicas de cada época. Na linha do tempo do Curso visualiza-se como se deu a diversidade de ações desenvolvidas por acadêmicos, docentes e técnicos. Um ponto de relevante foi a mudança de estrutura institucional, com a criação dos departamentos pós reforma, dentre os quais o Departamento de Arquitetura, depois de Arquitetura e Urbanismo, até posteriormente tornar-se Faculdade.

A obra está dividida em sete capítulos delineados de forma meticulosa em um primeiro momento apresentando o *Making-of* da pesquisa – os bastidores, o começo, a disposição, o Curso de Arquitetura e o Currículo, no interior das sedes que marcaram época, o valor da ocupação daquele momento, além deste ponto importante, destaca-se a partir do segundo capítulo os mosaicos proporcionados pelas curvas no âmbito da questão estética modernista na arquitetura residencial na cidade de Belém, evidenciando elementos cruciais para a compreensão deste estágio como as origens do Modernismo, o modernismo dos engenheiros, a presença do modernismo fachadista entre os anos 50 e 60. A partir do capítulo 3, apresenta-se a primeira geração do Curso de Arquitetura.

A questão regionalista na arquitetura paraense entre o moderno e o vernáculo, suscitou amplos debates para pensar a Arquitetura no Norte do País com inúmeras repercussões, os arquitetos

mais expoentes: Milton Monte, no Pará e Severiano Mario Porto, no Amazonas, momento de grande intensidade para idealizar a participação efetiva entre a produção de uma arquitetura com peculiaridades mais típicas para o lugar e a apropriação e integração com o meio natural. No calor das ideias estavam em tela paradigmas da arquitetura amazônica – palafita e casita californiana – que influenciaram na produção arquitetônica.

No quinto capítulo, apresenta um espaço importante para pensar a participação do Curso de Curso de Arquitetura da UFPA com relação a Preservação do Patrimônio Arquitetônico paraense, enfatizando as experiências dos primeiros alunos, atividades acadêmicas: pesquisa, extensão e pós-graduação. A produção das primeiras pesquisas sobre Arquitetura no Pará, destacando inicialmente o Eclétismo no século XIX, a Arquitetura pré-moderna do início do século XX, e o começo dos estudos sobre as cidades coloniais na Amazônia, abrindo caminho para investigar a Arquitetura pombalina na Amazônia na segunda metade do século XVIII, recorte histórico selecionado através do Fórum Landi, criado em 2003.

Na esteira dos grandes temas, a obra coloca a inserção no Capítulo 6 – Das Contribuições do Curso de Arquitetura para o Urbanismo Regional, destacando os Desafios do Planejamento da Belém Contemporânea e os Estudos sobre Urbanismo no Curso de Arquitetura. ‘Pensar’ a cidade, inicialmente como objeto de grandes planos nacionais e regionais, até atingir a escala do projeto, do desenho à escala humana. O livro é finalizado com o Capítulo 7 - a Extensão Universitária, descrevendo as ações de Extensão no Brasil e no Pará, estabelecendo, como foram dados os primeiros ensaios para constituição do Escritório Acadêmico de Arquitetura entre os anos 90 a 1ª década do século XXI.

Nos Comentários há uma breve análise sobre a evolução do Curso evidenciando que já nos anos 90, o Curso de Arquitetura integrou projetos importantes, abrindo o leque de aproximação com a sociedade de forma mais permanente, favorecendo a formação dos futuros arquitetos e urbanistas em sua tarefa social. A renovação do corpo docente e a criação de espaços destinados a pesquisa a partir dos anos 2000 foi um grande passo para que ocorresse aprovação do 1º Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Região Norte, em 20__10, curso este que passou a difundir o conhecimento profissional do projeto e a reflexão teórica sobre o edifício e suas interseções com a cidade.

O livro *Uma Formação em Curso: esboços da graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA*, possibilita viajar ao passado, verificar o olhar dos protagonistas sobre

uma história repleta de transformações. É uma honra ter participado de forma efetiva de parte desta história ao longo de 50 anos, me formei no ano de 1988, período de grande efervescência para o Curso de Arquitetura, face a transição política no cenário brasileiro, a intensa participação estudantil no plano local, regional e nacional, aspectos que conferiram à geração dos anos 80 um importante protagonismo na história deste curso, sendo boa parte dos docentes atuais formados neste período. Particularmente, sempre me chamou atenção a origem e formação da Escola de Arquitetura para cidade de Belém, era um tema sempre recorrente nas discussões sobre a contribuição do Curso de Arquitetura para cidade.

O interesse pela origem e formação do Curso de Arquitetura na cidade de Belém era algo tão marcante, que no ano de 1987, em conjunto com mais dois colegas, resolvemos elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso denominado: “Curso de Arquitetura na Universidade Federal do Pará”, descobertas que proporcionaram grandes reflexões, um dos momentos mais marcantes deste trabalho foram os depoimentos de professores fundadores, principalmente da professora Zuila Gonçalves.

O que dizer de 50 anos? Falar dos protagonistas anônimos que ajudaram a construir todo um trajeto em cinco décadas, quando o curso de Arquitetura foi criado na UFPa havia poucos cursos de graduação em Arquitetura no Brasil. As repercussões do Curso de Arquitetura, hoje também contemplando o Urbanismo, foi tão marcante que no meu imaginário, vislumbrava em um futuro próximo criar um curso de Arquitetura no Estado do Amapá, fato que ocorreu em outubro de 2004. Recentemente, este novo curso completou o primeiro ciclo de 10 anos, e do atual quadro docente, sete professores foram formados no Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Pará.

Para idealizar o que significa 50 anos em um livro, nem sempre é possível contemplar tudo o que decorreu em uma história tão diversa, de tantos personagens importantes que contribuíram para difundir o conhecimento técnico, acadêmico, científico e cultural. A própria trajetória do livro demonstra como a construção do Curso de Arquitetura seguiu ciclos, cada um, em uma etapa importante, evidenciando o estágio de amadurecimento do próprio curso.

Estágios que avançaram, da graduação para pós-graduação, contribuindo para formar para o Estado do Pará e para região Norte, estudiosos para o desenvolvimento da pesquisa na área de Arquitetura e Urbanismo. São novos tempos, o produto alcançado contribui com uma variedade expressiva de material científico à disposição da sociedade. Estamos em um outro

momento político do exercício profissional na área de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, pois, desde a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, novos horizontes foram abertos com a finalidade de valorizar amplamente a profissão de arquiteto e urbanista, exigindo outras adequações e ajustes para atender a este novo contexto.

O livro convida a todos a realizarem uma leitura e fazer um recorrido sobre o tempo e a história do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, os docentes, alunos, técnicos, atuais e do passado, que todos possam se sentir contemplados neste enredo.

José Alberto Tostes
Professor Doutor, Curso de Arquitetura e Urbanismo,
Universidade Federal do Amapá- UNIFAP

UM PONTO DE PARTIDA	11
1. MAKING-OF DA PESQUISA - OS BASTIDORES	15
1.1 NO COMEÇO, APENAS A DISPOSIÇÃO	15
1.2 CURSO DE ARQUITETURA E O CURRÍCULO	20
1.3 SOBRE AS SEDES	24
2. DOS MOSAICOS ÀS CURVAS: a estética modernista na arquitetura residencial de Belém	33
2.1 ORIGENS DO MODERNISMO EM BELÉM	33
2.2 O MODERNISMO DOS ENGENHEIROS	38
2.3 O MODERNISMO FACHADISTA NOS ANOS 50 E 60	41
2.4 TRAÇOS MODERNISTAS	43
3. A PRIMEIRA GERAÇÃO DO CURSO DE ARQUITETURA	47
3.1 DOCUMENTO MONUMENTO?	47
3.2 MATIZES ARQUITETÔNICOS NA FORMAÇÃO DO CAUP	51
3.3 APOSTILAS DO CURSO DE ADAPTAÇÃO PROFISSIONAL À ARQUITETURA	62
4. O DEBATE REGIONALISTA NA ARQUITETURA PARAENSE: entre o moderno e o vernáculo	71
4.1 PARA PENSAR A ARQUITETURA NO NORTE	71
4.2 ARQUITETURA REGIONAL: IDÉIAS EM DEBATE	73
4.3 REPERCUSSÕES	82
5. O CURSO DE ARQUITETURA DA UFPA E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO PARAENSE	87
5.1 A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL E NO PARÁ	87
5.2 ESTUDOS SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO NO CURSO DE ARQUITETURA– UFPA	91
5.2.1 Experiências dos primeiros alunos	92
5.2.2 Atividades Acadêmicas: pesquisa, extensão e Pós-graduação	97
5.3 CONTRIBUIÇÕES PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PARAENSE	108
6. CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS DO CURSO DE ARQUITETURA PARA O URBANISMO REGIONAL	111
6.1 OS DESAFIOS DO PLANEJAMENTO DA BELÉM CONTEMPORÂNEA	111
6.2 ESTUDOS SOBRE URBANISMO NO CA	119
7. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	131
7.1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL E NA UFPA	131
7.2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O CURSO DE ARQUITETURA	136
7.2.1 Os primeiros ensaios	136
7.2.2 O Escritório Acadêmico de Arquitetura	144
7.2.3 Dos anos 90 a 1ª década do século XXI	149
COMENTÁRIOS	160
UM CURSO EM FORMAÇÃO	163
REFERÊNCIAS	167
APÊNDICE	177

A. Meira F. Mo citando Leandro Tocantins
que, por sua vez cita Durán in O BI-SÉCULO
PALACIO DE LANDI
2a edição. Belém - 1973 P. 70

Prossegue:

"No seu entusiasmo pela arte inigualável de Landi,
o mesmo cronista, em outro tópico de sua obra sobre
a CIDADE DE SANTA MARIA DE BELÉM DO GRÃO-PARÁ,
assim se expressa. "Se me for permitido usar
linguagem musical para exprimir a arte de Landi,
eu diria que ela é andante vivace. Como o
andante indica uma execução mais rápida que no
adagio, porém mais lenta que no allegro, o
neo paladianismo-rococó do arquiteto
italiano é o meu termo entre as formas
clássicas e o barroco. Algo vivace, caloroso;
VIVO mais bastante comodido

" Leandro Tocantins IN

Santa Maria de Belém do Grão Pará. Fd 4/1963 P. 103

Rio de Janeiro, Brasil

1705 0 4520

UM PONTO DE PARTIDA

Ao longo de quatro anos, desenvolvemos a pesquisa PANORÂMICA DO CURSO DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: DA ESCOLA À FACULDADE, custeada pelo Programa de Apoio ao Doutor Recém-contratado 2009 PROPESP-UFGA/FAPESPA, o qual tornou possível a produção desta obra. A preocupação em registrar a memória fragmentada e individualizada, a fim de torná-la ‘memória institucional’ foi abraçada com ardor pelos discentes que, quando ainda não havia apoio institucional, tornaram-se voluntários na coleta de informações para contar essa história, da qual eles também se tornaram protagonistas.

Longe de almejar a unanimidade, este trabalho representa um ponto de partida, uma ‘pedra fundamental’ na concretização e discussão acerca do ensino da Arquitetura na UFGA, que completa meio século de atividades. Chamou-nos a atenção um excelente relato sobre a Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro denominado “ESDI: biografia de uma ideia”, que expõe reflexão crítica de um dos primeiros professores do Curso pioneiro no ensino do Design no Brasil. Pensamos então: porque não produzir um livro compilando informações e relatos acerca do Curso de Arquitetura da UFGA, pioneiro na Região Norte do Brasil?

O processo de construção da pesquisa, delineado no capítulo introdutório, revela ‘por dentro’ as agruras e os sucessos resultantes. Cada capítulo foi desenvolvido com base em um tema, dentre os que foram percebidos como prioritários ao longo da história do Curso. Alguns capítulos tiveram sua versão preliminar em forma de relatórios de iniciação científica, sendo posteriormente aprofundados para tornarem-se capítulos autossuficientes, que, contudo, se engajam em um corpo coeso, que reflete as linhas fortes de atuação do curso.

A coleta das informações foi baseada no método qualitativo, tendo as ciências sociais como guia, em especial a Antropologia, possibilitando a recolha de documentos escritos, orais, imagens fotográficas antigas e atuais, sempre em sintonia com o estado-da-arte de cada sub-área do conhecimento debatida. Assim, destacou-se o estudo da chamada ‘arquitetura dos engenheiros’, que caracterizou a produção de edificações em Belém antes da existência do Curso, cujos protagonistas foram determinantes para a fundação de um Curso de formação

de Arquitetos – nomeadamente Camillo Porto de Oliveira, que é tido por muitos como o personagem-chave. O Modernismo como linguagem arquitetônica foi a base da formação dos primeiros mestres e alunos, os quais, alguns anos mais tarde, passam a reivindicar a produção de uma arquitetura mais adequada ao contexto regional – movimento que integra uma das vertentes de contestação ao chamado ‘estilo internacional’. Nos anos 80, professores e egressos do Curso destacam-se na produção de obras que ganham destaque nacional e internacional e que podem ser vistas na paisagem da nossa Cidade Universitária.

Inicialmente o Curso voltou-se prioritariamente para o planejamento de edificações, sendo que a temática urbana, existente desde o princípio, tomou corpo nos anos 90 quando o Curso passou a denominar-se Arquitetura e Urbanismo, como os demais no Brasil. Numa postura pioneira, o Curso de Arquitetura destaca-se também no estudo quanto a proteção do patrimônio arquitetônico e artístico, sendo o primeiro a incorporar em seu currículo disciplinas da área de preservação e restauração do patrimônio. Urbanismo e preservação do patrimônio tornam-se, também, eixos da produção extensionista do curso, bastante evidente nos anos 70 e 80 do século passado, e que passa por vezes despercebida, em críticas a falta de “inserção social” da Arquitetura.

O primeiro capítulo aborda o *Making-of da pesquisa – os bastidores*, relatando o processo de construção do projeto, as produções realizadas, bem como comentários sobre o currículo e a trajetória das sedes do Curso. A seguir, o capítulo 2 trata da assimilação da arquitetura moderna em Belém, antes da formação do Curso de Arquitetura, feita majoritariamente por engenheiros, os quais participaram do Curso de Adaptação em 1964, juntamente com alunos egressos do Curso secundário, conforme se discute em “A primeira geração do Curso de Arquitetura”.

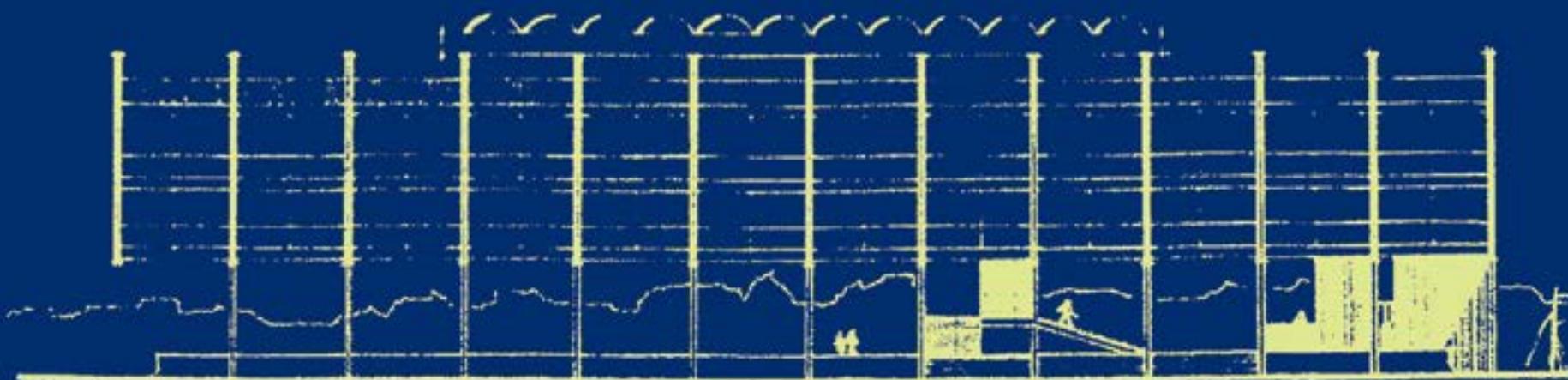
“O debate regionalista na arquitetura paraense: entre o moderno e o vernáculo” aponta para o desejo de firmar uma identidade profissional e local, em consonância com o debate internacional vigente, considerando o regionalismo uma vertente do polêmico conceito de ‘Pós-modernismo’. Concomitantemente, duas especificidades tomaram corpo no ensino e na pesquisa no Curso de Arquitetura: a questão da História da Arquitetura engajada a preservação do patrimônio edificado e o Urbanismo como maneira de pensar e intervir no espaço construído da cidade. Os capítulos 5 e 6 propõe-se a evidenciar as contribuições do Curso para o tema da preservação do patrimônio e para a concepção urbana das cidades amazônicas. Por fim o capítulo 7 dedica-se a Extensão em Arquitetura, demonstrando participação efetiva neste setor, com início em atividades realizadas no interior do Estado nos anos 70, espaço importante de prática profissional discente e de estreitamento e visibilidade da produção acadêmica em Arquitetura e Urbanismo à sociedade.

Portanto, a publicação desta obra mostra-se de sumo interesse a comunidade acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo, recuperando também uma parte da história da UFPA, e servindo de paradigma para a história da Arquitetura e de seu ensino no Brasil.

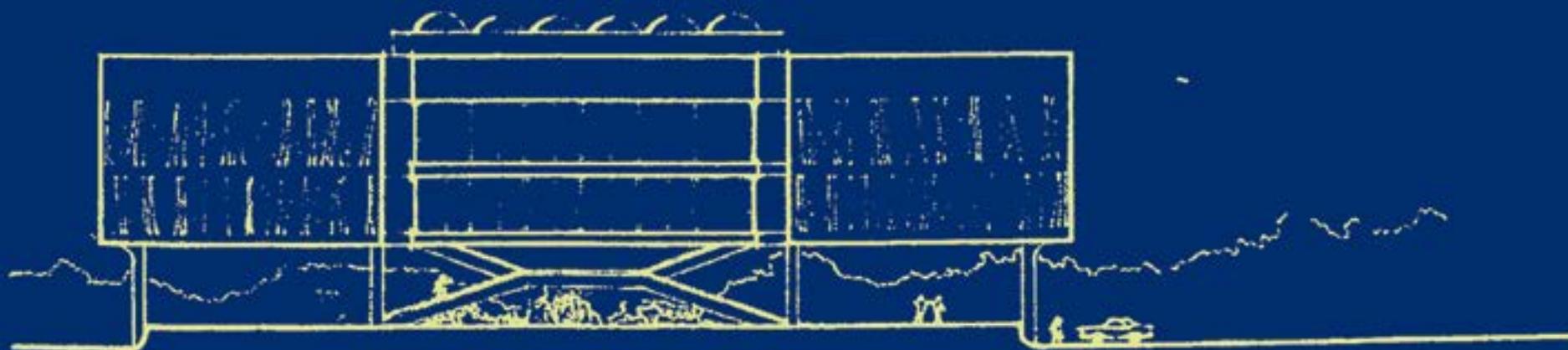
Gostaríamos de agradecer a todos que contribuíram para a elaboração desta pesquisa, especialmente aos bolsistas e voluntários que abraçaram a missão de levantar documentos escritos e orais imprescindíveis a formação de um Banco de Dados para o Curso de Arquitetura e Urbanismo: discentes voluntários Brena Tavares Bessa, Cláudia Bittencourt, Luana Sawada, Meg Watrin, Mônica Soares Ferreira, Salma Nogueira Ribeiro, Tainá Chermont Arruda, Tainá Parente e Yuri de Alcântara Pinto Rebello, e bolsistas Lilyan Regina Galvão da Silva (PIBIC/AF/UFPA), Laura Caroline de Carvalho da Costa (PIBIC/FAPESPA), Nayara Sales Barros (PIBIC/FAPESPA). Ao Mestre Hélio Oliveira Veríssimo e a Sr^a Elza de Nazareth Lobo Soares, detentora do Acervo do Professor Roberto de La Rocque Soares, pela inestimável colaboração na cessão de documentos importantes para narrar a trajetória do Curso de Arquitetura. Aos funcionários técnico-administrativos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eduardo Taschio Maruoka (*in memorian*), Eulália Freitas do Carmo, Ivo Gaia, Marina das Graças Matos Farias, Moacir Souza Lima Jr. e Walmira Lima Rodrigues pelo apoio na obtenção de documentos e em todos os momentos necessários. Menção especial ao Professor Haroldo Baleixe da Costa, pelo incessante resgate de documentos, nos recônditos baús da ‘memória institucional’ e ao professor Marcio Couto Henrique, do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia – UFPA, por sua leitura atenta e instigante da versão final desta publicação, contribuindo para refinar a análise histórica.

Nossa reverência aos professores Hélio Oliveira Veríssimo, Manoel José Maia da Costa, Milton José Pinheiro Monte, Antonio Paul de Albuquerque (*in memorian*), Alberto Emaús dos Santos, Paulo Sérgio Cal, Paulo Chaves Fernandez, Jaime Bibas, Carmen Lúcia Valério Cal, Cicerino Cabral do Nascimento, Fabiano Homobono Paes de Andrade, Ronaldo Marques de Carvalho, João Pinto de Castro Filho, Flávio Augusto Sidrim Nassar, Elna Maria Andersen Trindade, José Akel Fares, Stelio Saldanha Santa Rosa, Rosa Maria Chaves da Cunha e Souza, José Maria Coelho Bassalo, José Julio Ferreira Lima, Ana Cláudia Duarte Cardoso, Terezinha Lisieux de Miranda, e aos arquitetos Eduardo Taschio Maruoka (*in memorian*), e Maria Beatriz Maneschy Faria pelas entrevistas concedidas.

Por fim, esta edição não teria sido possível sem o apoio do Professor Edson Ortiz de Matos, Pró-reitor de Administração da UFPA, sempre solícito e atento as demandas dos docentes. A ele, nossos agradecimentos.



elevação frontal



elevação lateral

1. MAKING-OF DA PESQUISA - OS BASTIDORES

1.1 NO COMEÇO, APENAS A DISPOSIÇÃO

A pesquisa sobre a História do Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Pará iniciou-se no ano de 2008, quando foi instituída, em Reunião da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), uma Comissão composta por professores do Curso e pelo Jornalista Oswaldo Coimbra, que fora responsável pela organização do Livro sobre o Instituto de Tecnologia da UFPA. A proposta foi idealizada pelo professor Ronaldo Marques de Carvalho, o qual tinha como meta a publicação de um livro que servisse para sistematizar e divulgar informações sobre fatos e feitos do Curso, de modo que os novos membros da Faculdade tivessem uma noção do que fora feito ao longo dos 48 anos de formação de Arquitetos e urbanistas no Pará pela UFPA.

A princípio, não havia recursos materiais para começar os trabalhos, porém foi formalizado um Projeto de Pesquisa, encaminhado à Pro-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UFPA (PROPESP), de modo a garantir carga horária aos professores participantes. Optou-se então, por sugestão de Oswaldo Coimbra, pela realização de oficinas a um grupo de discentes voluntários: houve divulgação da seleção de voluntários para a pesquisa, realizada no dia 13 de março de 2009, quando 18 alunos realizaram uma pequena redação sobre o tema “Qual a importância de escrever a história do Curso de Arquitetura da UFPA?” Foram selecionados os estudantes: Lilyan Galvão da Silva, Luana Sawada, Meg Watrin, Mônica Soares Ferreira, Nayara Sales Barros, Priscila Santos da Silva, Salma Nogueira Ribeiro, Tainá Chermont Arruda, Tiago Nunes do Carmo e Yuri de Alcântara Pinto Rebello. A primeira reunião realizada com os voluntários ocorreu no dia 27 de março de 2009, no Auditório da FAU. A Oficina de capacitação metodológica, ministrada pela Professora Cybelle Miranda e pelo jornalista Oswaldo Coimbra, ocorreu entre 3 de abril de 2009 e 5 de junho de 2009, abordando temas referentes à preparação para a pesquisa bibliográfica e de campo, bem como a produção textual¹.

¹ No início do projeto houve a desistência dos discentes Priscila Santos da Silva e Tiago Nunes do Carmo, sendo substituídos por Cláudia Bittencourt e Tainá Parente.

Nos textos elaborados para a seleção, pode-se notar a preocupação com a construção do “futuro” da Arquitetura paraense através do registro de sua trajetória, garantindo o ‘valorizar’ e ‘tornar mais visível’ o que foi produzido. Segundo Tainá Arruda “Conhecer os professores e estudantes que passaram pelo curso de arquitetura, as influências que deixaram, além de valorizar os seus estudos e trabalhos, dará mais incentivo aos alunos que estarão cursando e para as pessoas que não são deste meio maior conhecimento do que é ser arquiteto.”

A carência de reflexão e divulgação da produção da escola gera questionamentos nos discentes: “Essa universidade já formou inúmeros arquitetos que levam, na mente, todo aprendizado para o Brasil e para o mundo. Anualmente, são realizados encontros de estudantes de arquitetura. Os alunos da região Norte sempre estão em menor número. Por que esse desinteresse? No caso dos alunos paraenses, há uma falta de conhecimento da história do próprio curso e da arquitetura local. A criação deste livro traz a curiosidade dos alunos e a busca pelo conhecimento da arquitetura local.” O que se segue no texto de Yuri Rebelo é quase um manifesto, que conclama os novos arquitetos a buscar inspirações “endógenas” nos tempos áureos da capital paraense, ao invés de priorizar a imitação dos projetos publicados no Sul e Sudeste. O envolvimento discente com a proposta foi sem dúvida fator que impulsionou a busca e organização dos dados primários.

Durante as primeiras reuniões do grupo composto pela coordenadora, por Oswaldo Coimbra e pelos professores Ronaldo Marques de Carvalho e Haroldo Baleixe da Costa foram definidos os temas a serem estudados, tendo sido selecionados os seguintes:

- a) Os fundadores (a gênese do Curso)
- b) Arquitetura regional
- c) Patrimônio Histórico
- d) Escritório modelo/extensão
- e) Urbanismo

O trabalho com os voluntários, desenvolvido em 2009, iniciou com a Pesquisa em Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) pertencentes ao Acervo da Biblioteca José Sidrim, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: duas voluntárias realizaram anotações de uma amostra de três TCC’s por ano de Conclusão, sendo as mesmas sistematizadas segundo critérios estabelecidos, em ficha elaborada para este fim, na qual se destacam os professores orientadores, os temas preferidos em cada período bem como as mudanças no formato dos trabalhos. Os discentes

também realizaram entrevistas com professores e arquitetos, dentre os quais constaram Euler Santos Arruda, Fabiano Homobono Paes de Andrade, João Pinto de Castro Filho e José Julio Ferreira Lima, as quais se tornaram exercícios de coleta de campo e transcrição.

Foram obtidos dados sobre o tema ‘Os fundadores’, por meio de entrevistas realizadas pelos professores Cybelle Miranda, Ronaldo Marques de Carvalho e Haroldo Baleixe, com os professores Hélio Veríssimo, Milton Monte, Maia da Costa, Alberto Emaús dos Santos, Paul Albuquerque, Paulo Chaves, Jaime Bibas e Paulo Cal. Com os entrevistados foram coletados materiais documentais escritos e iconografias, as quais foram digitalizadas para integrar o acervo documental do Curso de Arquitetura e Urbanismo, dentre os quais se destaca as apostilas e trabalhos referentes à primeira turma do Curso de Arquitetura, doados pela viúva do Professor Roberto de La Rocque Soares.

No período de agosto de 2009 a março de 2010, os discentes voluntários realizaram pesquisa em documentos do Curso, tais como Atas de Reuniões de Colegiado, bem como Atas de Reuniões do Departamento de Desenho e Arquitetura, depois Departamento de Arquitetura e finalmente Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Coletaram informações em pastas funcionais de professores aposentados e falecidos, como meio de reconstituir trajetórias administrativas bem como a produção acadêmica dos docentes. Entre março e maio de 2010, foram sistematizadas informações através da elaboração de quadros comparativos, fichas, e elaborado artigo para Congresso.

O projeto passou a contar com uma bolsista de Iniciação Científica do Programa Ações Afirmativas (PROPESP/UFPA), cujas atividades iniciaram em setembro de 2009. A bolsista Lilyan Galvão desenvolveu o Plano de Trabalho “Contribuições acadêmicas para a Arquitetura regional – a Especialização em Arquitetura nos Trópicos”. Este plano subsidiou a produção de textos sobre o tema Arquitetura Regional, dentre os quais o pôster *Contribuições acadêmicas para a Arquitetura ‘Regional’ paraense* apresentado no 19º Congresso Brasileiro de Arquitetos, o artigo *Contribuições acadêmicas para a arquitetura regional – a especialização em arquitetura nos trópicos*, apresentado no VIII Colóquio luso-brasileiro de História da Arte.

Em dezembro de 2009, o projeto passou a receber financiamento ao ser selecionado no Programa de Apoio ao Doutor Recém-contratado (PADRC) da UFPA, com recursos de custeio e capital liberados pela CAPES no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), bem como 1 bolsa de Iniciação Científica com recursos da FAPESPA² para o período de 24 meses, iniciada em agosto

² Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Pará, hoje Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa.

de 2010. O apoio foi liberado paulatinamente, sendo responsável por parte dos equipamentos hoje disponíveis no Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO), fundado em 2009, onde se sediou a pesquisa.

O apoio discente foi decisivo, merecendo referência a participação voluntária das discentes Laura Caroline de Carvalho da Costa, na sistematização de dados, Tainá Parente, atuante na organização da Ficha de análise de TCC e Monografias, bem como realizando a primeira versão de análise das Apostilas do Curso de Adaptação, cujo aprofundamento foi realizado pela discente Brena Tavares Bessa, no primeiro semestre de 2011. No período 2010/2011, contamos com duas bolsistas vinculadas ao projeto: Lilyan Galvão, com apoio da bolsa do Programa Ações Afirmativas (PROPEP/UFPA) desenvolveu o Plano de Trabalho “Contribuições acadêmicas do Curso de Arquitetura da UFPA para o Urbanismo Regional”, que resultou na elaboração de um artigo científico apresentado no Seminário de Iniciação Científica da UFPA, enquanto a discente Nayara Sales Barros estudou “A influência do curso de Arquitetura da UFPA na Preservação e Restauração do Patrimônio Arquitetônico Paraense”, com apoio da bolsa FAPESPA/PADRC.

A bolsista Nayara elaborou artigo intitulado “A história de Belém através do estudo do Patrimônio Arquitetônico identificado nos TCC’s da FAU-UFPA” para participação na categoria Apresentação de Slides do VIII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte - II Reunião Internacional do Fórum Landi, realizado em abril de 2011, no Centro de Convenções da UFPA. Realizou-se Pesquisa sobre a vida e obra de alguns dos antigos professores da FAU-UFPA que participaram da criação do curso e de sua evolução, os quais foram homenageados ao denominar ambientes do prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA. A partir desse estudo foram produzidos textos publicados no blog da FAU-UFPA, podendo ser acessados através do link <http://fauufpa.wordpress.com>.

A bolsista Nayara e a mestrande em Arquitetura e Urbanismo Dinah Tutya (Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU/UFPA) realizaram trabalho de campo com a visita ao Fórum Landi para coleta de informações relacionadas aos trabalhos desenvolvidos por este e pelo Escritório Modelo de Arquitetura. As informações coletadas subsidiaram o Plano de trabalho sobre Patrimônio, bem como o tema da Extensão universitária. Dinah realizou entrevistas com arquitetos e outros profissionais que participaram da extensão universitária em suas várias fases, coletando iconografia de projetos, impressões orais, fotografias, de modo a fornecer um panorama da participação do Curso de Arquitetura nesta missão da UFPA.

O Plano de Trabalho “Organização dos dados primários em Banco de Dados referente à História do Curso de Arquitetura da UFPA” foi desenvolvido por Laura Caroline de Carvalho da Costa, bolsista FAPESPA/PADRC 2011/2012. O objetivo deste foi organizar o Banco de Dados recolhido durante a pesquisa, a fim de integrar um CD a ser doado ao acervo da Biblioteca do Curso de Arquitetura da UFPA. Os dados primários, bem como os Quadros sistematizados serão certamente um bom ponto de partida aos pesquisadores que venham a aprofundar temas referentes ao Curso de Arquitetura.

A obtenção de informações cronológicas foi bastante prejudicada pela ausência de um arquivo com documentos selecionados sobre o curso. Para descrever datas e nomes, contou-se com o incompleto acervo de Atas de Reuniões de Departamento e Colegiado disponíveis na Secretaria da Faculdade, bem como com as pastas existentes de alguns professores aposentados, que permitiram reconstituir debilmente as atividades desenvolvidas ao longo de mais de quatro décadas. Para o esboço de quadro dos Chefes de Departamento e Coordenadores de Curso, foram utilizadas informações presentes nas Atas, que ao serem comparadas com os dados constantes no arquivo da Pró-reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal (PROGEP) muitas vezes não coincidiam em datas e nomes. As atas de Reuniões Departamentais e de Faculdade foram pesquisadas desde abril de 1974 até dezembro de 2009, não tendo sido encontradas atas anteriores a esta data. Sabe-se que muitos documentos referentes ao Curso de Arquitetura, que funcionou em várias sedes, estão ‘perdidos’ no acervo depositado no Instituto de Tecnologia, ao qual não foi possível ter acesso pela ausência de uma separação preliminar dos documentos, bem como pelas más condições de conservação. Permanecem, portanto, desafios aos pesquisadores que futuramente desejem debruçar-se sobre o tema.

O modo sucinto como as informações foram descritas nas Atas, aliadas a notícias de Jornal, são fragmentos que suscitam inferências acerca da trajetória física e acadêmica do curso, cumprindo achar os ‘elos’ e contextos que cercam cada ação a fim de elaborar um relato histórico compreensível. Entendidos na relação memória-esquecimento, os acontecimentos e dissensões presentes no decorrer da formação desta sub-unidade acadêmica foram por muito tempo apagados da memória presente, em virtude da abrupta renovação que esta sofreu em seu corpo docente, de modo que tudo que fora produzido nas décadas anteriores é evocado fragmentariamente, com pouca segurança nas referências a datas e protagonistas. Informações estas que puderam ser encontradas nos documentos oficiais, como os que são elencados na Linha do Tempo em Apêndice.

1.2 CURSO DE ARQUITETURA E O CURRÍCULO

Até os anos 50 do século XX, o Brasil possuía apenas seis Universidades que agregaram antigas faculdades isoladas. A UFPA foi criada em 1957, englobando as Faculdades de Direito (1902), Medicina (1919), Engenharia (1931), Odontologia (1940); Farmácia (1941), Filosofia, Ciências e Letras (1948), Ciências Econômicas, contábeis e atuárias (1948)(FONTES, 2007). Em 1964, quando o Curso de arquitetura foi criado, Belém era a oitava cidade brasileira em população, com 400 mil habitantes. Engenheiros e leigos faziam a arquitetura na cidade, apropriando-se do repertório modernista, criando uma arquitetura de fachada, muitas vezes aplicada a edificações de partido neoclássico (Raio-que-o-parta).

Belém passa a ser interligada ao centro-sul do país pela Rodovia Belém-Brasília, reforçando seu papel de pólo da região. Desordem urbana, falta de profissionais de arquitetura e urbanismo, política desenvolvimentista de JK, criando os primeiros conjuntos habitacionais foram fatores que contribuíram para gerar a motivação a criação do Curso em Belém. O prestígio adquirido pelos arquitetos modernistas construtores de Brasília deu visibilidade à profissão.

O Curso de adaptação profissional de Arquitetura incluía disciplinas como Introdução à Arquitetura, Desenho e Plástica, Prática de Projetos, Teoria da Arquitetura e do Planejamento, História da Arte e da Arquitetura, Evolução urbana, Sociologia, Composição Arquitetônica. O Curso regular de Arquitetura em seu início era composto pelos Ciclos Básico, com dois anos de duração e pelo Ciclo de Formação, composto de três anos. A Estrutura do Curso era dividida em Departamentos, sendo as disciplinas vinculadas a estes. O regime de matrícula era anual, sendo cursadas no 1º ano as disciplinas: História da Arquitetura e da Arte I; Estudos Sociais e Econômicos I (Psicologia); Desenho e Plástica; Geometria Descritiva; Materiais de Construção; Cálculo e Geometria Analítica; Mecânica Racional e Grafostática; Resistência dos Materiais e Estabilidade das construções.

Durante o 2º ano, detecta-se o contato com questões urbanas nas disciplinas Estudos Sociais e Econômicos II (Sociologia); Higiene Geral, da Habitação e Saneamento das cidades. No Ciclo de Formação, o 3º ano continha Planejamento I, Topografia e Legislação, o 4º ano Planejamento II e o 5º ano continha Planejamento III. Não tivemos acesso a ementa das disciplinas, porém através de relatos de ex-alunos, pode-se concluir que questões urbanas eram diluídas nas disciplinas de Planejamento, sendo o Planejamento III voltado para intervenções

urbanas, considerado como o trabalho final, uma vez que neste momento ainda não existia o Trabalho de Conclusão de Curso no formato técnico-científico.

Nos anos 70, havia atividades de integração de conhecimentos durante uma semana de cada mês, quando os professores das demais disciplinas se reuniam aos de Prática de Projetos e, em conjunto com os estudantes, discutiam as implicações que envolvem o ato de projetar, como: pesquisa urbana, problemas sociais, legislação, ética profissional, entre outras.

Havia uma visão socializada do projeto, não se concebendo de forma solta no espaço, pois não se concebia o chamado vazio urbano. Este aspecto sistemático e integrado ajudava o estudante a compreender a arquitetura como um produto de diversas etapas e implicações e não como objeto inerte.³

O Curso da UFPA apresentou quatro currículos plenos: o Currículo de 1964 baseava-se no currículo mínimo de 1962. A seguir, houve alteração da grade curricular em 1971, com base no currículo mínimo de 1969, quando o Curso passou a contar com 3.703 hs, sendo o regime de créditos semestral. O primeiro ciclo acompanhava os demais cursos da área de Ciências Exatas e Naturais, ocorrendo dificuldade em integrar os conhecimentos do ciclo básico com os da formação profissional. Foram incluídas as seguintes disciplinas de caráter urbano: Estatística, Planejamento Urbano, Evolução Urbana, Instalações e Equipamentos I e II (obrigatórias) e Desenvolvimento da Comunidade, Planejamento Regional, Foto-interpretação e Conforto Ambiental (optativas).

Na reunião Departamental de 11 de agosto de 1977, o professor Antonio Paul de Albuquerque propôs a alteração da denominação da sub-unidade de Departamento de Arquitetura para Departamento de Arquitetura e Urbanismo, considerando que a maioria das escolas de Arquitetura assim são denominadas, bem como a inclusão no currículo do Curso da disciplina Planejamento Urbano. Tal proposta foi aceita pelos presentes na reunião, contudo, a alteração só veio a se efetivar muito mais tarde, em 1992. Nesta reunião decidiu-se também que as disciplinas: Planejamento urbano e Planejamento regional se fundissem e fossem oferecidas como Planejamento Urbano e Regional I e Planejamento Urbano e Regional II; História da Arte e História da Arquitetura fossem oferecidas como História da Arte e da Arquitetura I

³ Depoimento da Profª Zuíla Gonçalves, ex-coordenadora do Curso de Arquitetura, à equipe TOSTES, José Alberto; RAMOS, Ronaldo; MATOS, Edvaldo. Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Pará. Belém, 1988. 117 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura). Centro Tecnológico. Universidade Federal do Pará. 1988., em abril de 1988.

e História da Arte e da Arquitetura II e Planejamento paisagístico e Introdução à Ecologia fossem incluídos no Currículo pleno de Arquitetura.

Em 29 de setembro de 1978, há apreciação do Plano Departamental para o próximo semestre, com espaço físico indicando o Campus Universitário. Em abril de 1979, registra-se que a reunião foi realizada na Sala de Reuniões do Centro Tecnológico.

Com relação ao Exame seletivo ao Curso de Arquitetura, na reunião de 20 de maio de 1980 trata-se do exame de pré-qualificação para Arquitetura, o qual foi suprimido pela Comissão Permanente de Vestibular (COPERVES) para o vestibular seguinte. Este consistia em provas de habilidade em desenho técnico e a mão livre. Procedeu-se, então, uma votação para que o Departamento repudiasse a decisão da COPERVES através do Centro Tecnológico, tendo a maioria dos presentes votados a favor. Contudo, em reuniões posteriores, houve tentativa de retorno do Exame, a qual não se efetivou.

Já em 1977, houve nova alteração no currículo, com acréscimo de carga horária para 3.915 hs, sendo a principal alteração a inclusão de Conforto Ambiental como disciplina obrigatória. Em reunião de Colegiado em 19 de novembro de 1982 foi aprovada a obrigatoriedade da elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso, de livre escolha do aluno, a ser realizado em equipe; na mesma sessão foram criadas as disciplinas optativas Planejamento Paisagístico e Introdução à Ecologia.

A partir de 1982, o Departamento de Arquitetura estabeleceu um programa de trabalho com o apoio financeiro e institucional do SESU/MEC, contando com a orientação de professores como Edgar Graeff, e dos arquitetos João Filgueiras Lima, Fernando Rabelo, Marcio Villas Boas, entre outros, a fim de discutir o currículo vigente em arquitetura. As questões foram debatidas por grupos de professores vinculados às disciplinas do Curso, bem como foi realizado um seminário, em julho de 1984, do qual participaram professores de várias escolas do país. Em reunião departamental de 21 de março de 1990 definiu-se que a partir do 1º semestre de 1990, o TCC deveria ser tratado como aula efetiva e que a elaboração dos trabalhos deverá ser feita em dois semestres, com equipes limitadas a três participantes, sendo os trabalhos expostos pelos alunos. Tais normas deveriam ser encaminhadas ao Colegiado do Curso como sugestões para serem apreciadas.

Em 1º de outubro de 1991 foi apresentada aos professores a grade curricular do Currículo Novo do Curso e as disciplinas a serem ofertadas no 2º semestre de 1991. Em reunião de 5 de maio de 1992 foi aprovada a mudança de nome do Departamento de Arquitetura para Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU).

A primeira mudança significativa no currículo do curso ocorreu em 1992, quando tramitavam no Ministério da Educação (MEC) as diretrizes curriculares para o curso de Arquitetura e Urbanismo (Portaria No. 1.770 - MEC, de 21/12/1994). Nesta oportunidade incorporou-se o sistema de blocos, e conteúdos novos e mais detalhados, contando com 4.680 hs. No aspecto do ambiente urbano, foi alterada a grade e o conteúdo das disciplinas de Planejamento Arquitetônico, que passaram a denominar-se Projeto I a IX, com total de 1.020 hs, contra as anteriores 810 hs, sendo incluídos conteúdos mais detalhados referentes ao parcelamento e desenho urbano. A nova matriz curricular reflete um significativo incremento nas preocupações urbanísticas, através das disciplinas de Teoria e Análise Regional e Urbana I e II, Paisagismo e Ecologia urbana.

Deste modo, houve um paulatino aprofundamento no estudo das questões urbanas, que se consolidou na última reformulação curricular. Porém, é nos TCCs que se pode visualizar com mais clareza o crescente interesse pelo urbano, bem como a mudança de paradigmas de pesquisa e projeto.

A estrutura curricular em vigor a partir de 1996 baseia-se nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo definidas no fim do ano de 1994 pelo Ministério da Educação na forma da Portaria nº 1.770 (dez/94), que fixou as determinações aplicáveis obrigatoriamente a partir de 1996. Esta adaptação curricular veio consolidar as modificações que já vinham em andamento desde 1991. Além de elencar áreas de conhecimento ligadas à formação do arquiteto e urbanista - teoria e história, tecnologia e projeto - anteriormente contempladas, as diretrizes curriculares incluem recomendações e exigências adicionais e fixam a carga horária mínima de 3.600 horas, com o objetivo de estabelecer os chamados “padrões mínimos de qualidade”. Tais padrões de qualidade dizem respeito à qualificação do corpo docente, acervo bibliográfico e infra-estrutura física e laboratorial.

No que diz respeito ao conteúdo, as diretrizes curriculares fixam os dois núcleos de conhecimento que agregam conteúdos curriculares pertinentes ao curso: Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação, Núcleos de Conhecimentos Profissionais, mais um Trabalho de Curso, assim constituídas, e para os quais é recomendada a interpenetrabilidade:

- Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação: Estética e História das Artes; Estudos Sócio Econômicos, Estudos Ambientais; Desenho e Meios de Representação e Expressão.

- Núcleo de Conhecimentos Profissionais: Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo; Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo; Planejamento Urbano e Regional; Tecnologia da Construção; Sistemas Estruturais; Conforto Ambiental; Técnicas Retrospectivas; Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo e Topografia.
- Trabalho de Curso: diz respeito a um trabalho individual, de livre escolha do aluno, relacionado com as atribuições profissionais, a ser realizado ao final do curso e após a integralização das atividades curriculares. Este Trabalho será desenvolvido com o apoio de professor orientador escolhido pelo estudante entre os professores arquitetos e urbanistas do curso e submetido a uma banca de avaliação, com participação externa à instituição à qual o estudante e o orientador pertencam.

Em 3 de fevereiro de 2006 foi publicada no Diário Oficial da União, a Resolução nº. 6, da Câmara de Educação Superior do Ministério da Educação, instituindo as diretrizes curriculares nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, ratificando o que fora proposto nas diretrizes de 1994. O Curso deve promover a aquisição de habilidades e competências, que, via de regra, exigem uma formação multidisciplinar para o profissional arquiteto, urbanista e paisagista, bastante pertinente à realidade da região Amazônica, crescentemente urbana, porém com cidades jovens.

1.3 SOBRE AS SEDES

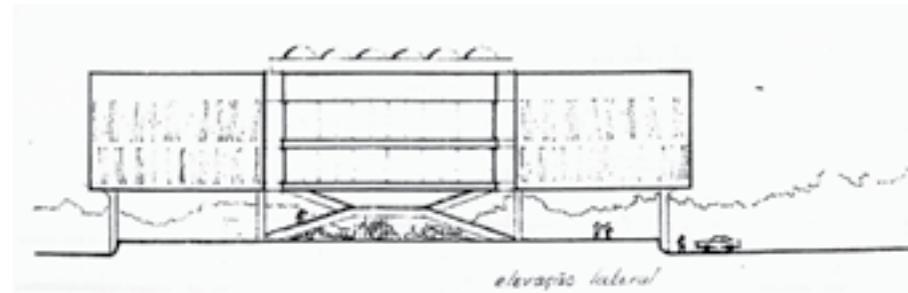
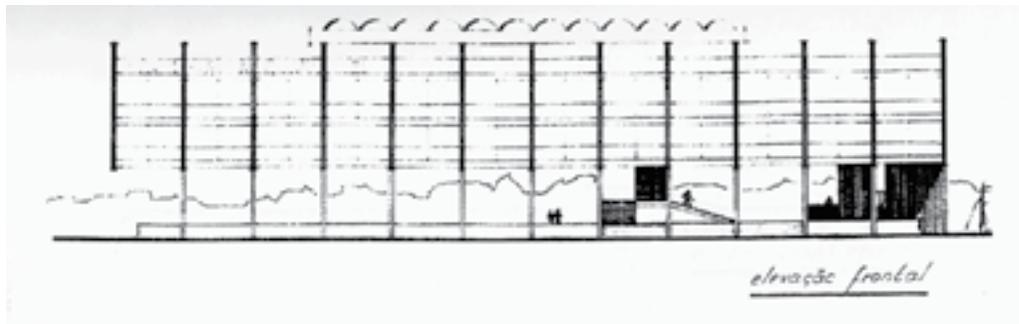
Quanto às instalações, a primeira sede do Curso foi o Chalé de ferro que pertencera ao Senador Álvaro Adolpho, situado então na Avenida Almirante Barroso nº 152 (Figura 1), permanecendo o curso na edificação até 1970. Sabe-se que a Resolução nº 9 de 24 de março de 1964 abre crédito de três milhões e cem mil cruzeiros para a adaptação no prédio sede do Curso de Arquitetura, o então Chalé de Ferro. Houve outro fornecimento de recursos em abril de 1965 (Resolução nº 3 de 27 de abril de 1965), destinado as despesas de construção das salas de aula e acréscimos das atuais instalações do Curso de Arquitetura. Os recursos foram utilizados, provavelmente, para a construção de uma edificação em madeira nos fundos do terreno, que abrigava as salas de aula de desenho, conforme relatos de professores da época.



1. Sede do Curso de Arquitetura
na Av. Almirante Barroso
Foto: Ronaldo Marques de Carvalho, 1977

2. Chalé à Av. José Bonifácio
Foto: Haroldo Baleixe, 2010





A seguir foi ao Campus do Guamá, distribuído entre a Prefeitura do Campus e o Pavilhão A do Básico, passando a ocupar o Chalé sito a Avenida José Bonifácio 964, tendo sido feito novo investimento em 1973, para a construção do pavilhão-atelier voltado ao ensino de Desenho e Plástica (Figura 2). O Curso retorna ao Campus no início de 1979, com a administração no Laboratório de Mecânica dos Solos e as aulas nos pavilhões do Campus Profissional.

Em depoimento concedido em 14 de novembro de 2003 a Cybelle Miranda e Ronaldo Marques de Carvalho, cujo objetivo fora tratar da história da preservação do patrimônio arquitetônico no Pará, Paul Albuquerque⁴ narra que nunca levou alunos para visitas a edificações históricas, já que ensinava a Disciplina Projeto. E acrescenta:

Paul Albuquerque: Aliás, o projeto do prédio de Arquitetura foi feito por mim e pelo Daniel Campbell, já falecido. O Daniel morreu tragicamente.

Ronaldo Marques de Carvalho- Aquele prédio lá foste tu que fizeste com a ajuda dele?

P.A.- Eu que fiz porque chegou, chegou uma ameaça pra nós lá de Arquitetura se nós não apresentássemos um projeto em...

R. M. C. - Dois dias (risos)

P.A.- Mais ou menos, mais ou menos uma semana, que ia vir um projeto imposto.

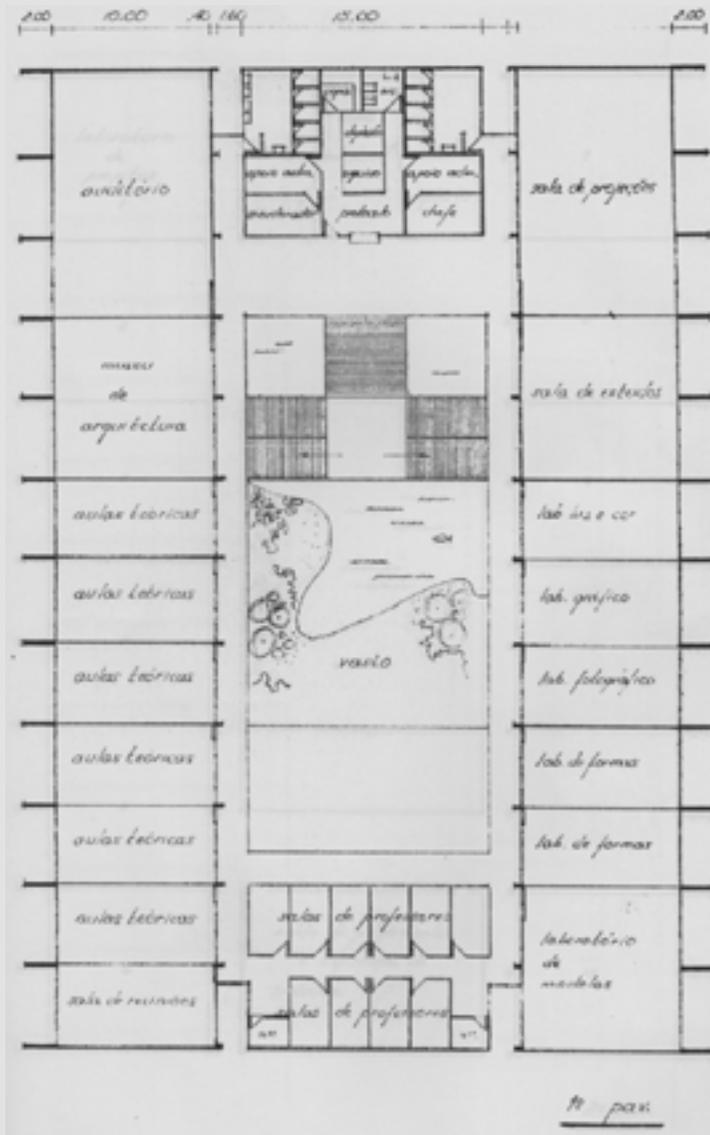
R. M. C - Eu me lembro mais ou menos dessa novela.

P.A.- O Daniel e eu sentamos lá no, na casa dele e fizemos o projeto... o projeto foi modificado apenas uma coisa, ele seria todo sobre pilotis...

R.M.C.- Sei, em baixo era tudo livre...

3. Estudos para o prédio do Departamento de Arquitetura - elevações
Fonte: Acervo Escritório Modelo, 1978

⁴ Antonio Paul de Albuquerque (1921-2008) era arquiteto e exerceu a docência no Curso de Arquitetura da UFPA entre 1964 e 1991.



4. Estudos para o prédio do Departamento de Arquitetura - planta térreo
 Fonte: Acervo Escritório Modelo, 1978

5. Prédio atual da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.
 Foto: Fortunato Neto, 2010



P.A.- É, embaixo era tudo livre, ia ser um espaço pra passar a chuva, pra fazer exposições... e suprimiram isso dizendo que era ... supérfluo. Melhor o que nós fizemos do que nada, né?

6 e 7. Vistas do hall do prédio em diferentes pontos de vista.

Fotos: Bianca Barbosa, 2015

No acervo do Escritório Modelo de Arquitetura, encontra-se cópia de um manuscrito, de 9 folhas, que apresenta na capa “Estudo para prédio destinado ao Departamento de Arquitetura Centro Tecnológico Universidade Federal do Pará” (Figuras 3-4). A página 1 contém o Memorial, assinado por Antonio Paul de Albuquerque e Daniel Campbell Penna⁵, com data de 10 de novembro de 1978, reproduzido a seguir:

A concepção do projeto obedece à premissa básica de que um prédio destinado ao ensino da arquitetura não pode ser apenas um “outro” prédio. A edificação deverá sobressair do conjunto dos prédios do campus universitário na medida em que se constitui um exemplo digno e dignificante da arquitetura brasileira.

A localização do prédio, à beira do Rio Guamá, é um dos fatores determinantes para que tenha sido projetado sobre pilotis, para que não impeça a vista panorâmica por sobre o rio, sendo os outros fatores o elevado índice de pluviosidade e a intensa insolação, que exigem um abrigo para os alunos nos intervalos de aulas outro que não os corredores de circulação como é comum.

O espaço coberto resultante da elevação do prédio em pilotis, além da função de abrigar nos intervalos de aulas e outros períodos de lazer, é aproveitado em parte por uma cantina,

⁵ José Daniel Portugal Campbell Penna (1951-2002) formou-se no Curso de Arquitetura da UFPA em 1977, ingressando como professor no Curso de Arquitetura em 1979, atividade que exerceu até seu falecimento, no ano de 2002. Lecionou disciplinas de Fotografia e Desenho industrial.



8. Vista dos dois pavimentos do prédio atual.
Foto: Bianca Barbosa, 2015

mas/e principalmente para a localização de exposições temporárias e permanente de todas as manifestações da arte, regionais, estaduais ou estrangeiras, um espelho d'água e um jardim tropical.

No 1º piso localizam-se o auditório, o museu de arquitetura brasileira, a sala de reuniões dos docentes, a sala de projeções, a sala de estudo dos discentes, os diversos laboratórios especializados, a sala dos 'e' coordenador de colegiado de curso, além do protocolo e apoios administrativos.

No 2º piso, o mais isolado, estão os laboratórios de projetos (ateliers), e um amplo salão destinado aos julgamentos e exposições de trabalhos discentes.

O telhado que cobre o vazio é de domos acrílicos transparentes que permitem ampla iluminação para o interior do prédio, colocados de maneira a permitir a circulação do ar de baixo para cima por dentro do vazio.

No 1º semestre de 1981 o Departamento de Arquitetura e a Coordenação do Colegiado do Curso transferiram-se para o prédio cujo projeto executivo foi concebido pelo arquiteto Armando Diogo Couceiro Filho, onde permanece até os dias de hoje (Figuras 5-9).

O Chalé de ferro, 1ª sede do Curso de Arquitetura, foi doado ao Departamento de Arquitetura pelo professor Euler Santos Arruda em 22 de março de 1983, tendo como meta a criação de um museu, um salão de exposições de Arquitetura e atividades de pesquisa. O professor Euler Santos Arruda, arquiteto e museólogo, estudou Arquitetura entre os anos de 1970 e 1974, tendo participado das atividades de extensão do Projeto Rondon e Projeto Mauá, que ocorriam fora do Estado, tendo visitado Brasília e cidades de Minas Gerais por conta destas atividades. Ingressou como professor em 1977, a convite de Paul Albuquerque, com a tarefa de ensinar a disciplina "Arquitetura Brasileira". Sempre atuante na área do Patrimônio, o professor assim relata o processo referente a doação do Chalé de Ferro à UFPA:

No dia da inauguração da Sede da AABB, o presidente do Monte Líbano me ofereceu a troca de um projeto pelo Chalé de Ferro, eu aceitei. Procurei o Reitor, Daniel Coelho de Sousa, na minha intenção de cumprir a troca e gostaria de doar para o curso de arquitetura para que lá funcionasse o museu de arquitetura ou atividades correlatas ao curso, e foi o que ocorreu. No momento está funcionando o NUMA, com a promessa de que tão logo esteja construída a nova sede deste, o chalé retorne para o seu objetivo, onde poderá funcionar a pós-graduação da faculdade de arquitetura e um espaço que possam ser colocadas um museu com peças e um museu virtual.⁶

⁶ Entrevista concedida por Euler Santos Arruda a Tainá Arruda em 10 de fevereiro de 2009. O Chalé de ferro remontado no Campus da UFPA foi cedido ao NUMA em 4 de dezembro de 1991.

Por esta atitude, o professor Euler foi agraciado com a Palma Universitária em 27 de dezembro de 1991. Outras contribuições do professor Euler para o curso foram o chafariz que foi implantado na área externa da Faculdade, ele que pertencera a edificação onde funcionou a primeira Escolinha da Universidade, sito a Avenida Nazaré, bem como a doação de muitas peças como pinha, pedras de lióz, grades, colunas de ferro e azulejos, obtidas ao proprietário de uma empresa de demolição (Motoki).

O Chalé de ferro é representativo da arquitetura residencial em ferro, bem como favorece a memória da UFPA por ter sido a primeira sede do Curso de Arquitetura. Primeiramente, o prédio foi desmontado pelo Escritório Técnico Administrativo (ETA) com apoio de professores e técnicos do Centro Tecnológico, destacando-se pelo Departamento de Arquitetura o arquiteto Eduardo Tashio Maruoka, bem como a equipe da pesquisa “Arquitetura Paraense do século XIX”⁷, a qual foi responsável pela pesquisa, coleta de dados e execução de plantas do prédio, como contribuições a remontagem. Os trabalhos contaram com a consultoria do pesquisador e arquiteto Geraldo Gomes da Silva, tendo suas peças sido transplantadas para o Laboratório de Hidráulica da UFPA em 1984.

Segundo o professor Geraldo, todos os chalés de ferro existentes no Brasil pertencem ao Sistema construtivo belga “Danly” da D’Aiseau, uma vez que informações referentes ao sistema patenteado por Joseph Danly foram pesquisadas na Bélgica e também em Paris. O método foi considerado inovador em questões de isolamento térmico e quanto ao aspecto estético.

A responsabilidade técnica pelos trabalhos de desmontagem, restauração e remontagem couberam a Arquitetura Maria Beatriz Maneschy Faria. A desmontagem foi precedida de levantamento métrico e fotográfico do edifício, essencial para viabilizar sua remontagem. As três mil peças que compõem o chalé foram identificadas e codificadas, etiquetadas e separadas, sendo armazenadas no Laboratório de Hidráulica, em 1984 (O CHALÉ DE FERRO, 1992).

Em Reunião Departamental de 30 de janeiro de 1985 informou-se que o Projeto desenvolvido pelo Escritório Técnico-Administrativo (ETA) para recuperação do Chalé de Ferro foi encaminhado a SUDAM⁸. A remontagem foi retardada pela falta de recursos, sendo financiada em 1985 pela Fundação Nacional Pró-memória a base de concreto armado sobre a qual se implanta o chalé. Em 4 de novembro de 1987, o Departamento aprovou a cessão do Arquiteto Eduardo Maruoka para a Prefeitura do Campus, a fim de auxiliar na montagem do Chalé de Ferro. Em

⁷ A equipe da pesquisa “Arquitetura Paraense do século XIX” coordenada pela professora Jussara Derenji, era composta por Ana Cristina Kaliff de Oliveira, Cristina Pina Pena, José Julio Lima, Cynthia Fernandes, Ana Maria Oliveira Cardoso. Cf. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS – Montagem do Chalé de Ferro no Campus Universitário. (texto datilografado)

⁸ Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia.



9. Planta prédio atual 1º pav. com alterações propostas em 2003
Fonte: Acervo Escritório Modelo

29 de janeiro de 1988 foi aprovada a proposta de criação do Museu de Arquitetura, Engenharia e Desenho (MAED), que funcionaria inicialmente em salas do Atelier de Arquitetura, para posteriormente se instalar no Chalé de Ferro a ser montado. A notícia “SPHAN e Fundação Pró-Memória doam 2 milhões para a montagem do chalé de ferro” relata que os professores Ronaldo Marques de Carvalho, Euler Arruda e Jorge Derenji conseguiram a verba no dia 18 de março, junto à Fundação Pró-memória. Está sendo aguardada a liberação dos recursos para dar início a “montagem do chalé no campus onde funcionará o Museu de Arquitetura, Engenharia e Desenho.” (JORNAL DO TECNOLÓGICO. nº 7, abril 1988. p. 12)

Em 1988 com recursos da Companhia Vale do Rio Doce foram executados serviços de limpeza e pintura de peças, recuperação de peças danificadas e confecção de elementos para substituição. Em 1991, com recursos do Ministério da Educação para implantação do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA, pode ser finalizada a remontagem do edifício. Em 4 de dezembro de 1991 o Chalé de ferro foi cedido ao NUMA sob as condições expostas pelo Curso de Arquitetura (CA). Cedido ao NUMA desde então, já em 23 de abril de 1991 a Chefe do Departamento Carmen Cal encaminha ao Reitor o Ofício 029/91 que trata das restrições colocadas pelo Colegiado quanto ao uso do prédio:

Considerando a necessidade de preservá-lo de descaracterizações solicitamos também que quaisquer alterações, adaptações, construção de anexos, passarelas de integração, etc sejam inicialmente discutidas com este Departamento que possui vários professores arquitetos especialistas em preservação do patrimônio histórico e que estariam a inteira disposição para prestar a assessoria necessária. (p. 1-2)

O documento foi apreciado pelo Conselho de Administração, sendo acatado pela Resolução nº 774 de 11 de novembro de 1991.

Em reunião de 8 de março de 2007, tratou-se do Processo nº 003484/2007-86, de 14 de fevereiro de 2007, referente ao Chalé de Ferro, relatando que o documento retornou ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) com despacho do Magnífico Reitor, afirmando que aceita discutir o destino do Chalé, para estudar seu retorno ao Curso de Arquitetura, quando o DAU, futura Faculdade, organizar seu Programa de Mestrado e aprová-lo na CAPES. Acrescenta ainda que o novo prédio que está sendo construído será de utilidade para os trabalhos acadêmicos da pós-graduação do Centro Tecnológico. Em virtude da aprovação do Mestrado em 2010, a reivindicação foi atendida e o prédio, já desocupado, aguarda reformas para atender novo uso.



2. DOS MOSAICOS ÀS CURVAS: a estética modernista na arquitetura residencial de Belém¹

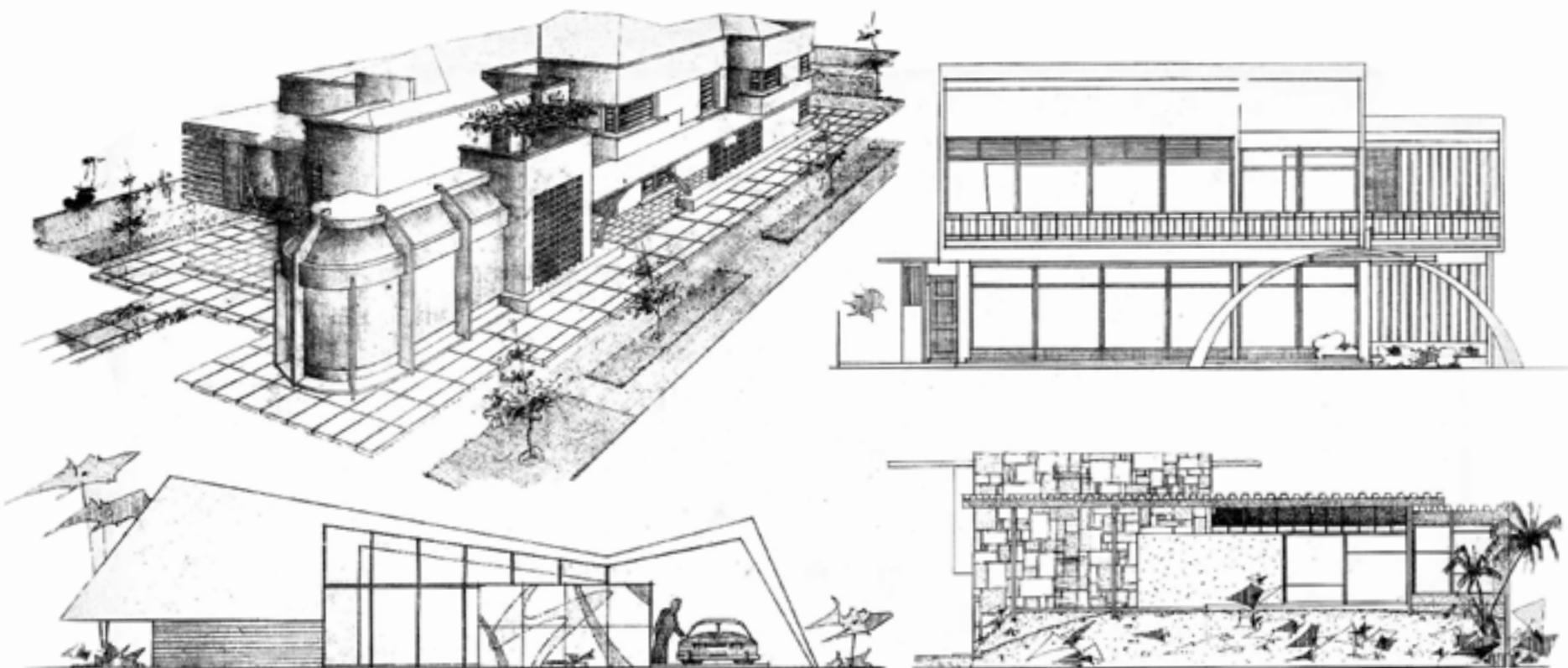
2.1 ORIGENS DO MODERNISMO EM BELÉM

Em Belém, com a criação do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Pará em 1964, a produção arquitetônica passou a aprofundar os esforços dos primeiros projetistas, engenheiros civis e mestres de obras, que buscavam inspiração nas formas e materiais construtivos importados dos Estados Unidos e da Europa, bem como nos exemplos dos arquitetos atuantes no Sudeste do Brasil, para introduzir o Modernismo em nossa Arquitetura. Os primeiros arquitetos formados no Pará eram engenheiros civis que ocupavam funções públicas de destaque, ao mesmo tempo em que se dedicavam às atividades liberais, nos melhores escritórios de projeto e construção da cidade. Havia na época a preocupação em trazer para Belém as novidades da arquitetura moderna que se divulgava no Sudeste do Brasil, principalmente nas cidades do Rio e São Paulo, onde os exemplares pioneiros da arquitetura moderna serviam de vitrine: obras de arquitetos como Flávio de Carvalho, Lucio Costa, Oscar Niemeyer e Affonso Reidy.

A maior parte da produção edificada até os anos 50 em Belém era composta por projetos firmados pelos projetistas e mestres de obra, sendo estes últimos frequentemente os únicos responsáveis pelas construções de menor porte. Até esse momento, não existia a figura dos arquitetos como profissionais ativos na cidade. A concepção vigente era que na arquitetura o importante era o processo de construção e o objeto construído, e não o projeto. Assim, o trabalho do engenheiro ou do construtor resumia-se em produzir a obra acabada (mentalidade que perduraria até meados da década de setenta), anulando a função do arquiteto como elaborador do projeto, já que esse estava incluso no momento de contratar a construção da obra.

Tal mentalidade acerca do trabalho do arquiteto só se reformularia depois da fundação da Escola de arquitetura e da atuação dos primeiros profissionais formados, que haviam adquirido

¹ Trabalho publicado originalmente nos Anais do II Seminário DOCOMOMO NO/NE, Salvador, junho/2008 e reproduzido em Arqtextos, Disponível em: [<http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq000/esp523.asp>], apresentado com algumas adaptações.



10. Projetos de Camilo Porto
de Oliveira na década de 50.
Fonte: Acervo Filomena Oliveira doado ao LAMEMO.



11. Mural localizado na fachada do Clube do Remo, Avenida Nazaré, Belém
Foto: Laura Costa, 2013

a consciência de que a concepção do projeto ia além da execução da obra, sendo imprescindível a compreensão por parte do cliente, das vantagens inerentes à planificação arquitetônica, como a racionalidade, a economia e a qualidade.

O modelo modernista era, para nós, uma fachada, um símbolo de status, de pertencermos ao mesmo país em desenvolvimento, apesar das marcantes diferenças. Segundo Chaves (2004), havia na cidade muitos salões de Belas Artes e exposição de artes plásticas no período, organizadas pelas representações consulares que possibilitariam ao público conhecer a produção pictórica de artistas jovens contemporâneos. Durante os primeiros anos da década de 60, a tendência abstrata agregou artistas, como o pintor e engenheiro Ruy Meira, ao mesmo tempo em que o engenheiro Camilo Porto de Oliveira² inicia suas produções enquadradas na arquitetura moderna brasileira (Figura 10).

Ruy Meira³ incorporou em sua arquitetura os murais de azulejos. Além disso, outro engenheiro, sobrinho de Ruy, Alcyr Meira, já tinha manifestado essa experiência na fachada do Clube do Remo, cuja atual sede fora projetada por Camilo Porto em 1958 (Figura 11). Segundo Chaves (2004, p. 184, tradução nossa) “Alcyr Meira montou o mural em pedras de cantaria sob ladrilhos na fachada deste edifício, constituindo quiçá a primeira manifestação das artes plásticas e da arquitetura na cidade.” Esta integração artística viria a repercutir nas arquiteturas populares do período

[...] que adicionam elementos modernos nas construções, manifestando seu desejo de integração e atualização nas novas formas de expressão arquitetônica que a cidade apresentava. (CHAVES, 2004, p. 184, tradução nossa)

A dinamização do processo construtivo na cidade devido à ligação inter-regional e ao crescimento populacional de Belém, (que nos anos 70 já constava na lista das áreas metropolitanas brasileiras) tornaram possível a utilização dos modelos de padronização e

² Camilo Sá e Souza Porto de Oliveira (1923- 2006) formou-se em Engenharia em 1946 e em Arquitetura em 1966, participando do Curso de Adaptação para Engenheiros. As obras de Camilo, inicialmente ao gosto eclético e colonial, ganharam soluções modernas inspiradas na arquitetura de Oscar Niemeyer, com volumetrias ousadas e fluidas, telhado mariposa, colunas inclinadas e painéis de vidro.

³ Ruy Augusto de Bastos Meira (1921 – 1995), teve seu primeiro contato com o meio artístico em 1942, quando ingressou na Escola de Engenharia do Pará, embora seu desejo sempre fosse o de ser arquiteto. Em suas construções, ressaltava painéis de mosaicos abstracionistas, tendência que mais tarde passou a ser explorada na pintura e em esculturas de cerâmica. Foi um dos responsáveis pela criação do Grupo do Utinga e do Clube das Artes Plásticas (CAPA), além de ganhar várias premiações em Salões e Bienais de Arte.

racionalização modernistas na construção de prédios institucionais, comerciais e residenciais, nos quais os arquitetos inseriam alguns detalhes construtivos que se adequassem às nossas características ambientais.

A preocupação em adequar a arquitetura ao lugar também esteve presente no pensamento dos arquitetos que vieram do Rio Grande do Sul para integrar o corpo docente do Curso de Arquitetura do Pará, em função do contraste climático proporcionado pela Região Norte. Esta adaptação ao ambiente “natural”, presente nas residências que construíram, aponta a concepção que tinham em relação à arquitetura: adaptar o edifício à natureza, mais do que ao homem.

Na concepção do Arquiteto Paulo Chaves Fernandes⁴, formando pela Escola de Arquitetura no início dos anos 70, sua formação mais tecnológica voltada para o projeto de arquitetura foi fortemente influenciada pela Bauhaus, Escola de Arquitetura e de Desenho Industrial alemã do início do século XX, de concepção pragmática e funcionalista.

[...] mas a função tinha um papel muito importante, a forma deveria ser aquilo que se dizia naquela altura e a gente aprendia como verdadeira, quer dizer, a ...estrutura devia estar sempre bem identificada, os materiais deveriam ter o máximo possível a sua pureza, o tijolo é o tijolo, o concreto é o concreto, o ferro é o ferro, e que essas coisas estivessem sempre muito explícitas na obra [...]⁵

Enquadra sua formação de ‘arquiteto de prancheta’ com as tendências racionalistas de projetar, desvinculadas de preocupações estéticas ou históricas.

Barcessat, em trabalho sobre a Arquitetura de Belém de 40 a 80 do século XX, formula uma analogia lingüística entre a formação de uma palavra e a “formação de nossa arquitetura moderna (com suas particularidades), sujeita à alteração de sentido pela influência dos estilos precedentes”(1993.p. 57-58).

Os estilos precedentes que interferiram na arquitetura belemense - o *Art Nouveau*, o Raio que o parta, o *Art Déco* - seriam os prefixos da Arquitetura Moderna local, tendo esta como radical os princípios modernistas assimilados ao contexto de Belém, sendo as terminações definidas pela vivência pessoal de seu produtor, que define a especificidade de sua obra. Assim,

⁴ Paulo Chaves Fernandes é Arquiteto, professor da Universidade Federal do Pará, cedido para ocupar a Coordenação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC no Pará (1993-1994) e posteriormente passou a ocupar o cargo de Secretário de Cultura do Estado (1995-2006; 2011 em diante).

⁵ Entrevista concedida à Cybelle Miranda pelo arquiteto Paulo Chaves Fernandes em 5 de março de 2004.



12. O Paris n' América,
bairro Campina
Foto: Cybelle Miranda, 1998

13. O chalé de ferro da UFPA
Foto: Fortunato Ernesto Neto, 2010



a Arquitetura do século XX até os anos 80 fez-se pela fusão de suas origens, dos princípios modernistas externos e do próprio contexto específico de Belém e de seus projetistas.

Os estilos da Arquitetura belemense seguiam, nas primeiras décadas do século XX, as tendências evidenciadas nas demais metrópoles brasileiras - estas agitadas pela industrialização tardia - como o *Art Nouveau* e o *Art Decò*, que foram empregados nos primeiros edifícios residenciais e comerciais verticalizados e nas vilas operárias.

O *Art Nouveau* serviu às composições mais requintadas, prestando-se às mais criativas combinações de motivos e curvas, utilizados em balcões e portões em ferro e ornatos em massa. Nosso melhor exemplo é a Loja Paris N'América, com suas escadarias curvas em ferro desenhado que se harmoniza com a fachada eclética (Figura 12). O *Art Decò* surgiu como modelo fugaz, incorporado pelas burguesias, que se presta aos edifícios funcionais dos anos

40 e 50, como o prédio dos Correios e Telégrafos, na Avenida Presidente Vargas. Foi o estilo que melhor se adaptou às construções espontâneas, pela geometria dos motivos e facilidade construtiva. Nota-se que o *Art Decò* representou uma evolução das formas no sentido da racionalidade modernista, e prestou-se com sucesso às construções padronizadas como as vilas.

Quanto às tipologias residenciais, o chalé, modelo literalmente importado (eram escolhidos inicialmente em catálogos de firmas estrangeiras), reformulou o modo de morar da população, que vivia até então em casas de planta colonial de origem portuguesa (Figura 13). O partido arquitetônico do chalé veio introduzir uma série de compartimentos na residência como a sala de música, de jantar, de jogos, além de separar os dormitórios no piso superior. A liberação dos limites do lote, volumetria arrojada e adaptabilidade climática contribuíram às tendências modernas futuras. Ao conotar o *status* de modernidade, foi amplamente difundido nas edificações das nossas elites e classes médias, ansiosas por atingir os novos padrões das metrópoles europeias.

Posteriormente, nos anos 20, o chalé foi adaptado e surgiu o bangalô que, já projetado por construtores locais, tinha dimensões mais reduzidas, mas permanecia isolado no lote, com varandas no térreo e/ou no pavimento superior. Esse modelo serviu de base às construções modernas de Belém, sendo aproveitado até hoje com algumas variações. A partir da década de 70, foram bastante utilizadas, em especial nos setores da cidade que contavam com amplos terrenos, as construções térreas com grandes platibandas e garagem coberta, copiadas das revistas americanas e italianas da época.

As tipologias tradicionais de moradia foram se modificando, os quartos passaram a ter a exigência de banheiros internos, requisitos básicos à privacidade moderna, modelo advindo dos norte-americanos. O modelo da casa térrea com jardim frontal foi bastante aplicado no Bairro do Marco, onde os terrenos eram mais largos e a classe-média formada por empresários e profissionais liberais o adotou como símbolo de ascensão social.

2.2 O MODERNISMO DOS ENGENHEIROS

O crescimento da cidade requisitou cada vez mais o trabalho dos projetistas; como eram poucos os arquitetos, formados fora do Estado até 1966, a demanda era suprida por engenheiros civis, mestres de obras e desenhistas.



14. Edifício Uirapurú - Judah Levy, situado em Batista Campos
Foto: Ronaldo Marques de Carvalho, 1998



15. Edifício Dom Carlos
Camillo Porto, bairro do Reduto
Foto: Cybelle Miranda, 1998

Nos anos 30 a 50, a Arquitetura de Belém convivía com o Ecletismo Historicista tardio, Neocolonial, bem como as primeiras tentativas de Arquitetura racionalizada. Aos engenheiros como Camillo Porto de Oliveira e Judah Levy deve-se a introdução das novas tecnologias construtivas: uso do concreto armado, panos de vidro, telhas de cimento-amiante, tijolos vazados, escadas e rampas (Figuras 14 e 15). A formação dos primeiros arquitetos paraenses seguiu a linha mais prática que teórica, sendo a primeira turma destinada à adaptação profissional dos engenheiros projetistas, concluída em 1966. A influência trazida pelos arquitetos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que vieram compor o Corpo Docente do Curso de Arquitetura era a do modernismo carioca, bem como de Frank Lloyd Wright e de Richard Neutra.

Na tentativa de firmar uma identidade regional, os engenheiros dos anos 30 a 50 tiravam modelos de Revistas como “Sugestões de Arquitetura” e dos Suplementos de Arquitetura do Jornal do Brasil e da Folha de São Paulo, adaptando-os ao gosto da clientela local, às condições climáticas e aos materiais disponíveis.

O engenheiro Judah Levy foi pioneiro na construção de edifícios com mais de 10 andares. Durante estada no Rio de Janeiro entre 1942 e 1945 pode conhecer as obras dos Arquitetos modernos, trazendo de lá experiência em construção de arranha-céus, criando sua empresa de incorporação imobiliária. Os edifícios Piedade (1947) e Renascença (1948), projetados por Levy, possuíam 10 andares com elevador, quarto de casal com lavabo, inédito na época. Já na década de 70, Belém expandiu-se metropolitanamente, mas a Arquitetura Moderna, essencialmente voltada às classes que tinham o poder de escolha, destacou-se na Primeira Léguas Patrimonial⁶. Percebe-se que, embora se encontrem influências modernistas muito fortes nas obras de alguns engenheiros-arquitetos como Camillo Porto de Oliveira, Milton Monte, Alcyr Meira, a maioria procurou adaptar aos padrões locais as “novidades” modernas. A tipologia do bangalô foi largamente utilizada, algumas vezes com platibanda encobrindo o telhado (o que não era novidade, existia desde a arquitetura do século XIX), jardins utilizando plantas regionais, azulejos, vidros. As esquadrias eram em sua maioria em madeira, por causa dos costumes locais, da adaptação climática e das dificuldades de importação de esquadrias metálicas produzidas em série no Sudeste do país.

⁶ Primeira Léguas Patrimonial refere-se à ocupação de Belém desde o Forte do Presépio até o limite do Bairro do Marco, onde existe um marco de pedra situado na Avenida Almirante Barroso, às proximidades do Bosque Rodrigues Alves.



As formas mais ousadas podem ser vistas nos clubes desportivos, escolas e edifícios, além de algumas residências de alto padrão. Os que podiam construir em amplos terrenos optavam pela casa isolada no lote, em oposição aos apartamentos que eram considerados por alguns como “favelas em altura”. Entre 1950 e 1970, os edifícios dividiam-se em comerciais e mistos construídos no bairro do Comércio, tais como os edifícios Palácio do Rádio e Importadora, com térreo e 1º pavimento comercial e apartamentos residenciais ou de serviços. Nos bairros de Nazaré e Batista Campos foram construídos edifícios com amplos apartamentos cujos interiores lembram casas, os quais, apesar de utilizarem tecnologias modernas, apresentam a decoração das entradas e áreas comuns em *Art Nouveau* ou *Déco* (DERENJI, 1995).

Na década de 80, porém, a construção residencial expandiu-se, com a implantação de edifícios em vários bairros e a dinamização de novas áreas comerciais. A busca de arquitetos locais por conceber a Arquitetura adaptada à realidade climática e sócio-cultural da população de Belém propiciou edifícios com sacadas, revestimento em lajotas cerâmicas, e a substituição da telha de fibrocimento por telha de barro em grande escala.

16. Vila Operária no Reduto
Foto: Cybelle Miranda, 1999

17. Vila de Casas
Azulejadas na Cidade Velha
Foto: Cybelle Miranda, 2005



18. Telhado mariposa, bairro Marco
Foto: Cybelle Miranda, 2008



19. Casa “Raio que o parta”, Guamá
Foto: Cybelle Miranda, 1999



20. Casa Neoclássica adaptada
ao Raio que o parta (demolida), Umarizal
Foto: Cybelle Miranda, 2008

2.3 O MODERNISMO FACHADISTA NOS ANOS 50 E 60

No Bairro do Reduto, caracterizado pela função industrial no início do século XX, foi comum a construção de Vilas Operárias em estilo Decò, nas décadas de 60 a 70. As casas rés-ao-chão empregavam elementos simplificados, sendo construídas por comerciantes que delas auferiam rendas de aluguel. Com paredes geminadas, seguindo o padrão porta e janela, ou porta e duas janelas do colonial brasileiro, ocupavam o terreno até o alinhamento (Figura 16).

Durante o século XIX, o gosto Neoclássico se expressou na Arquitetura de Belém através do revestimento das fachadas em azulejos portugueses, ingleses e holandeses. Foram construídas vilas de casas com platibandas encobrendo os telhados e paredes adornadas com padrões cerâmicos decorativos (Figura 17). O emprego dos azulejos foi rejeitado nas primeiras décadas do século XX, sendo considerado ultrapassado, e as reformas modernizantes os aboliram, como podemos observar em exemplares do bairro mais antigo de Belém, a Cidade

Velha (MIRANDA, 2006). O padrão escolhido entre as décadas de 50 e 60 foi o Decò, com linhas retas e decoração discreta.

A assimilação do modernismo em Belém manifestou-se através de elementos decorativos como: mosaicos em forma de raios coloridos preenchendo as empenas; molduras de janelas com laterais inclinadas; pestanas protegendo portas e janelas; telhado inclinado para dentro do terreno, com parte do telhado aparente, compondo um pequeno beiral em ângulo obtuso com a parede da fachada (telhado mariposa); painéis em cobogós cimentados rústicos ou esmaltados em cores fortes; colunas finas arranjadas em “V” como apoio de marquises e coberturas (Figura 18).

O uso do telhado em cimento-amianto só ocorreu em Belém a partir da década de 60, porém a maioria das construções residenciais até o final dessa década empregava predominantemente as telhas de barro. Com o intuito de não jogar as águas do telhado para a rua, foi empregada uma forma de cobertura com a calha no sentido transversal, em outro posicionamento, não mais atrás das platibandas, visto que a largura dos terrenos impedia a solução com calhas nas laterais. Como a maioria dos lotes do centro da cidade é estreita (em média 6 metros), não havia outra alternativa de cobertura que a de duas águas no sentido longitudinal, surgindo uma nova versão do telhado mariposa, invisível externamente, e que resultava na empena exageradamente alta em função da inclinação necessária à telha de barro.

Da decoração dessa empena surgiu a linguagem jocosamente apelidada de “Raio que o parta”⁷, que tinha como característica a decoração em mosaicos de azulejos em formas inclinadas, semelhantes a raios (Figura 19). Os desenhos eram elaborados por engenheiros ou desenhistas, aplicando composições de formas geométricas que lembram as experimentações estéticas de grupos de artistas como os neoconcretistas cariocas. A atuação dos engenheiros construtores passou a ser vista com descrédito pelos arquitetos que atuaram como professores na implantação do Curso de Arquitetura em Belém, classificados como “engenheiros que faziam uma espécie de arquitetura que nós lá do Sul chamávamos ‘Arquitetura do Raio que o parta’, porque eles usavam um símbolo de raios, acho que umas casas ainda têm.”⁸ Essa manifestação era atribuída a um modismo e à falta de informação dos engenheiros quanto ao contexto geral da Arquitetura.

Segundo o engenheiro e arquiteto Camilo Porto de Oliveira, a influência da arquitetura

⁷ O termo não possui origem determinada, sendo aplicado por professores da Escola de Arquitetura da UFPA para designar o estilo decorativo com azulejos utilizado para decorar fachadas na década de 60.

⁸ Entrevista concedida à Cybelle Miranda pelo arquiteto Alberto Emaúz dos Santos, em 4 de julho de 2008.

modernista carioca, especialmente dos painéis de Portinari, fez com que os engenheiros da época adaptassem nas fachadas belemenses a decoração com cacos de azulejos, substituindo as pastilhas cerâmicas importadas.⁹ Milton Monte afirma ter projetado sob os moldes do Raio que o parta, bem como outros engenheiros como Camillo Porto e Carlos Moreira o fizeram, utilizando refugo de azulejos que as lojas descartavam.¹⁰

As adaptações formais também ocorriam em casas de estilo Eclético, cujos proprietários queriam “modernizar” substituindo a decoração original das fachadas por uma adaptação muitas vezes grosseira aos elementos estéticos associados ao modernismo (Figura 20). Nos bairros centrais de Belém, como o Reduto e o Umarizal, é comum encontrar-se vilas de casas construídas com elementos de linguagem modernista, porém sem empregar as técnicas construtivas e os materiais novos, como as telhas industrializadas de cimento-amianto e a tecnologia de estrutura em concreto independente dos fechamentos (Figura 21).

Nos anos 60, as vilas construídas no bairro do Umarizal possuem pátios fronteiros e pequenos telhados de barro protegendo portas e janelas. Os novos bangalôs também possuem um pátio no térreo e uma varanda no 1º pavimento, que ocupa toda a fachada. Surgem em seguida pequenos prédios de 3 ou 4 pavimentos, com amplas varandas fronteiras, que tiram partido de paredes inclinadas, molduras revestidas de azulejos, tubos de ferro cilíndricos que compõem detalhes compositivos com pequenas prateleiras. Painéis coloridos com aberturas circulares, guarda-corpos em alvenaria compondo formas geométricas são acessórios na composição da fachada modernista.

Os modelos construtivos formadores da concepção moderna na Arquitetura tornam-se tipos ornamentais que viriam a dotar de modernidade as residências dos anos 50 a 60 em Belém, segundo o gosto de engenheiros, desenhistas e dos proprietários.

2.4 TRAÇOS MODERNISTAS

A leitura do Modernismo em suas versões regionais precisa do estudo das pequenas assimilações vernaculares das linguagens formais, como modo de aquisição de prestígio social

⁹ Entrevista publicada em O LIBERAL, Cidades, Belém. 10 fev. 1994. p. 4.

¹⁰ Entrevista concedida à Cybelle Miranda e Ronaldo Marques de Carvalho pelo arquiteto Milton José Pinheiro Monte, em 11 de abril de 2009.

e demonstração de progresso econômico da classe média urbana. Se entendidos não como superficialidade ou vulgaridade (kitsch), mas como manifestação autêntica de um interesse em assimilar padrões exógenos adaptando-os ao gosto local, podemos ver nessas intervenções por vezes desajeitadas um caminho que levará ao regionalismo dos anos 80, em que o telhado de barro entra em cena, não mais como uma ponta de beiral, mas em toda a sua expressão plástica, e as varandas assumem papel fundamental na construção dos bangalôs e dos edifícios residenciais, revestidos por lajotas cerâmicas e buscando criar painéis coloridos e que repercutam no arrefecimento térmico das paredes (Figura 22).

Em “Complexidade e Contradição em Arquitetura”, escrito nos anos 60, Robert Venturi ressalta a impossibilidade de reduzir o fenômeno arquitetônico a um só sistema lógico e estético. A experiência da paisagem urbana formada caoticamente por superposição de elementos carregados de simbolismo e a comprovação de que os ideais de simplicidade e ordem são diariamente contrariados pelos cidadãos o levou a pensar a Arquitetura como pluralidade de funções e ambigüidade de significados.

Ressaltando a necessidade do indivíduo de manifestar sua personalidade através da construção do habitat, Venturi se inspira na *Pop Art* para valorizar as manifestações da Arquitetura não acadêmica como soluções plausíveis para as cidades contemporâneas. As formas, cores e padrões decorativos que permeiam o imaginário popular, apreendidas através do processo de difusão das ideias eruditas, são mesclados e utilizados com o objetivo de significar status social, identidade cultural, modernidade, progresso econômico.

Entender os “desvios” modernistas pode ser um caminho para pensar a produção arquitetônica contemporânea, destacando a experiência do usuário como fator necessário à concepção projetual, incorporando conceitos e elementos sógnicos pertencentes ao repertório não-erudito.



21. Vila Modernista no Umarizal
Foto: Cybelle Miranda, 2000



22. Traços do modernismo no bairro do Reduto
Foto: Cybelle Miranda, 2008



3. A PRIMEIRA GERAÇÃO DO CURSO DE ARQUITETURA

3.1 DOCUMENTO MONUMENTO?

O monumento, segundo Le Goff, é um suporte de memória coletiva. Hoje os historiadores consideram os documentos como monumentos, “colocá-los em série e tratá-los de modo quantitativo; e, para além disso, inseri-lo nos conjuntos formados por outros monumentos: os vestígios da *cultura material*, os objetos de coleção (cf. pesos e medidas, moedas), os tipos de habitação, a paisagem, os fósseis (cf. fóssil) e, em particular, os restos ósseos dos animais e homens (cf. animal, homem)” (2003, p. 525). É preciso por o documento à luz de suas condições de produção e evidenciar em que medida ele é instrumento de um poder, pois o que transforma o documento em monumento é sua utilização pelo poder, ou seja, sua eleição como representante de uma época.

Em dezembro de 1980, por ocasião do 1º Salão do Arquiteto, o professor Antonio Paul de Albuquerque escreveu um texto sobre o Curso de Arquitetura da UFPA, publicado no Boletim Informativo do CREA de out/nov/dez 1980, a partir de informações fornecidas pelo professor Hélio Oliveira Veríssimo, arquiteto gaúcho que se transferiu a Belém para integrar o primeiro grupo de professores do Curso de Arquitetura da UFPA.

Antônio Paul de Albuquerque (25/09/1921-17/04/2008) nasceu no estado do Pará, filho do Engenheiro Manoel Leônidas Albuquerque e de Mildred Tierney de Albuquerque, formando-se em Arquitetura nos Estados Unidos, Instituto Politécnico Rensselaer, no ano de 1948. Exerceu, entre 1948 e 1951, suas atividades didáticas no Departamento de Arquitetura da Universidade de Kansas, EUA, como professor de “Architectural Design”.

Durante os anos 60, Paul já estava em Belém desenvolvendo projetos e participando de órgãos responsáveis por questões urbanísticas da cidade, tais como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) entre 1967 e 1968, tendo ocupado o cargo de Diretor da Divisão de obras Particulares da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo de Belém entre 1954 e 1977. Exerceu também atividades técnicas na Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM) nos anos

de 1981 a 1989 e na Secretaria Geral de Planejamento Municipal a partir de 1994.

Paul foi diretor, fundador do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) Delegacia do Pará, entre 1953 e 1967, sendo também fundador da Associação Profissional dos Arquitetos no Estado do Pará (APA). Como Arquiteto projetista destaca-se os projetos para o Pará Clube, Hotel de Soure (Marajó), o Seminário Redentorista (Marituba) e a Igreja de Santa Cruz.

Em 1962, voltou a trabalhar como professor, agora na Universidade Federal do Pará, lecionando Inglês no Curso Livre de Línguas. Entretanto, com a implantação, em 1964, do Curso de Arquitetura na UFPA, Paul passou a dar aulas na sua área de formação, permanecendo, então, como professor de Arquitetura na UFPA até 1991, quando se aposentou.

Durante estes 27 anos no Curso de Arquitetura da UFPA, Antônio Paul de Albuquerque lecionou “Expressão e Representação”, “Planejamento Arquitetônico I”, “Planejamento Regional” e “Introdução à Arquitetura”. Foi também um dos primeiros coordenadores do Curso (1968-1970), e exerceu ainda, entre 1976 e 1981 a atividade de Chefe do Departamento de Arquitetura.

Paul foi aluno do primeiro Curso de Especialização em Arquitetura nos Trópicos do Departamento de Arquitetura da UFPA, desenvolvendo a Monografia “Rocinhas e Puxadas”, publicada como artigo na Revista do Tecnológico do 1º semestre de 1989. Desenvolveu, também, as pesquisas científicas intituladas “Glossário de Termos utilizados no Planejamento Urbano” (1981-1983), “Chalés de Icoaraci e Mosqueiro” (1986) e “Arquitetura Paraense” (1986), tendo publicado diversos artigos sobre Arquitetura em jornais paraenses. Em 2003, o Professor Paul foi homenageado durante o Seminário “Landi e o século XVIII na Amazônia” por ter sido precursor nos estudos sobre Landi, ao publicar o Artigo “Arquiteto Antonio José Landi” na Revista Habitat 12, de setembro de 1953.

Paul Albuquerque ressalta a importância do engenheiro e então professor de Desenho Técnico da Escola de Engenharia, Camillo Sá e Souza Porto de Oliveira que “preterido na sua pretensão de se registrar no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 1ª Região” como Arquiteto, dedicou-se a ideia de criar o Curso de Arquitetura no Pará. A influência de Camillo na criação do curso também é narrada pelo professor Maia da Costa, que refere como motivo central do intento o impedimento aos engenheiros de projetar obras públicas de grande porte, às quais era solicitado o título de Arquiteto.

Camillo conheceu o professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Fernando Pedersen Lunardi durante o Congresso de Desenho



23. Professores Fernando Lunardi e Hélio Veríssimo.

Fonte: Acervo Hélio Veríssimo.

Técnico e Geometria Descritiva ocorrido em Recife, no ano de 1963, o qual passou a integrar a comissão designada pelo Reitor Silveira Netto destinada a criar o Curso de Arquitetura, junto com Camillo, o engenheiro Agenor Porto Penna de Carvalho e o engenheiro e Arquiteto Feliciano Seixas (Figura 23).

Sob a supervisão de Lunardi, foram contratados os professores: Arquiteto Amílcar Montenegro de Freitas (1º coordenador do Curso), Baldur Krapf, presidente do Departamento de Técnicas, Bohdan Bujnowski¹, presidente do Departamento de Expressão e Representação, Jorge Derenji, do Departamento de Projeto, “todos recém-egressos da Faculdade de Arquitetura da UFRGS” e que chegaram a Belém em 1964.

A primeira organização didática tinha duas formas: o curso pleno em 10 semestres, com 2 ciclos, o de preparação básica e o de formação profissional e o curso de adaptação profissional, destinado a engenheiros, com duração de 6 semestres, provendo 2 turmas, com início em 1964 e 1965². Foram designadas 20 vagas para a graduação e 10 vagas para adaptação profissional de Arquitetura, sendo exigidas para os egressos do Curso Secundário as provas de: Física, Matemática, História Geral e do Brasil, Desenho Artístico, Geométrico e Projetivo; quanto aos engenheiros deveriam cumprir Prova de Desenho Artístico, elaborar um Programa de Necessidades e desenvolver o mesmo até a fase de anteprojeto (peso 6), *Curriculum Vitae* (Peso 3), havendo prioridade aos mais novos quanto ao desempate (peso 1). Desde o primeiro concurso até o período da Reforma Universitária (1970) o vestibular contava com provas específicas para o Curso de Arquitetura, as quais eram elaboradas pelos professores do Curso, sendo o Desenho a prova inicial para avaliar a “predisposição” para a profissão. A partir de então o vestibular passou a ser aplicado por áreas de conhecimento, sendo as provas solicitadas aos candidatos de Ciências Exatas, dentre os quais os de Arquitetura: Conhecimentos gerais, Matemática, Física e Comunicação e expressão.

A primeira turma de graduação ingressou em 1964, concomitantemente com a primeira turma de engenheiros. As disciplinas eram organizadas em seis departamentos: Cultura; Expressão e Representação; Projeto; Pesquisas; Técnicas; Prática profissional. No 2º semestre de 1964 foram contratados no Rio Grande do Sul os arquitetos Hélio Oliveira Veríssimo,

¹ O professor Bodan defendeu a Tese de Livre docência “Influência do Estudo de Formas do Microcosmo sobre o Desenvolvimento de Percepção Visual e de Criatividade Artística, em 1977, na Universidade Federal do Pará.

² Cf. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Universitário. Resolução nº 11 de 23 de dezembro de 1963. Disciplina a realização dos Concursos de Habilitação à matrícula na 1ª série dos Cursos Universitários para o ano de 1964. Publicado no D.O. nº 20.230 de 28 de dezembro de 1963.

que se tornou presidente do Departamento de Cultura, e Christiano Brazil de Miranda. Em 1965 ingressou como professor o Arquiteto paraense (então residindo em São Paulo) Augusto Emauz dos Santos, que assumiu o Departamento de Prática Profissional e no ano seguinte integrou-se seu irmão, Alberto Emauz dos Santos. No 2º semestre de 1966 vieram do Rio de Janeiro os arquitetos Paulo Penna Firme, Peter Schweizer e Donato Mello Jr.

Na consolidação do Curso atuaram o arquiteto Antonio Paul de Albuquerque, os engenheiros Arnaldo Prado Jr., Frederico Guilherme Chaves³, Henrique Lobo e Salomão Marcos Pinto, além da assistente social Maria Eunice Reymão, a socióloga Zuila Gonçalves e a licenciada em Geografia e História Maria Iracema Frota.

Segundo Paul, na sequencia dos coordenadores sucederam-se Enio Wolf Livi, Alfredo Boneff, Paul Albuquerque, Zuila Gonçalves, Luiz Fernando Alencar, Salomão Pinto, Ruy Navegantes e Alberto Rubim. Após a reforma universitária de 1971, foram Chefes do Departamento de Desenho e Arquitetura: João Messias dos Santos Filho, Jorge Derenji e Paul Albuquerque.

O pequeno texto elaborado por Paul Albuquerque baseou-se num relato de Hélio Veríssimo, do qual Paul extraiu as informações essenciais. Contudo, Mestre Hélio enfatiza em seu depoimento a preocupação em “não esquecer nomes e fatos relevantes”, destacando a atuação do reitor José da Silveira Neto, que à época “ampliava os horizontes da Universidade Federal do Pará”. “Ao lado dessa grande e indispensável força, um grupo de engenheiros da terra lutava por ampliar seu campo profissional, paralelamente à natural demanda já existente, da parte dos concluintes do colegial, por um curso seriado de Arquitetura.” Segue destacando o denodo e perseverança dos engenheiros, bem como a presença constante de Camillo Porto de Oliveira,

testemunha de todos os lances que acompanharam o desenrolar do que se poderia chamar rápido processo de implantação do curso em apreço. Sua ajuda se estendeu inclusive ao apoio pessoal, valioso aos professores recém-chegados, e nisso foi acompanhado de forma especial também pelo Eng^o MILTON JOSÉ PINHEIRO MONTE (VERÍSSIMO, 1980. p.1)

³ Frederico Guilherme Chaves (1941 -) é Engenheiro civil, tendo exercido atividades na Delegacia Regional do Banco Nacional de Habitação e na Companhia de Habitação do Pará, e como docente de disciplinas de Tecnologia no Curso de Arquitetura entre os anos de 1965 e 1995.

Tal explicação para a origem do Curso de Arquitetura da Universidade do Pará⁴ é tida como uma vertente mítica, como relatam os professores Paulo Cal⁵ e Jaime Bibas⁶, ao destacar o papel do então engenheiro Camillo Porto de Oliveira como “pai do Curso”. A história contada trata de um fato relacionado a realização do projeto da Sede da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), tarefa a qual o engenheiro Camillo teria sido impedido de realizar em função de tratar-se de uma obra monumental, que seria prerrogativa exclusiva dos profissionais de arquitetura. Segundo Cal, Camillo era um dos maiores projetistas de Belém, tendo introduzido linhas sinuosas do modernismo na arquitetura da cidade, a partir de sugestões de fora, adaptando projetos para a região de forma satisfatória, criando obras como o Clube do Remo, o primeiro Shopping Center de Belém - o Conjunto Santa Maria de Belém e algumas residências em estilo moderno, situadas na Avenida Almirante Barroso.

Em virtude disso, ele teria buscado apoio no então reitor José da Silveira Neto para fundar o Curso de Arquitetura, do qual foi aluno na primeira turma de adaptação destinada a engenheiros. A iniciativa de Camillo teve apoio na tendência nacional de valorização do papel do arquiteto e do urbanista, em face da política desenvolvimentista iniciada por Juscelino Kubitschek e continuada pelos governos militares.

3.2 MATIZES ARQUITETÔNICOS NA FORMAÇÃO DO CAUP⁷

Sobre a Estrutura pedagógica do Curso, o Professor Hélio Veríssimo reconhece que a mesma se alinhava com a do Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), embora houvesse intenção dos professores em adaptá-la ao ambiente local, “a Amazônia”. Sobre a Arquitetura moderna, cita o texto que produziu para ingressar como Arquiteto do Banco Nacional

⁴ A denominação foi alterada para Universidade Federal do Pará em 20 de agosto de 1965, pela Lei 4.759, que Dispõe sobre a Denominação e Qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Disponível em: <<http://fauufpa.wordpress.com/2011/11/16/quando-a-universidade-do-para- virou-universidade-federal-do-para-em-20-de-agosto-de-1965/>>. Acesso em 17 nov. 2011.

⁵ Paulo Sérgio Rodrigues Cal (1943 -) é Arquiteto e urbanista, com Especialização em Desenho Urbano (IBAM RJ) e Mestrado em Urbanismo (Universidade de Paris XII), exercendo a atividade docente no Curso de Arquitetura da UFPA entre 1969 e 1998. Foi professor na Pós-graduação no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA.

⁶ Entrevista concedida por Paulo Cal e Jaime Bibas a Haroldo Baleixe em fevereiro de 2009. Jaime de Oliveira Bibas é Arquiteto, professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPA. Cedido para integrar a equipe do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC (tomando a denominação IPHAN a partir de 1994), posteriormente da Secretaria de Cultura do Estado do Pará - SECULT. Foi Presidente do Instituto de Artes do Pará.

⁷ CAUP: abreviatura para Curso de Arquitetura da Universidade do Pará, como utilizado na época em apostilas.

da Habitação (BNH), no ano de 1968, que tinha como tema proposto “A necessidade de adequação residência meio ambiente e conseqüente estudo da casa ecológica”. Cita como exemplo da “casa ecológica” a sua própria residência, projetada em 1971 (Figuras 24 a 26):

Vocês tão vendo os vidros: aqueles vidros ali não tem dois anos, não tinha vidro aqui. Era tudo veneziana. Porquê? Minha esposa quando esteve aqui teve ofuscamento, porque a intensidade luminosa do ambiente é alta. No Sul quando está no inverno fica escuro, aqui não, é azul, sempre azul. Quando fica escurinho, cai a chuva, depois abre o sol. Então esse tipo de coisa me influenciou. Eu não usei vidro em casa, praticamente só no banheiro. Só veneziana por causa da ventilação. Agora que eu botei porque o pessoal diz que é escura a casa.⁸

No projeto de sua residência, evidencia-se a busca de adequar a casa ao clima, empregando venezianas em madeira, pergolados e revestimentos rústicos em barro, além do telhado em duas águas. Percebe-se influência da arquitetura moderna de caráter organicista, na qual técnicas e materiais modernos mesclam-se a elementos da arquitetura preexistente.

O Curso de Arquitetura da UFRGS, em Porto alegre, foi fundado em 1944, reunindo em seu corpo docente os arquitetos Demétrio Ribeiro, Edvaldo Paiva (engenheiro especializado em urbanismo no Uruguai) e Edgar Albuquerque Graeff, que viria a concluir o Curso de Arquitetura no Rio de Janeiro em 1947. O currículo do Curso de Arquitetura da Escola de Belas-Artes do Rio Grande do Sul contou com a participação de arquitetos uruguaios, aos quais deve-se a incursão pelo realismo socialista, associado a matriz modernista de Corbusier e da escola carioca (GOLDMAN, 2003). Graeff representou uma renovação do ensino da arquitetura gaúcha, até então dominado pela influência uruguaia.

Na Arquitetura residencial de Graeff, nota-se as plantas livres, uso de vidro em abundância, bem como varandas protegidas por treliçados de madeira tipo muxarabis, heranças da arquitetura colonial brasileira. É comum também o emprego de cobogós ou tijolos vazados, tijolos aparentes e caixilhos em madeira, bem como de telhados inclinados aparentes, sem recorrer à platibanda. Percebe-se, portanto, as lições de Lucio Costa quanto a integração de elementos do colonial brasileiro ao partido e tecnologia modernos.

Na formação dos primeiros Arquitetos em Belém os textos didáticos produzidos por Graeff



24, 25 e 26.
Casa Hélio
Veríssimo Belém
Fotos: Ronaldo
Marques de
Carvalho, 2009

⁸ Entrevista concedida por Hélio Oliveira Veríssimo a Cybelle Miranda e Ronaldo Marques de Carvalho em 27 de janeiro de 2009.



27. Residência La Rocque Soares modernismo adaptado
Foto: Cybelle Miranda, 2010

28 e 29. Solar Zuema Carvalho, projeto de Ronaldo Carvalho nos anos 80
Fotos: Ronaldo Marques de Carvalho, 1986; 2005

foram utilizados, bem como a formação de muitos dos primeiros professores tinha por origem a ‘Escola Carioca’, de modo que tais influências podem ser notadas na produção dos primeiros alunos do CAUP.

Contudo, a leitura de revistas de Arquitetura estrangeiras, em especial as norte-americanas, era outra fonte de informação estética, que trazia padrões formais e tecnológicos muitas vezes empregados de modo literal. Relatos de egressos das turmas dos anos 70 referem a existência de conflitos entre os alunos quanto a filiação a tendências “estrangeiras” modernistas, e a produção de uma arquitetura que refletisse a integração local ao ambiente cultural (Figura 27). Tal contexto sugere que muitos arquitetos tenham optado por produzir, especialmente na Arquitetura residencial, simulacros do colonial, que poderia ser visualizado no bairro da Cidade Velha, mas vinha indiretamente vinculado à arquitetura californiana, usada como modelo para a vertente neocolonial. A ‘arquitetura dos arcos abatidos’ contagia a cidade nos anos 70 e 80, sendo comum seu emprego hoje na arquitetura popular ou espontânea (Figuras 28 e 29).

Discente da primeira turma de vestibular, Paulo Chaves narra sua formação como Arquiteto:

Eu comecei em 64 a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA. E lá nós tínhamos uma formação humanista, uma formação universalista, genérica, inclusive na área de Ciências Sociais, Sociologia, nós tínhamos História da Arte, uma série de disciplinas que nos dava uma visão global da História da Humanidade, da formação das cidades. Tínhamos uma disciplina sobre a própria História do Urbanismo, como se constituíam as cidades, como se desenvolviam, e evidentemente que isso foi um “insight” muito importante na percepção do que significa ser cidadão, do que significa conviver com as pessoas em determinado lócus, foi muito bom. Por outro lado, com a História da Arte e História da Arquitetura, eu comecei junto com meus colegas de turma e os meus contemporâneos a desenvolver a sensibilidade e o gosto pelos estilos, pela constituição das cidades espontâneas e planejadas. Nós passamos a ter essa visão holística da Arquitetura, não a Arquitetura do prédio individual apenas, mas considerando o desenho urbano como a somatória de todas as relações sociais que deságuam em espaços construídos. No entanto, a minha formação mais tecnológica de projetista, de arquiteto como se dizia àquela altura, do arquiteto de prancheta, era muito influenciada pelo rescaldo do que foi a Bauhaus na Alemanha nos anos 30, de seus principais teóricos como Gropius, Mies van der Rohe, Corbusier. E portanto era a formação de uma arquitetura muito pragmática, muito voltada para o moderno, para a função aliada à forma, mas a função tinha um papel importante, a forma deveria ser aquilo que a gente aprendia como verdadeiro, a estrutura devia estar sempre bem identificada, os materiais deveriam ter o máximo possível a sua pureza, o tijolo é o tijolo, o concreto é o concreto, o ferro é o ferro, e que essas coisas

estivessem sempre muito explícitas na obra, o despojamento do que seria o ornamento, a Arte decorativa aplicada na Arquitetura, em que o recurso ao ornamento, tirando o conceito estrutural de uma fachada, não era mais possível. Havia uma limpeza na planta, uma certa ortodoxia na maneira de projetar, sem nenhum excesso. Nossa formação parte de um núcleo de arquitetos que vem do Rio Grande do Sul, dentro dessa perspectiva da Bauhaus. Apesar do conhecimento da teoria e dos estilos em Arquitetura, isso não influenciava diretamente na nossa produção de projetos. Havia professores como o Donato Mello Jr. que era muito interessado na obra do Landi, mas o fazer arquitetura era por um outro caminho.”⁹

A partir de uma foto pertencente ao Professor Maia da Costa que documenta uma Visita técnica a ICOMI¹⁰, no Amapá, mostrada aos professores Hélio Veríssimo e Jaime Bibas pode-se identificar alguns professores e discentes da primeira turma do Curso: da esquerda para a direita, foram identificados Enio Wolf Livi, Paulo Martins, Antonio Couceiro, Manoel José Maia da Costa¹¹, Lucia Daltro de Viveiros, discente não identificada, Hélio Veríssimo, Rui Pantoja, Alcyr Meira, Milton Monte, engenheiro não identificado, Manoel Acácio, Augusto Emaúz dos Santos e discente não identificado (Figura 30). Sobre a importância do exemplo da arquitetura da ICOMI sobre os discentes, narrou o Professor Hélio:

Mas estas construções aqui do acampamento pioneiro inicial, da ICOMI, eu jamais pensei na vida que fosse, Pará era uma coisa no mapa e eu me recordo que lá em Porto Alegre eu assisti justamente o início da construção do projeto, Bratke, Oswaldo. Eu assisti todo o projeto dele, o início, a preocupação dele com coisas de arquitetura local, o problema da ventilação, o problema dos insetos, a tela nas janelas, e eu assisti tudo aquilo no cinema. Anos depois, aqui na ICOMI fomos, assistimos lá, os engenheiros explicaram tudo aquilo, e depois qual a minha surpresa: quando nos convidaram, dentro das ações de conhecimento da empresa, nós num pequeno auditoriozinho, sentado, revendo aquele mesmo filme que eu vi muitíssimos anos atrás. Aquele tempo que eu morava em Porto Alegre aquilo me encantou, a arquitetura, e até me impulsionou pra isso. Em Macapá, fechou um ciclo quando eu vi aquele filme. Esse aqui é um dos Emaús, o Augusto Emaús dos Santos. O Maia, Lucia Viveiros, Couceiro pequenininho aqui, esse é o Martins do Lá em Casa, Paulo Martins. Eu

⁹ Entrevista concedida pelo arquiteto Paulo Roberto Chaves Fernandes a Cybelle Miranda em 5 de março de 2004, no Parque da Residência.

¹⁰ Indústria e Comércio de Minério S/A.

¹¹ Manoel José Maia da Costa (1932 -) é Engenheiro e Arquiteto, Especialista em Arquitetura nos Trópicos (UFPA), tendo exercido atividades docentes no Curso de Arquitetura entre 1968 e 2002. Foi Engenheiro do Setor de Obras e fiscalização do Núcleo Pioneiro do Guamá, Universidade do Pará, bem como exerceu atividades profissionais na Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas do Estado.



30. Visita a ICOMI de
18 a 20 de junho de 1965
Fonte: Acervo Manoel José Maia da Costa

tenho impressão que isso aqui tá unindo uma das primeiras turmas de engenheiros e uma das primeiras turmas também de arquitetura.¹²

O exemplo da Vila da ICOMI seguramente repercutiu no aprendizado dos primeiros alunos, como se pode perceber na semelhança entre os prédios do Campus Pioneiro da UFPA, projetados por Alcyr Meira, e aqueles de Bratke (Figura 31). Segundo Espallargas (2009)

¹² Entrevista concedida por Hélio Oliveira Veríssimo a Cybelle Miranda e Ronaldo Marques de Carvalho em 27 de janeiro de 2009.



31. José da Silveira Netto discute a implantação do Campus com Alcyr Meira
Fonte: Acervo Biblioteca Central, 196?

essa arquitetura encontra seus artifícios para melhor adaptar-se às condições climáticas tropicais, isso não quer dizer que, para isso, tenha que renunciar à experiência moderna consolidada. Bratke desenha na floresta sem ocupar-se com o folk, o vernáculo ou o regional, sem precisar inventar ou copiar uma arquitetura apta e especial para essas condições adversas, como se o moderno fosse demasiado fino ou delicado para enfrentar a condição rude. Como se o moderno fosse esnobe e refinado demais para essa gente e cultura embrutecidas.

Em sua análise do projeto de Bratke, Espallargas enfatiza o uso da madeira, material abundante no local, bem como e o emprego de estrutura de cobertura simplificada, difundida

em loteamentos na Costa Oeste americana. Ressalta que a concepção do arquiteto é moderna por excelência, não fazendo menção a saberes ancestrais ou a “qualquer tipo de regionalismo” (ESPALLARGAS, 2009).

O Arquiteto Hélio Oliveira Veríssimo, nascido em 17 de dezembro de 1933 em Santo Ângelo, nos Sete Povos das Missões do Rio Grande do Sul, era amigo de Ênio Livi e Amílcar Montenegro de Freitas, que como coordenador do Curso solicitou ao Reitor Silveira Netto que convidasse Hélio para integrar o Departamento de Cultura, o que ocorreu no segundo semestre de 1964. Formado em 1961, Hélio trabalhava na Comissão Estadual de Silos e Armazéns, em Porto Alegre quando se deslocou a Belém para ministrar as disciplinas de História da Arquitetura, Evolução Urbana e História da Arte. Conta que na época inicial do Curso havia muita familiaridade entre professores e alunos, pois as turmas eram pequenas, e as aulas ocupavam os três turnos. Foi vice-coordenador na gestão do engenheiro boliviano Alfredo Boneff.

Como método de ensino, a imagem em primeiro lugar; produziu centenas de slides, com os quais preenchia horas inteiras de aula, sendo o conhecimento adquirido a partir da leitura permanente de livros e revistas, uma vez que o professor só teve oportunidade de fazer viagens mais distantes após a aposentadoria.

No Curso, a ênfase era maior em Projeto e Desenho Artístico, com aulas ao ar livre que eram novidade na época. O trabalho final da última disciplina de Projeto assumia a vez do Trabalho de Conclusão de Curso atual, e geralmente versava sobre uma proposta urbanística, como ocorreu na turma de Maia e Monte, que compuseram em dupla um Distrito Industrial para Belém:

Eu me lembro que nós tivemos uma dificuldade tremenda porque nós procuramos os órgãos, na fase de pesquisa, pra saber onde se situava melhor o Distrito Industrial de Belém, então tinha aquele negócio de verificar a ventilação pra não jogar poluição pra cidade, meio de transporte fluvial, terrestre. E aí nós chegamos à conclusão que era melhor em Santa Isabel, numa cidadezinha. Nós procuramos no DER, na prefeitura, as plantas, mas não se achava nada, nem o acesso pra lá. Aí, nesse tempo o Milton Monte tinha comprado um fusquinha e eu disse “Milton, vamos pegar uma bússola e fazer um levantamento pra fazer o desenho.” Nós saímos com o fusca, chegou na entrada de lá da BR pra entrar na localidade e nós paramos. Eu aprumei a bússola e vi o ângulo, quando chegou lá na primeira curva nós paramos e medimos a quilometragem no carro. Nós fizemos outros trabalhos, mas esse foi



32. Alunos e professores
da primeira turma de
Arquitetura no Chalé de ferro
Fonte: Acervo da Biblioteca
Central da UFPA, s.d.

o final. A gente trabalhou zonas, unidades de vizinhança: a gente fez tudo separado, setor comercial, negócio muito bem bolado.¹³

Os primeiros alunos foram: Alcyr Bóris de Souza Meira¹⁴, Camillo Sá e Souza Porto de Oliveira, José Ruy Moussalém Pantoja Pimentel, Lúcia Daltro de Viveiros, Maria de Nazaré Gusmão Falcão, Milton José Pinheiro Monte, Manoel José Gonçalves, Manoel José Maia da Costa, Rui Agostinho Otoni Vieira, Roberto de La Rocque Soares. Da segunda turma de adaptação participaram Arthur dos Santos Mello, Carlos Augusto Horácio Freire, Delmar Maciel Castelo de Souza, Elias Antonio Mokarzel, Maurício Maués de Paula, Paulo de Tarso da Silva Barreto e Ricardo Augusto de Souza. Destes Alcyr Meira, Milton Monte, Manoel Maia da Costa, Roberto de La Rocque Soares e Arthur Mello tornaram-se em seguida professores do Curso de Arquitetura (Figura 32). Na foto abaixo pode-se identificar professores e alunos da primeira turma, tais como Enio Wolf Livi, Salomão Marcos Pinto, Roberto de La Rocque Soares, Bohdan Bujnowski; Milton José Pinheiro Monte; Antonio Paul de Albuquerque, Rosa Lobato, Maria Lúcia de Moraes Moreira, Lúcia Daltro de Viveiros; Alcyr Boris de Souza Meira, Engenheiro Bouez, Manoel Antonio Gonçalves “Manolo”, José Ruy Mousalém Pantoja Pimente, Arnaldo Prado Júnior, Jorge Derenji e Manoel Maia da Costa.

Da primeira turma de alunos advindos do Ensino Médio ingressaram: Armando Osório de Mendonça, Benedito Soares de Melo, Guilherme Henrique Lobato, Jorge Raimundo do Vale, Luiz Fernando Alencar, Maria Lúcia de Moraes Moreira, Nara Brasil de Miranda, Paulo Geraldo de Melo e Silva, Paulo Roberto Chaves Fernandes, Paulo Sérgio Rodrigues Cal e Zinda de Menezes Lobato.

¹³ Entrevista concedida por Manoel José Maia da Costa a Cybelle Miranda e Ronaldo Marques de Carvalho em 25 de janeiro de 2009.

¹⁴ Alcyr Bóris de Souza Meira é Engenheiro civil (1956) formado pela Escola de Engenharia do Estado do Pará e em Arquitetura (1966) pela Universidade do Pará. É membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e Presidente da Academia Paraense de Letras. Como docente, foi Instrutor de Ensino da Cadeira Construção Civil e Arquitetura da Escola de Engenharia do Estado do Pará (1958/1959) e na Cadeira de desenho do Núcleo de Física e Matemática - Universidade Federal do Pará (1960). Como Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará (1962/1992), lecionou “Arquitetura no Brasil” e “Teoria da Arquitetura”, no Curso de Arquitetura. Em 1968, foi professor Contratado da Rice University - Houston, Texas - USA, tendo ministrado Seminário sobre Arquitetura Tropical e sobre Planejamento de Campi Universitários. Como projetista, destacam-se o Projeto do Campus da Universidade Federal do Pará - Belém-Pará (1966/1968), para o qual desenvolveu: Plano Geral de Urbanização e Paisagismo; Projeto de pórticos, setor de aulas teóricas do Básico, Biblioteca Central, Ginásio de Esportes, dentre outros. Realizou também Planos Diretores para outras Universidades brasileiras e da América do Sul. Em 2013, recebeu o título de Professor Emérito da Universidade Federal do Pará.

Logo após a formatura das duas primeiras turmas de adaptação, os professores da UFRGS e de outros estados retornaram, de modo que os recém-egressos como Maia da Costa, Milton Monte e Roberto de La Rocque Soares, foram convidados a lecionar. Segundo Maia, que iniciou suas atividades docentes no Curso de Arquitetura em 1968, os novos professores não recebiam qualquer preparação ou orientação didática, de modo que as atividades foram apreendidas graças ao autodidatismo dos arquitetos.

Paulo Cal afirma que o curso de arquitetura foi desprezado no início pela engenharia civil, pois os arquitetos eram vistos como os que desenhavam “florzinha” e os engenheiros que tinham a tradição de fazer projeto. Jaime Bibas lembra que, antes da criação do curso de arquitetura na UFPA, só haviam dois arquitetos: Paul Albuquerque e Feliciano Seixas. O primeiro não era muito bem visto dentro da própria escola de arquitetura, mas por insistência do próprio arquiteto, ele foi “se chegando aos poucos”¹⁵.

Sobre a relação do curso de arquitetura com a escola de teatro, Paulo Cal comentou:

Nós, no segundo ano da escola, nós fizemos, às quintas-feiras tinha aquela palestra lá, então nós fizemos um palco, que a gente projetou com folha de brasilite, cedidas pelo Camilo Porto de Oliveira, que era representante de um depósito aqui na Braz de Aguiar, que do lado era o escritório dele, e nós fizemos lá a primeira vez que se bolou em Belém [...] Isso foi feito pela primeira vez na escola de arquitetura, entendeste? Por pessoal da escola de teatro, mas quem escolheu o texto fomos nós, quem discutiu como ia ser o palco e o c... a quatro...¹⁶

Houve, assim, a “tradição das quintas-feiras”, quando ocorriam palestras de temas ligados ao curso, inclusive sobre lógica matemática, assunto que Paulo Cal considera menosprezado pelos arquitetos atualmente. Ele ainda conta que, no início, os alunos eram em pequeno número e alguns foram saindo, como Benedito Melo, Celso Castro Neto e Celso Freitas; outros voltaram e se formaram posteriormente. No mesmo período, foram criados outros cursos além de Arquitetura: Biblioteconomia, Administração, Geologia, Direito e o curso de Teatro, o que foi considerado “impacto” na época. Paulo Cal conta que, apesar de o curso de arquitetura “alimentar todo um viés cultural”, era formado inicialmente por “aquele pessoal que não queria nada, todos vigaristas, atrasados [...]” e o curso de Geologia foi o que assumiu posição de destaque, pois na época se iniciaram as pesquisas sobre os minérios da Amazônia, desenvolvendo o primeiro curso de Pós Graduação (Figuras 33 e 34).

¹⁵ Entrevista concedida por Jaime Bibas e Paulo Cal a Haroldo Baleixe em fevereiro de 2009.

¹⁶ Idem.



33. Formatura da turma de 1973, apresentando trabalhos de urbanismo (da esq. Ronaldo Carvalho, Edilberto Lima, Tânia Martins, Jorge Sagica, Fátima Viana, Helielza Oliveira e Nazaré Bentes)

Foto: Acervo Jorge Cardoso Sagica

34. Formatura da turma de 1978, no Chalé da José Bonifácio

Foto: Acervo Stélio Santa Rosa



Sobre o local onde funcionava o curso, Jaime Bibas e Paulo Cal relatam que as aulas eram no Chalé de Ferro, que se encontra atualmente na UFPA, antes localizado no Clube Monte Líbano, no bairro de São Brás. Consistindo em três ateliês e uma sala para aulas teóricas, o chalé era situado onde se estacionavam os trens, o que, na época da ditadura militar, era um ponto estratégico - o prédio servia como local para aulas e também reuniões de cunho político. Paulo Cal relata:

era um curso que, tinha dias que tu não podia entrar e nem sair de carro, que os trens fechavam o carro, entendeste como é? A polícia nunca podia chegar lá e...fechar. O curso tinha várias saídas por trás, entendeste como é?... tinha brechas de você sair por lá, ou pra sair por lá.

A respeito da mudança de endereço do curso de Arquitetura, Paulo Cal conta:

[...] a arquitetura tava muito bem localizada lá na Almirante Barroso, égua, podia estar lá até hoje se quisessem, desde que mantivesse vinte alunos, podia estar lá até hoje. Aí foi uma

época em que o Jarbas Passarinho, 1971, a reforma universitária [...], que transformaram de vinte em cinquenta. Companheiro, pegaram medicina de 40 para 150, foi pior, tanto que medicina tá f... por causa dessa reforma, pessoal não tem responsabilidade. [...] Não tinham o que fazer, a arquitetura saiu de lá, direto pro campus. Chegou lá, não tinha menor condições (*sic*) de se estabelecer nos primeiros do básico [...]

Com a mudança, o curso passou a funcionar nos blocos A, B, C e D do Setor Básico do Campus, mas as condições eram precárias.

Perguntado sobre a inserção da faculdade no Instituto de Tecnologia, Cal opina:

Na verdade eu acho até um privilégio [...]. Eu acho que a arquitetura é muito mais ciência do que arte [...]. Acho até que... Por enquanto você tem o seguinte: você usa programas pra fazer, pra desenhar, mas você não tem programas para conceber a arquitetura.

3.3 APOSTILAS DO CURSO DE ADAPTAÇÃO PROFISSIONAL À ARQUITETURA

Como documento revelador dos primórdios do ensino de Arquitetura, a pasta contendo apostilas pertencentes ao então aluno Roberto de La Rocque Soares foi o portal para o “túnel do tempo” que permitiu algumas reflexões acerca da maneira de pensar o mundo e a arquitetura dos alunos egressos da primeira turma: quais as responsabilidades do arquiteto e o que consideravam a dita ‘boa arquitetura’. Isso foi possível porque, dentre os ditos textos normativos, encontram-se também trabalhos desenvolvidos para disciplinas, que demonstram as ideias do aluno¹⁷. Usando o paradigma indiciário adotado por Ginzburg, permite-se concluir que o pensamento de um indivíduo representativo em seu meio seja capaz de elucidar o panorama de uma época.¹⁸

La Rocque Soares integrou a primeira turma de alunos do Curso de Arquitetura da UFPA, quando conheceu o professor Donato Mello Jr., de quem se tornou amigo. Este veio a Belém em 1966 ministrar a disciplina Arquitetura no Brasil, e solicitou aos discentes um trabalho com o tema “Clima e Arquitetura Residencial no Pará”, iniciando assim a pesquisa de La

¹⁷ Agradecemos a doação das Apostilas e de documentos relevantes do acervo do professor Roberto de La Rocque Soares por sua esposa, Elza de Nazareth Lobo Soares. O texto contou com a participação da discente da FAU Brena Bessa.

¹⁸ Ver GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Rocque sobre as Rocinhas e, conseqüentemente, o seu interesse pela preservação do Patrimônio Cultural Paraense.

Isso ficou ainda mais claro quando Mestre La Rocque foi o responsável, entre 1972 e 1975, pela primeira restauração do Palácio Lauro Sodré, atual Museu Histórico do Estado do Pará. Concomitantemente, La Rocque participou em 1974 do primeiro curso de especialização em “Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos” no Brasil, realizado na FAU-USP em parceria com o IPHAN, inspirando-o a organizar, em 1976, uma “Relação de Unidades Arquitetônicas e paisagísticas existentes no Estado do Pará a serem objeto de estudos para definir sobre a conveniência de seu tombamento”, encaminhada ao Diretor do IPHAN Renato Soeiro. Como reconhecimento, recebeu do SPHAN em 1987 a Medalha “Rodrigo Mello Franco de Andrade”, dedicada as personalidades que se destacam na defesa do patrimônio histórico brasileiro.

Ingressou no Magistério superior na Universidade Federal do Pará como professor Auxiliar, onde ministrou as disciplinas “Desenho a mão livre” na Escola de Engenharia, Desenho e Plástica I a IV e Introdução à Arquitetura e Teoria da Arquitetura (de 1967 a 1985) no Curso de Arquitetura. Como artista plástico, La Rocque foi pioneiro no Abstracionismo paraense e destacado aquarelista, embora circulasse pelas técnicas do óleo, colagem, gravura, escultura em madeira, gesso e pedra, entre outras. O depoimento de sua esposa, Elza, reforça a originalidade do Mestre: este submeteu trabalhos da série com couro a um Salão de Arte paraense, os quais não foram aceitos, à época, por terem sido considerados “artesanais”.

Posteriormente, já como Docente da UFPA, deu continuidade ao estudo da arquitetura rural paraense com o levantamento de Rocinhas, como também de chácaras e sítios em Belém e localidades próximas, com o projeto “Contribuição das antigas rocinhas à Arquitetura histórica regional do Pará”, realizado quando professor do Departamento de Artes e Comunicação, no período de 1986 a 1991.

Ocupou cargos como o de Engenheiro da Estrada de Ferro de Bragança e Engenheiro da Base Naval de Val-de-Cans na década de 50, engenheiro da SPEVEA (1954-1966), engenheiro do Ministério da Agricultura (1967-1968), além de diretor do Departamento de Obras da SEVOP (Pará) em 1972. Foi Conselheiro da Fundação Cultural do Estado do Pará e da SUDAM. Sem descuidar de sua formação de arquiteto projetista, concebeu obras beneficentes para entidades católicas, como a Igreja de São José de Queluz (1950) e a Capela no Centro Comunitário Santa Izabel de Hungria (Belém-1976) e residências como a Residência Reinaldo



35. Residência Reinaldo Silva,
projeto La Rocque Soares -
predomínio da forma escultórica
Foto: Fortunato Neto, 2010

Silva e a sua própria casa, recanto síntese de uma versão modernista adaptada com carinho ao clima equatorial (Figura 35).

A primeira turma do Curso de Arquitetura, composta de engenheiros civis, demonstra urgência em aplicar o conhecimento arquitetônico às ruas de Belém. Este fato, acredita-se, foi influenciado pelo movimento moderno, que pressupunha uma paulatina ‘substituição’ da tradição eclética da cidade. Observa-se esta questão no trabalho do discente acerca do livro “Arquitetura, uma arte para todos” de Talbot Hamlin: “[v]êm os anos [...] sofrendo, esta cidade, impactos resultantes da implantação de novas técnicas e de novas condições de progresso [...] criando soluções as mais desencontradas em seu aspecto arquitetônico e urbanístico.” (LA

ROCQUE SOARES, A Arquitetura...1964. p.2). O ecletismo, com suas inovações de cunho técnico e com sua pluralidade de traços estilísticos, era preterido com relação ao modernismo vigente: “[...] faltou desde essa época em Belém uma equipe de arquitetos para acompanhar e orientar suas transformações de cidade colonial em uma cidade atual [...]”, onde se entende por “atual” o uso do estilo Moderno.

O pensamento do aluno reproduz o discurso presente nas Apostilas, que demonstram repúdio ao estilo anterior, adjetivado como “miscelânea caricata de estilos onde tudo ocorre, menos Arquitetura.”(Idem) Confere-se aos adornos característicos do período eclético a denominação de “[...] entidades estranhas aplicadas aos edifícios como verdadeira maquilagem” (TEORIA geral. Conteúdo dos programas arquitetônicos e estrutura social, 196[?].p. 7), em que o termo ‘maquilagem’ faz referência a essas ‘entidades estranhas’, exageros, que ‘mentem’ a real forma do edifício, ludibriam o expectador acerca do que o Modernismo aprecia como manifestação: a forma clara, geométrica, nítida, de rápida apreensão.

Quanto ao trabalho do Arquiteto, podemos destacar uma idealização do profissional que, por vezes, confunde-se com a idealização do próprio movimento moderno. Através de apostilas do ‘Curso de Adaptação de Engenheiros à Arquitetura’ pode-se destacar essa visão utópica da profissão em trechos como “Estudar a Carta [de Atenas] tem por objetivo estimular os jovens estudantes a manifestar-se com vigor e paixão (GRAEFF, 196-[?]. p. 2).” O documento mencionado, a Carta de Atenas, segundo Edgar Graeff, tem conteúdo idealista reformista de ordem panfletária – comparando-a ao socialismo utópico, idealizado. O autor vai além quando diz que se deve valorizar o documento pelas suas virtudes e não por seus defeitos: em resposta as vozes distoantes que surgem nos anos 60 do século XX.

Por ter característica de reação ao academicismo, a “Nova Arquitetura” acredita que o estilo do seu próprio tempo é a Arquitetura válida. Este aspecto é evidente em afirmações como “[a]s formas plásticas que os arquitetos reproduziam – inspiradas em padrões clássicos – já não eram formas vivas, geradas num processo orgânico – elas não passavam de um envoltório, uma casca dentro da qual era preciso arranjar as funções práticas.”(TEORIA geral. Conteúdo dos programas arquitetônicos e estrutura social, 196-[?].p. 4) e “[...] para funções inteiramente novas os arquitetos só dispunham de velhas formas, rigidamente, cadavêricamente classicistas.”(IBIDEM. p. 7). Em sintonia com os textos didáticos, o aluno afirma sua crença na obsolescência da Arquitetura dos períodos anteriores, que já não permitia abrigar as funções contemporâneas:

Cabe notar a essa altura o esforço feito pelos engenheiros locais em procurar nos grandes centros do país e do mundo, quer através de viagens, quer através de publicações e outros meios de comunicações, as últimas soluções da técnica e do progresso, no sentido de dotar Belém de novas construções onde a estética e a função viessem a caminhar de mãos dadas. (LA ROCQUE SOARES, A Arquitetura...1964. p.2-3)

La Rocque conclui o texto apontando o papel do Curso de Arquitetura e da comunidade, para a organização do espaço:

Se a criação e funcionamento em nossos dias de um curso de Arquitetura não pode mais remover alguns aspectos citados de deficiências de planejamento, nem por isso deixou de surgir uma época em que a Comunidade de Belém do Pará, devidamente motivada pelas exigências da conjuntura atual, receberá de braços abertos a arte e a técnica de bem planejar e construir a sua cidade. (LA ROCQUE SOARES, A Arquitetura...1964. p.3).

Assim, na apostila que disserta sobre Cidades Medievais, observa-se um tom de crítica no que diz respeito às características da Arquitetura do passado, no caso, a do medievo: expressões como “confusão social e econômica”, no que diz respeito ao período no qual as cidades diminuíram de importância sob uma estrutura feudal, mostram-nos uma crítica àquela forma de organização socioeconômica (CIDADES Medievais, [196-?]).

Nota-se ainda, nas apostilas do Curso de Adaptação, a ausência de uma quantidade significativa de textos sobre a História da Arquitetura em favor de textos sobre método projetual e composição. A partir desta constatação, pode-se inferir que o curso possuiu à época um caráter de ensino de prática arquitetônica em detrimento de produção de conhecimento – pesquisa. “A composição na arquitetura deve, portanto, constituir o centro de convergência de todo o esforço didático realizado nos cursos de formação de arquitetos.” (A COMPOSIÇÃO da Arquitetura e o Ensino. [196-?]. p.1).

Porém, apesar da predominância do ensino da composição arquitetônica, acredita-se que “(...) a teoria e a prática coexistem através de relações de natureza dialética, que mantém a arquitetura em permanente processo de transformação, dando-lhe assim um caráter de arquitetura viva e dinâmica.” (O SETOR dentro do Quadro Geral do Curso, 1965.p.5)

O caráter generalista do curso também é evidenciado ao longo da análise das apostilas, visto que se têm um grande apreço em categorizar, conceituar, pormenorizar algo semelhante a instruções de ‘como projetar’. Na passagem “O Exercício da Arquitetura, desde sua



36 e 37. Tribunal de Contas do Estado, projeto de Paulo Cal, Paulo Chaves e Armando Mendonça
Foto: Bianca Barbosa, 2015; Cybelle Miranda, 2010.

aprendizagem, é, antes de tudo, um trabalho de invenção e criação artística” fica marcada a definição de Arquitetura como Arte, distanciando-se da técnica, saber precípuo dos engenheiros (CONCEITUAÇÃO geral de Arquitetura: Ponto nº I. 1964.p.1).

Ao arquiteto são atribuídas habilidades onipotentes, que envolvem “[...] estudar e analisar os problemas específicos da arquitetura – e indicar soluções.”, “[...] criar espaços organizados, visando o conforto, a saúde e a felicidade, nos quais a vida humana pode se desenvolver.” E, por fim, como artista, o arquiteto crê que “[...] arquitetura é arte e como tal, deve transmitir sentimento emotivo.” (CONCEITUAÇÃO geral de Arquitetura: Ponto nº I. 1964.p .4)

Apesar de a Arquitetura possuir “aspectos práticos, culturais, sociais, emocionais, técnicos e artísticos”, os últimos são considerados o princípio e o fim da prática arquitetônica. Quanto a função prática, o edifício tem a utilidade de proteção contra a natureza, enquanto que culturalmente define o sentido Histórico do ser humano. Demonstram, assim, preocupação com a história dos lugares, tomando as cidades e suas edificações como um grande livro de arquitetura. Emocional e artisticamente, temos que a Arquitetura deve “[...] proporcionar o prazer de tudo que é belo – o prazer dos sentidos.” Este ‘prazer dos sentidos’ é “uma questão de ritmo, equilíbrio e forma” e “existe independente dos estilos” (Figura 36 e 37). (CONCEITUAÇÃO geral de Arquitetura: Ponto nº I. 1964.p.3)

Quanto ao caráter emocional e artístico da Arquitetura, quem os percebem “são aqueles que apesar da agitação e do tumulto da vida moderna ainda sabem manter a alma pura e sensível” (IBIDEM. p.4) Adotando uma leitura romântica da Estética, impregnada talvez pela obra de G. W. F. Hegel “Curso de Estética – O Sistema das Artes”, enfatiza o tema da “cabana primitiva”, matriz e protótipo do abrigo (HEGEL, 2010)(TEORIA Geral: Conceito de Arquitetura [196-?])

Prosseguindo nas similaridades com as ideias expressas por Hegel, temos na apostila “A percepção do ambiente se processa através dos diferentes sentidos [...] a FORMA ARQUITETÔNICA é definida em dimensões VISUAIS, TÁTEIS, AUDITIVAS E OLFATIVAS, condicionadas pelo TEMPO.” (IBIDEM.p.4), adotando o princípio de identidade entre Arte e Arquitetura, nas quais a função primordial é a função Estética, aquela referente aos estímulos captados pelos

sentidos (HEGEL, 2010. p.13). Este paralelo entre as apostilas e a obra de Hegel nos faz visualizar o caráter de ‘obra de arte’ que a Arquitetura teve para os egressos da primeira turma da Escola de Arquitetura da Universidade do Pará.

Quanto ao conceito de belo em arquitetura, centra-se na “[...] busca de clareza e definição dos volumes, simplicidade, ordem [...]”(TEORIA Geral: Conceito de Arquitetura [196-?]. p. 4) como características marcantes – as formas de “justa geometria”, como acredita Le Corbusier. O autor dá mostras do que seria uma arquitetura “lamentável”: “O jogo caprichoso e livre de formas que procuram ignorar a geometria (...)”(IDEM). Partindo destas citações, pode-se concluir que o belo para os arquitetos da época era a estética moderna, renegando ao ostracismo o passado “predominantemente eclético e de tradições barrocas” do Brasil.

Por fim, para Lúcio Costa, “Pode-se, assim, definir Arquitetura como construção concebida com uma determinada INTENÇÃO PLÁSTICA, em função de uma determinada época, de um determinado meio, de um determinado material, de uma determinada técnica e de um determinado programa”(TEORIA Geral: Conceito de Arquitetura [196-?].p.1). Essa definição descreve como a arquitetura é composta de diversas variáveis que devem ser conciliadas da melhor forma possível durante o processo de concepção projetual. “O arquiteto deve ser uma espécie de regente de orquestra: conhecendo todos os instrumentos, embora sem saber tocá-los, deve, porém, dominar a estética para transformar os noventa instrumentos em um todo sonoro, harmônico e agradável.” (IDEM)

No ideário transferido aos primeiros alunos, percebe-se a ênfase no funcionalismo moderno, dosado com a dominante artística, que acentua o papel da Arquitetura como obra de arte. Não por acaso, muitos dos primeiros alunos voltaram sua carreira às artes visuais, como La Rocque Soares, Dina Oliveira, Emanuel Nassar, Osmar Pinheiro Filho, Jorge Eiró, entre outros. Em sua Tese de Doutorado “Arquitextura dos afetos: esrileituras sobre desenhos de artistas-professores” (2014), Jorge Leal Eiró da Silva busca as referências imagéticas de sua formação como arquiteto, artista plástico e professor de representação e expressão, testemunhando que:

38 e 39. Exposição de trabalhos da disciplina Representação e Expressão ministradas pelos professores Dina Oliveira e Haroldo Baleixe
Foto: Ronaldo Marques de Carvalho, 2008



É certo afirmar que o contato com os conceitos e teorias da estética e da história da arte e da arquitetura, bem como o aprendizado das técnicas de representação e expressão do campo de desenho e plástica, disciplinas próprias do ensino de arquitetura, estimulariam decisivamente muitos dos novos e futuros arquitetos a trilharem outros caminhos. Das primeiras turmas formadas na década de 1960 destacamos Alcyr Meira e Roberto de La Rocque Soares, que desenvolveriam em paralelo ao ofício de arquiteto um reconhecido trabalho voltado às artes plásticas, dando início a um movimento que se expandiria a partir dos anos de 1970, aquele de uma geração de artistas plásticos oriundos da Escola de Arquitetura da UFPA, que se consolidaria na década de 1980 (EIRÓ DA SILVA, 2014. p. 33).

Atualmente, o potencial da expressão gráfica e volumétrica permanece evidente no Ensino de Arquitetura na Faculdade, sendo periodicamente expostos no Hall do Atelier de Arquitetura, como forma de reafirmar a importância do desenho e da construção de volumes e maquetes físicas para a compreensão da forma e sua projeção (Figuras 38 e 39).



4. O DEBATE REGIONALISTA NA ARQUITETURA PARAENSE: entre o moderno e o vernáculo

4.1 PARA PENSAR A ARQUITETURA NO NORTE

A Arquitetura em Belém passa a desenvolver reflexões mais apuradas acerca da sua inserção no espaço local a partir da década de 70 (anos 60), com a formação das primeiras turmas de arquitetos paraenses que, apesar da forte influência dos princípios racionalistas, já despertavam para a necessidade da utilização dos materiais e formas da arquitetura desenvolvida pelos nativos, além de assimilar as adaptações empíricas realizadas pelos construtores portugueses. O conhecimento das madeiras da região, da cerâmica, dos minerais abundantes possibilitou a criação de novas alternativas construtivas que atendessem às necessidades climáticas e culturais locais.

A realização do Curso de Especialização em Arquitetura nos Trópicos na Universidade Federal do Pará, entre 1986 e 1987, propiciou aos arquitetos-discentes - projetistas e professores universitários - novas reflexões na busca de uma arquitetura coerente ao local¹. O Curso foi coordenado pelos professores João Pinto de Castro Filho e José de Andrade Rayol, tendo como ministrante Márcio Villas Boas (Universidade de Brasília), Edgar Albuquerque Graeff (UNB), Luiz Carlos Chichierchio (Universidade de São Paulo), Azael Rangel Camargo (Universidade de São Carlos – USP) e Severiano Mário Porto (Manaus – AM).

O pensamento regionalista que orientou a formação nesse curso pode ser encontrado nas lições de Edgar Graeff (1986), que relaciona a disponibilidade de meios de composição com a oferta de recursos naturais como materiais de construção, nas sociedades industrialmente menos desenvolvidas. Assim, as arquiteturas chamadas “primitivas” seriam aquelas em que as características regionais se mostram mais acentuadas, ao contrário dos países ricos e desenvolvidos, nos quais a referência aos recursos da natureza é reduzida, em função do desenvolvimento tecnológico e industrial.

¹ Professores do Curso de Arquitetura da UFPA, tais como Milton Monte, Manoel Maia da Costa, Antonio Paul de Albuquerque, Ronaldo Marques de Carvalho e Stélio Santa Rosa, participaram do Curso, sendo perceptível na produção arquitetônica e acadêmica destes a adequação aos fatores culturais locais, com ênfase no aspecto ambiental.

Para o autor, “o processo de universalização das características da arquitetura – em contraste com os traços de feição regional – acentua-se de maneira notável” de modo que muitos críticos creem na formação de um Estilo Internacional de Arquitetura (GRAEFF 1986. p.104). Caberia às periferias uma tendência por ele classificada como “provinciana” de imitarem o modo de ser e de viver das metrópoles, tornando-se uma “compulsão ao uso indiscriminado de quanta novidade se apresente no mercado com uma boa abertura publicitária. Desse modo, a procura criadora do novo e da inovação vai dando lugar ao mero consumismo de novidades.” (GRAEFF 1986. p. 105).

Conclui então que uma das maiores falhas da Arquitetura Brasileira em formação seja a de desconsiderar os condicionantes climáticos, creditando aos colonizadores portugueses a desatenção à arquitetura produzida por indígenas e africanos. Porém, a cultura de morar dos brasileiros antigos é adotada empiricamente, através das casas avarandadas e do plantio de árvores, o que, segundo Graeff, permite a amenização climática que deve ser objeto de busca caso a caso, sem criação de fórmulas gerais de composição arquitetônica.

A Palafita e a ‘Casita californiana’ são considerados paradigmas da Arquitetura regional amazônica, pois simbolizam a influência da construção vernácula regional e da Arquitetura veiculada por revistas norte-americanas, assimilada pelos arquitetos formados pelo Curso de Arquitetura da UFPA. A Palafita, tipologia da casa ribeirinha, serve de referência a Arquitetura de Ronaldo Marques de Carvalho, Milton Monte e Stélio Santa Rosa (Figura 40).

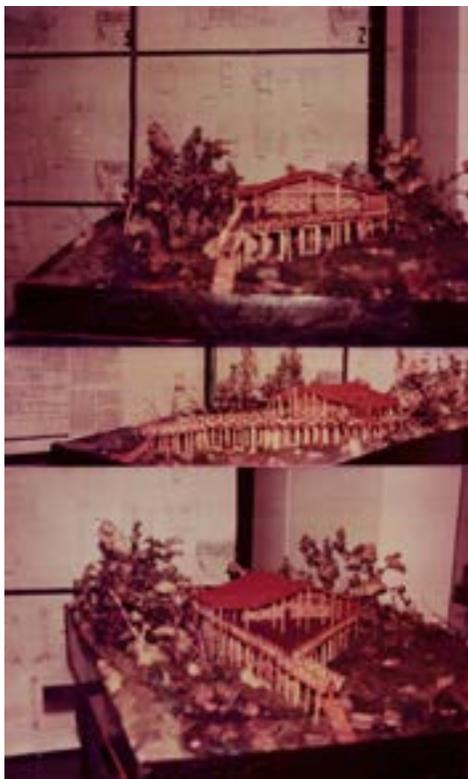
Contudo, Arquitetos como Hélio Veríssimo, gaúcho que integrou o grupo inicial de professores do Curso de Arquitetura, trouxeram uma formação modernista que procuraram adaptar as condições locais. Exemplo disso, sua residência em Belém atesta a preocupação em adequá-la à realidade climática paraense, favorecendo a ventilação e protegendo do excesso de luz, que, segundo Hélio, causou ofuscamento a sua esposa, ainda não adaptada a luminosidade equatorial. O emprego das venezianas, o pergulado, bem como o tijolo aparente e o lajotão de barro conferem um aspecto rústico que passou a ser associado à Arquitetura tropical (Ver Cap. 3).

O Arquiteto Milton Monte destaca-se nesse contexto pela introdução da linguagem vernácula, com experimentação de materiais e formas, tendo obtido reconhecimento latino-americano à sua produção. Nota-se em sua obra preocupação em definir um padrão de arquitetura que se adequasse aos variados condicionantes da região equatorial, caracterizada pelo clima quente e úmido, aliado aos costumes da população que vive à beira das águas de rios e igarapés. A influência da troca de experiências entre os professores que cursaram a Especialização com



40. Palafita nas ilhas de Belém

Foto: Ronaldo Marques de Carvalho, 2003



41. Maquete Escola de Várzea
Fotos: Ronaldo Marques de Carvalho, 1980

os professores que ministraram o curso reflete-se no incremento, especialmente nos anos 80 e 90, na produção da arquitetura paraense voltada ao uso de materiais regionais como a telha de barro e a madeira, em coberturas com amplos beirais, estruturas, fechamentos e revestimentos.

O tema emerge também na produção resultante do exercício de projeto nas disciplinas do Curso de Arquitetura e nas atividades de extensão universitária realizadas em municípios paraenses, tendo obtido premiações regionais com projetos como a “Escola de Várzea”, voltada para a necessidade das populações ribeirinhas (Figura 41). Contudo, houve debates quanto à viabilidade da implantação dessa arquitetura, tendo em vista necessidades outras como segurança e durabilidade, bem como a adequação epistemológica do rótulo “Arquitetura Regional” ou “Arquitetura Amazônica”.

4.2 ARQUITETURA REGIONAL: IDÉIAS EM DEBATE

Durante a pesquisa, optou-se por estudar a Arquitetura regional como um dos temas importantes para a produção paraense a partir da década de 90 (anos 80). Iniciou-se com uma sequência de entrevistas realizadas com egressos do Curso de Arquitetura que participaram como discentes na Especialização em Arquitetura nos trópicos, os quais também compuseram o corpo docente da graduação em Arquitetura, de modo que suas ideias foram difundidas por dois caminhos: o ensino e as obras, incorporadas a paisagem das cidades paraenses. Baseando-se nesses discursos discute-se a filiação destes arquitetos a conceitos endógenos ou exógenos acerca do regionalismo.

Para o Arquiteto e professor Milton José Pinheiro Monte, a fonte de inspiração é a natureza, presente ainda no quintal de sua casa e lembrança da infância amazônica: “Além de ter nascido no meio da mata mesmo, porque lá nesse tempo, o Xapuri, o Acre ainda estava em formação. Eu nasci no meio do seringal, no meio da mata mesmo, onde não tinha qualquer tipo de comunicação. (...)”²

Sobre a motivação para cursar Arquitetura, o professor Monte relata um gosto antigo pelo desenho, que o tornou engenheiro projetista, inspirado inicialmente pelos projetos veiculados em Revistas estrangeiras (Figuras 42-43):

² Entrevista concedida pelo Professor Milton José Pinheiro Monte a Cybelle Miranda e Ronaldo Marques de Carvalho em 11 de abril de 2009.



Ali tem uma casa que foi projetada pelo professor Rui da Silveira Brito. E essas casas deram o tom, eram chamadas as ‘casitas californianas’. Elas eram umas casas que vieram todas da Costa Oeste dos Estados Unidos, da Califórnia, San Diego, todo aquele pessoal que veio na civilização espanhola. Então eles desceram por toda a Costa da América do Sul e chegou na Argentina. Eles tinham mais de uma Editora, mas a Editora Ateneu de Buenos Aires disseminou por toda a América do Sul essa casita californiana. [...] pra nós aqui, pro nosso clima, ela se adaptava muito bem por causa dos telhados que ela tinha. E esses telhados é que influenciaram na minha arquitetura.³

42 e 43. Casita Californiana
Fotos: Ronaldo Marques de Carvalho, 2010

Como estagiário do Professor Rui Brito, Monte aprendeu a ser projetista e passou a ter clientela própria, a partir de 1952. Tal foi a repercussão de seu trabalho, que foi convidado a ministrar uma Disciplina no Mestrado na Universidade Central de Caracas (Venezuela), denominada “Desenhando com a natureza”, a despeito de ter apenas o título formal de especialista.

³ Idem.



44. Casa Milton Monte,
Mosqueiro
Foto: Fortunato Neto, 2010

Na primeira fase de sua carreira, Monte atuou como projetista e usava como referências a Revista argentina “Mi Casita”, que continha apenas desenhos com cotas gerais de modelo de casas térreas, que traziam o estilo californiano e “Arquitetura e Construções” por Luís Muzi (1957 São Paulo), com desenhos e fotografias de edifícios modernos e “californianos” de dois pavimentos (SANTOS, 1994).

Monte citou como arquitetos que o influenciaram durante o curso de graduação em Arquitetura: Richard Neutra e sua arquitetura social na Costa Rica (década de 30), o organicismo de F. L. Wright; a cidade de Vila Amazonas e Serra do Navio (1962) de Oswaldo Bratke, pela preocupação com a aeração natural; Lucio Costa com o Parque Guinle e Oscar Niemeyer. Aliás, a visita das turmas iniciais do Curso de Arquitetura às instalações da ICOMI foi um marco a condicionar a produção dos arquitetos paraenses, tendo como exemplo significativo os projetos de Alcyr Meira para o Campus Pioneiro, embrião da atual Cidade Universitária da UFPA.

A segunda fase de sua carreira inicia com a obtenção do grau de Arquiteto, em dezembro de 1966. Em 1967 aplica o piso elevado a 1,10 do solo para que o vento circule, em sua casa

em Mosqueiro, como nos pilotis modernistas (Figura 44). Estuda a tecnologia da madeira para tirar o melhor proveito econômico da mesma; da técnica indígena aproveita o emprego das fibras vegetais, como o miriti, que apresenta estrutura resistente com pouca deformação, além de comportar-se como isolante térmico e ser plasticamente agradável. Como recurso de confortabilidade térmica, emprega o forro de jupati e o tijolo como elemento vazado para ventilação do forro. Outras inovações: uso de talas de inajá, bacabeira, em forros e pequenos objetos; solo laterítico, utilizando piçarra para a aplicação em pisos, pré-moldados em argamassa e areia com resultados em texturas diversas e pisos em “fogão de barro” e argamassa. A partir de 1977 utiliza o beiral quebrado (quebra-sol/ quebra chuva), alternativa para proteger os ambientes interiores das intempéries, sem impedir a circulação do vento.

Milton Monte teve seu trabalho reconhecido na Edição especial 20 anos da Revista Projeto, em 1992, que publicou o Interpass Club, e foi arquiteto convidado para a 7ª Bienal Internacional de Arquitetura, realizada em São Paulo (2007). O conceito de “tecnologia apropriada” segundo Monte é: “usar a madeira é um fato cultural. Usar barro é um fato cultural” (SANTOS, 1994, p.48). A tecnologia é adequada culturalmente não apenas pela existência do material, mas pelo conhecimento técnico enraizado na oralidade e no fazer artesanal.

A Arquitetura de Monte se insere no contexto latino-americano que, segundo Segre (2003), caracteriza sua arquitetura pela

interpretação local das categorias filosóficas e estéticas que definem a contemporaneidade (ou a pós-modernidade), adequadas às circunstâncias sociais, econômicas e culturais locais, num diálogo criativo, que rejeite, tanto as manifestações miméticas assumidas dos centros metropolitanos como uma procura de restrita identidade baseada num regionalismo fechado e nacionalista. São válidas as expressões de um refinamento tecnológico e de uma linguagem cosmopolita; possíveis nas cidades dos países de alto desenvolvimento industrial – Argentina, Brasil, Chile, México ou Venezuela –; como as respostas regionalistas, contextualistas e de tecnologias tradicionais, que tentam resolver os desafios apresentados pela presença majoritária de uma população de recursos escassos ou dialogar com a particularidade do sítio e da paisagem (11).

Assim, a obra de Monte aproxima-se de arquitetos como Clorindo Testa, Rafael Iglesias e Severiano Porto, buscando a inserção na paisagem diferenciada e a adequação às necessidades socioculturais locais. Monte ultrapassou os ensinamentos modernistas, presentes

na primeira fase de sua carreira, e tornou-se um experimentador, um pesquisador incansável das possibilidades de materiais abundantes na Região Norte. A busca constante por desvendar as propriedades das fibras, das madeiras, do barro tornou-se exemplo para várias gerações de arquitetos formados ou não por ele, bem como tem repercussão no âmbito latino-americano, onde dialoga com o local e com uma tradição colonial na busca de sua originalidade.

O debate sobre o tema regionalismo apresenta várias vertentes, adquirindo destaque nos questionamentos da Modernidade pós 60. Alan Colquhoun baseia seu conceito de regionalismo nas vanguardas modernas, as quais, segundo o autor, já demonstravam uma controvérsia que remonta ao dilema Muthesius X Van de Velde entre o classicismo atemporal e o medievalismo culturalista. Este processo remonta ao romantismo europeu, quando influências vernáculas serviram de base a afirmação das ‘fronteiras’ nacionais, o que Eric Hobsbaum denomina “invenção da tradição”.

Da distinção entre os termos alemães *Zivilization* e *Kultur*, surge a noção de que a primeira “significava materialismo aristocrático e superficialidade frente a *Kultur* do *volk* (povo), menos brilhante, porém mais profunda.” (ELIAS *apud* COLQUHOUN dez 1992. p. 76). É o debate do racional e universal contra o instintivo e o particular.

Os movimentos nacionalistas de 1890 baseavam-se na noção de cultura, a fim de diferenciar-se dos dominadores, adotando língua própria e costumes autóctones. “Claramente, a doutrina do regionalismo é baseada num modelo de sociedade ideal, que poderia ser chamado ‘modelo essencialista’”, ou seja, todas as sociedades têm uma essência a ser preservada, baseada na geografia, no clima e nos costumes.

Porém, o autor defende que esta ‘autenticidade’ é apenas uma representação, um nível mais profundo de mimese. Critica também o conceito de ‘regionalismo crítico’ cunhado por Alexander Tzonis e Liane Lefraive, tomado como recusa a universalização do capitalismo, que não seria nada distinto à noção anterior de regionalismo, e é ainda mais problemático à medida que propõe o estranhamento dos elementos regionais em relação aos contextos naturais, associando-os aos elementos modernos, tornando os elementos regionais como fragmentos.

Segundo Colquhoun, a utilização de materiais locais como motifs no processo compositivo serve para produzir ideias arquitetônicas originais, mas não para expressar a essência do lugar. Acredita que as diferenças se originaram da rigidez dos códigos culturais locais, enquanto que a sociedade pós-industrial tolera bem as diferenças internas. Pode-se perguntar, contudo, será que a industrialização não trata as diferenças como meros simulacros?

Segundo o Arquiteto Stélio Santa Rosa, a Arquitetura no Pará no Século XX:

não difere daquilo que aconteceu em outras cidades brasileiras, ela se moldou e se desenvolveu de forma híbrida, induzida por influências daquilo que ocorria internacionalmente. Primeiramente, se rende ao historicismo europeu arquitetônico com influências barrocas, neoclássicas e principalmente ecléticas, depois a um racionalismo em total coerência com a tecnologia local. Os modelos, as tipologias, as normas dos grandes centros urbanos e traços dos grandes mestres com suas intenções vanguardistas, se somam às bases vernaculares e regionais, onde os profissionais paraenses da engenharia e principalmente da arquitetura, adeptos a esses movimentos, constroem suas obras e direcionam a academia a segui-los, especialmente ao modernismo que era o estilo oficial da época, através de seu marcante formalismo funcional.⁴

Ao fazer a autoanálise de sua produção arquitetônica, Stélio reconhece a influência do modernismo dos anos 60 e do pós-modernismo, de profissionais paraenses como Camilo Porto de Oliveira, Milton Monte, Alcyr Meira e Paulo Chaves. Stélio se auto-define como um “arquiteto – operário”, situado no contexto pluralista do século XXI, cuja intenção é marcar a atividade projetual pelo minimalismo, com interesse maior na cobertura. “Ela representa para nós muito além de sua função do simples abrigar, registra no tempo e no espaço significados que nos remetem à história de todas as épocas da arquitetura produzida pelo homem no planeta e particularmente nos seduz.” Quanto ao sentido social, Stélio acentua a importância da compreensão do binômio homem-meio ambiente no processo do planejamento arquitetônico e urbanístico, considerando as necessidades dos usuários.

Percebe-se em suas ideias a presença marcante do modernismo, embora ressignificado pela incorporação de técnicas e materiais populares, bem como por uma valorização de estudos volumétricos, que trazem a tona uma “vocaçãõ” de escultor latente no autor.

Segundo o Professor José Maria Coelho Bassalo, que cursou a segunda turma de Arquitetura nos Trópicos, o despertar para o tema ‘regionalismo’ se deu a partir dos artigos publicados em jornais locais pelo Professor João Castro, nos quais propalava a

defesa da arquitetura mais arraigada à nossa cultura e isso foi um discurso que seduziu a todos nós, era alguma coisa ligada a conforto ambiental... Mais tarde, depois inclusive que eu fiz o

⁴ Entrevista concedida pelo Arquiteto Stélio Saldanha Santa Rosa às discentes Cláudia Bittencourt e Mônica Soares em 16 de maio de 2009.

tal curso de especialização, eu comecei a entender o regionalismo de maneira diferente. Eu comecei a entender que eu posso ser regionalista, e eu não ter que desenhar necessariamente pra tudo que é projeto que eu faça uma árvore, uma palafita, um negócio coberto de palha. Eu comecei a entender que o regionalismo ele tá muito mais voltado a adequação, entendeu, circunstancial, eu digo circunstancial porque dizem: “Não, porque esse prédio não faz parte dessa cultura!” Cultura não é uma coisa estanque, não é uma coisa que ela vai passar 500 anos da mesma maneira. Papai dava aula de terno, entendeu, na década de 60 e de 50, no Paes de Carvalho. Meu avô, tinha lá um chapeuzinho não sei o quê e tal. E hoje a nossa cultura, por exemplo de vestir, é diferente.⁵

Na sequência, Bassalo cita o capítulo do livro de Kenneth Frampton que trata sobre o “Regionalismo crítico”, como uma referência para pensar a arquitetura hoje, no sentido da perda das tradições construtivas e assimilação de tecnologias importadas, fenômeno próprio da globalização, de modo que “essas arquiteturas, digamos, elas ficaram, não diria fragilizadas, mas elas têm que encontrar o lugar delas pra se materializar”.

Refere-se ao arquiteto Milton Monte como o grande expoente desta Arquitetura adaptada:

o velho Monte é que ficava estudando nas obras dele: “Ah, eu fiz esse beiral com dois metros de altura, mas ainda choveu um pouco, mas na próxima eu vou lá, vou baixar pra um e noventa.” Entendeu?! O velho Monte é que, acho que de maneira até intuitiva, e hoje eu tenho certeza absoluta que a Arquitetura ela está muito fundamentada também na intuição, sabe, e a tua intuição não é só uma coisa que nasceu contigo. Então o velho Monte pela experiência de vida dele, pela própria personalidade poética que tem o Monte... O Monte é uma pessoa assim, que olha pro passarinho e ele começa a pensar um monte de coisas... Essa história da Arquitetura ligada a nossa terra, ela vem do Monte! O trabalho do Castro é muito em função do trabalho do Monte.⁶

Frampton (2000) aponta como características da “categoria crítica” regionalista: uma prática marginal que critica a modernização, mas não abandona os aspectos progressivos do estilo moderno; enfatiza a arquitetura no território; produz arquitetura tectônica, e não cenográfica; acentua a contextualização física da Arquitetura (conforto ambiental); enfatiza a percepção tátil e cinestésica e insere elementos vernaculares reinterpretados como episódios definitivos no todo. Admite que estes nichos de cultura são capazes de escapar da civilização universalizada.

⁵ Entrevista concedida pelo professor José Maria Coelho Bassalo a discente Lilyan Galvão em 2 de fevereiro de 2010.

⁶ Idem.

Em contraponto, Montaner considera um erro a defesa do regionalismo crítico, apenas um consolo para culturas e arquiteturas marginais. Trata-se de “un concepto inoperante que propuso como reacción a la internacionalización de la arquitectura y su pérdida de relación con el contexto.”(MONTANER, 2007. p. 99-100)

A despeito de suas matrizes no pensamento europeu, o regionalismo é uma busca de inovação própria dos países latino-americanos, como testemunha o artigo de Roberto Segre “O ‘real maravilhoso’ (reflexo real e reflexo ideal da modernidade do novo mundo)”, publicado na Revista AU de 1986, bem como o texto do crítico Cristián Fernández Cox “Modernidade apropriada, revisada e reencantada” publicado na Revista Projeto nº 146, de outubro de 1991. Neste período de efervescência do pensamento emancipador das ex-colônias ibéricas, dominadas por ditaduras militares de direita e de esquerda com claros intuítos nacionalistas, a Arquitetura surge como o símbolo da real liberação de padrões exógenos.

Tanto Cox quanto Segre não creem na total desvinculação em relação aos avanços da arquitetura modernista, porém Cox pergunta “Como ultrapassar a ordem recebida (da modernização) chegando a ordem produzida? Num contexto em que nos países dominantes o debate gira em torno do pós-moderno, como pensar a assimilação dos paradigmas progressistas trazidos pelo modernismo, e ainda criar algo novo?” Este desafio parecia angustiar os Arquitetos brasileiros e latino-americanos na década de 90, e nesse contexto foi pensado o Curso de Especialização em Arquitetura nos Trópicos na UFPA.

Roberto Segre apresenta uma vertente marxista, o outro lado da moeda no trato do “regionalismo”, em sua visão endógena. Claramente panfletário, narra a permanente mimese americana em relação aos padrões exógenos, “impostos como únicas alternativas do resto do mundo.” Considera esta como

Uma concepção unidimensional e autoritária de uma cultura – leia-se também Arquitetura (6) – de caráter supra-histórico ou atemporal na qual não têm lugar sociedades e regiões, como fatores condicionantes de uma dinâmica complexa, sistêmica e ao mesmo tempo polimórfica, produto do desenvolvimento social específico de cada civilização.(SEGRE, 1986. p. 79-80)

Afirma que o mundo periférico luta para salvaguardar sua identidade cultural e projetar sobre a Humanidade esses valores progressistas, entendidos numa dialética da emancipação. O termo “real maravilhoso” cunhado por Carpentier refere-se à identidade cultural americana,



45. Curso de pré-moldados
 Fonte: JORNAL DO TECNOLÓGICO.
 nº 10, dez. 1988. p. 10

fusão da vanguarda culta dos especialistas com a inventiva popular como resposta à configuração da arquitetura moderna. E assim cita Fruto Vivas: “Se no princípio foi o mestre-de-obras da pena e da argamassa hoje é o povo que deve tomar esses instrumentos e aprender a manejá-los para criar aquela que em definitivo deve ser uma verdadeira arquitetura de massas.” (FRUTO VIVAS *apud* SEGRE, 1986. p. 80)

Quanto a questão da universalidade, Segre acredita na pluralidade da Arquitetura latino-americana, não redutível a uma único padrão, bem como o arquiteto local não deve buscar integrar-se ao sistema de valores estabelecidos de fora, e sim responder às necessidades reais, tornando-se criador.

O diferencial situa-se na inter-relação entre a produção desenhada por profissionais e as versões populares dos modelos cultos. Cita o barroco popular da região andina, a arquitetura das colunas em Cuba, definido por Carpentier como o estilo das coisas que não tem estilo. A despeito da monumentalização ao gosto europeu, as cidades latino-americanas são heterogêneas e dão importância à relação Arquitetura-natureza.

Outro diferencial dos países latinos é a tecnologia apropriada⁷ de acordo com as possibilidades locais reais, como alternativas frente ao formalismo e esteticismo do Pós-modernismo. Estas formas expressam então a “modernidade” latino-americana, portadora de uma racionalidade dialética integradora da cultura popular.

Exemplo da integração entre saberes tradicionais e eruditos, o Curso de extensão “Noções de Projeto e Produção de elementos pré-moldados em argamassa”, foi ministrado pelo professor José de Andrade Raiol aos discentes do Curso de Arquitetura, em parceria com a Secretaria Municipal de Obras e da CODEM, em 1988 (Figura 45). Na última aula, os alunos de Arquitetura executaram um banco em argamassa armada para composição em áreas de lazer do campus universitário. Segundo o Professor Raiol, “demonstrou-se com isso que o emprego de inovações tecnológicas pode, em muito, contribuir para o desenvolvimento de uma arquitetura adequada às condições climáticas regionais, desmistificando-se a idéia

⁷ Direcionadas aos países em desenvolvimento, são apresentadas como alternativas à degradação ambiental presente nas sociedades industrializadas. As tecnologias apropriadas servir-se-iam do conhecimento autóctone, repudiando as tecnologias dos países industrializados. Ver MALDONADO, Tomás. Design Industrial. Lisboa: Edições 70, 1999.

de que a arquitetura regional só possa ser realizada com madeira e técnicas artesanais e primitivas, o que perigosamente nos levaria a uma arquitetura tão rusticamente bela, quanto equivocadamente anacrônica no contexto atual.” (JORNAL DO TECNOLÓGICO. nº 10, dez. 1988. p. 10)

Assim, a partir de um conjunto de obras que foram edificadas nos anos 80 e 90 em Belém, percebe-se a intenção de tornar claras as influências autóctones recriadas por profissionais, exaltando a simbologia dos materiais, associadas às tecnologias contemporâneas.

4.3 REPERCUSSÕES

Na Revista Projeto 142 de junho de 1991 (Figura 46), foi publicado o projeto APART CASA, Trabalho de Conclusão de Curso das arquitetas Liene Negrão Carvalho e Lucinda Freitas de Assis, orientado pelo professor Ronaldo Marques de Carvalho, que recebeu Menção honrosa no Concurso Ópera prima 1991 (PROJETO, jun. 1991. P. OP64-65) Segundo o professor Ronaldo Marques de Carvalho, a ideia do Apart-casa surgiu durante a disciplina Planejamento Arquitetônico IV:

Eu tava ministrando essa disciplina, que era o último projeto, projeto de edifício, projeto executivo...hoje o último são os detalhes do projeto executivo, que eu já tive a oportunidade de ensinar algumas vezes também. E os alunos começaram a desenvolver o trabalho e eu chamei duas alunas e desafiei, falei pra elas, fui pro quadro, comecei a fazer um esboço, e disse pra elas que eu tinha uma vontade muito grande de fazer um projeto que fosse uma grande torre, flexível, (...) cada torre dessa, ela fosse trabalhada na forma estrutural e também com os projetos acessórios, fosse uma... grande torre auto-suficiente em termos de energia; essa energia poderia ser produzida dentro do sistema ou fora do sistema e que não se construíssem apartamentos nele, se construíssem plataformas. Depois de um certo tempo, até concebi aqui na Cooperativa a Casa-Plataforma; ou seja, eu criei uma plataforma que tu podes construir uma casa em cima da plataforma.⁸

O tema foi desenvolvido em formato de Trabalho de Conclusão de Curso, tendo recebido o conceito Excelente. Em virtude da originalidade do projeto, o professor Ronaldo sugeriu que



46. Projeto APART - CASA
menção honrosa no
Concurso Ópera Prima
Foto: Lucinda Sena, 1990

⁸ Entrevista realizada com o professor Ronaldo Marques de Carvalho em 11 de janeiro de 2012, por Laura Costa.



47 e 48.

Memorial dos povos indígenas;
Santuário de Fátima

Fotos: Ronaldo Marques de Carvalho, 1999;

Bianca Barbosa, 2015

este fosse encaminhado ao Concurso Ópera Prima⁹. Destaca-se nesta proposta a percepção integrada entre a realidade local e a possibilidade de adequação as tecnologias contemporâneas.

O Memorial dos povos indígenas, projeto do Arquiteto João Castro Filho, com estrutura de Reinaldo Jansen, demonstra a influência de uma ‘estética nativa’, na qual a “oca indígena” serve de modelo para a edificação em palafita (Figura 47). A cobertura assume protagonismo, trabalhada para a exatidão do calor e valorização volumétrica da edificação. Na sua dissertação de Mestrado, Stélio Santa Rosa aborda “a intenção plástica da cobertura cerâmica para a concepção formal dos templos religiosos contemporâneos” tendo como objeto a igreja de N. Sr^a de Fátima, cujo projeto concebeu em parceria com o arquiteto Edson Farias (SANTA ROSA, 2007). A cobertura é um elemento que se destaca na Arquitetura amazônica, explorada em sua plasticidade e como ente principal do abrigo. No projeto dos arquitetos, a cobertura com estrutura metálica revestida por telhas de barro assume a forma de uma escultura de papel, enquanto a organização espacial do prédio permite uma disposição do espaço interior sem a tradicional longitudinalidade dos locais de oração, aliada à possibilidade de aproveitamento da

⁹ Na época, era exigido que o orientador assinasse uma Carta de encaminhamento do projeto, e, segundo as autoras, o orientador não foi encontrado, recorrendo estas a outro professor do Curso de Arquitetura para que encaminhasse o trabalho ao Concurso, de modo que o nome do Professor Ronaldo de Carvalho não constou na publicação da Revista. Este foi o primeiro TCC do Curso de Arquitetura da UFPA a receber Menção Honrosa no Concurso nacional.



ventilação e iluminação natural, além de servir de marco referencial do cruzamento em que se situa pela visualização de todas as suas quatro fachadas (Figura 48).

Projetos concebidos sob influência das palafitas ribeirinhas foram também a Escola de Várzea, projeto de extensão coordenado por Ronaldo Carvalho com alunos do Curso de Arquitetura da UFPA, premiado no 1º Salão Amazônico de Arquitetura, em 1980, e a Residência do Professor Raymundo Cota (Figura 49). A arquitetura residencial é uma tipologia que se adapta facilmente às técnicas tradicionais, como a estrutura de madeira, que favorece a aeração e a identidade ribeirinha que permanece no imaginário paraense.

Casa do Gadotti e Interpass Clube são projetos do Arquiteto Milton Monte, cuja concepção exalta a experimentação formal e as inovações tecnológicas partindo de materiais abundantes na Região Norte, como a cerâmica e a madeira (Figuras 50-51). O projeto do Interpass Clube, na Ilha do Mosqueiro, notabilizou-se nacional e internacionalmente pela forma alusiva a um grande pássaro pousado à beira do rio e pela utilização de materiais locais na sua construção:

O aproveitamento da mão-de-obra local foi de 90%. Os cavacos de madeira das coberturas foram fornecidos por moradores próximos da obra. As luminárias do salão foram confeccionadas artesanalmente com talas das palmeiras bacabeira, jupati, miriti e inajá, valorizando a habilidade tradicional. (...) Da cultura indígena, adotaram-se nas barracas

49. Residência Raymundo Cota

Foto: Ronaldo Marques de Carvalho, 2007

50. Casa do Gadotti

51. Interpass Clube

Fonte: Acervo Ronaldo Marques de Carvalho



52. Residências no Condomínio
Greenville I em Belém
Foto: Cybelle Miranda, 1999



53. Núcleo Pedagógico Integrado UFPA
Foto: Stelio Santa Rosa, 1989

beirais a 1,30 de altura do piso, propiciando excelente conforto térmico e luminoso. (Projeto nº 156 ago 1992. p.90)

Na arquitetura residencial, as tradicionais platibandas modernistas vão sendo substituídas pelos telhados de barro aparentes, com os beirais quebrados introduzidos por Milton Monte, mais estéticos e adaptados climaticamente. Nas fachadas, as lajotas cerâmicas e pastilhas que já foram empregadas em exteriores de edifícios nas décadas de 60 e 70, ressurgem com a consciência de sua qualidade térmica e da proteção das superfícies face às fortes e constantes chuvas. Contudo, o telhado como elemento protetor é assimilado em composições variadas, com cores fortes e vidros fumê, numa *assemblage* tipicamente pós-moderna (Figura 52).

Outra tipologia em que a adequação ambiental foi difundida refere-se aos edifícios públicos, com destaque para os escolares, nos quais os brises modernistas somam-se ao emprego do tijolo como elemento de ventilação. Temos como exemplos o Projeto de Stelio Santa Rosa e Alberto Rubim para o prédio do Núcleo Pedagógico Integrado (atual Escola de Aplicação da UFPA), no bairro da Terra Firme, a Sede Administrativa da Secretaria de Educação do Pará, projeto de Alcyr Meira, Milton Monte, José Raiol e Reinaldo Jansen e a Escola Mário Barbosa, na Terra Firme, de autoria de Monte (Figura 53).

A busca pelo conhecimento da região, especialmente em sua caracterização geográfica e climática, faz surgir pesquisas sobre materiais e técnicas artesanais, especialmente no uso da madeira, do barro e das fibras naturais em substituição, ou em complementação ao concreto e ao aço. Os estudos de conforto ambiental são então valorizados como métodos de quantificar e determinar as soluções mais adequadas à Arquitetura local.

Pode-se perceber, portanto, que a realização do Curso de Especialização em Arquitetura nos Trópicos respondeu a uma demanda calcada em dois fatores primordiais: o contexto latino-americano no qual a Arquitetura passa a ter papel de representar a identidade local, e por outro, a afirmação do Curso de Arquitetura da UFPA como formador de profissionais aptos a intervir na realidade amazônica. Embora não se possa determinar com clareza a consecução de uma arquitetura com identidade regional, percebe-se a necessidade de fugir aos padrões do “Estilo Internacional”, agregando elementos do modernismo de origem californiana às experimentações com materiais alternativos, que resultam na valorização de técnicas artesanais e saberes locais. Atualmente, o interesse pelo estudo de materiais compósitos, advindo dos preceitos da sustentabilidade e inovação, para o qual se voltam também os arquitetos, podem indicar novos caminhos para o regionalismo, que associe estética, cultura e tecnologia.



5. O CURSO DE ARQUITETURA DA UFPA E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO PARAENSE

5.1 A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL E NO PARÁ

A preservação da memória social deve considerar os diversos segmentos da cultura, selecionando “o que for significativo dentro do vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural”. (LEMOS, 1981, p.29) Para Fonseca (2008), o patrimônio relaciona-se com o conhecimento de uma sociedade sobre si mesma, contribuindo na definição de uma identidade global que fundamenta o conceito de nação, muito embora subsistam diversas “identidades” setoriais que nem sempre coincidem com aquela escolhida para simbolizar a coesão de um povo.

A consciência de preservação do patrimônio arquitetônico surge em um período caracterizado pelo pensamento romântico: “a idealização da vida no campo, a estetização das ruínas e da natureza e uma certa nostalgia do passado” são aspectos caracterizadores da sensibilidade romântica, propiciando “uma valorização dos monumentos como obras de arte e como documentos históricos” (FONSECA, 2008. p. 112).

No Brasil, as discussões sobre preservação do patrimônio se desenvolveram um século e meio mais tarde que na Europa, e era perceptível a dificuldade enfrentada “no sentido de conseguirem a adesão da sociedade a uma proposta considerada durante décadas como ‘elitista’ e de interesse de poucos” (FONSECA, 2008. p. 108). Além disso, a condição brasileira de ex-colônia foi caracterizada por um processo de independência que ainda “estava em andamento no início do século XX” e uma auto-imagem “ainda fortemente tributária de um ‘olhar estrangeiro’” (FONSECA, 2008, p. 108). Diante de “um descompasso entre o que se define como Brasil e o que se vive como tal” (SUSSEKIND *apud* FONSECA, 2008. p. 115), foram os modernistas que procuraram, a seu modo, solucionar tal questão em diversas áreas da vida cultural, “com a elaboração de uma visão brasileira sobre o Brasil, objetivo esse assumido também pelo grupo fundador do SPHAN” (FONSECA, 2008, p. 115).

De início, a concepção nacional do “moderno” foi guiada pelos adeptos do estilo Neocolonial: Ricardo Severo, Mario de Andrade e José Mariano Filho contribuíram com novo olhar sobre a Arquitetura produzida no Brasil. Mario de Andrade mostrou-se favorável ao “movimento nacionalista”, considerando São Paulo como pioneira na difusão do modernismo brasileiro, embora nos anos posteriores a Semana de Arte Moderna tenha se afastado paulatinamente dessa vertente para simpatizar com o modernismo racionalista corbusiano (KESSEL 2002).

Pinheiro (2005) afirma que a repercussão alcançada pelo movimento neocolonial foi um dos motivos para uma maior ênfase, no início dos anos 30 do século XX, na preservação do patrimônio de Ouro Preto, e que possivelmente contribuiu para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937.

Com o início do funcionamento do SPHAN, inaugurou-se uma nova fase para a história da arquitetura brasileira, marcada pela realização de pesquisas sistemáticas. Já em 1938, Belém passou a ser o epicentro das atenções para o tombamento de vários acervos patrimoniais. Assim, os artigos escritos por Ernesto Cruz, representante do SPHAN, em 1941, só vem a difundir o interesse pelo patrimônio edificado, o que vai gerar um *boom* preservacionista, em que vários prédios-monumentos em Belém são tombados praticamente ao mesmo tempo, com destaque para a arquitetura religiosa.

Percebe-se logo que não só igrejas precisam ser tombadas, mas como edificações, paisagens e até mesmo documentos: assim, será tombado o Palácio Antônio Lemos, em 1942, sede do governo municipal do Pará, sendo o primeiro prédio do século XIX a ser classificado em Belém, bem como, em 1944, o Palácio Velho, tido como residência dos antigos governadores do Grão-Pará, destacando-se suas linhas coloniais.

No final dos anos 40 e início dos anos 50 foram retomados os processos de tombamento no Pará, com muitas solicitações, algumas procedentes do interior do Estado, que resultou no tombamento da Casa e poço dos jesuítas, em Vigia, na região do salgado paraense, em 1950.

Os anos 60 são cruciais para organização do SPHAN no Pará: primeiramente por ter sido aprovada a lei que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, enquanto que em 1963 foi aprovado o tombamento do edifício do Teatro da Paz. Porém, o fato que merece maior destaque se deu em 1964, por ocasião do golpe militar, com o tombamento federal, em Belém, do conjunto paisagístico do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, tarefa conflituosa em razão da campanha para se construírem edifícios residenciais no antigo campo santo, cuja polêmica ajudou a preservar o mais antigo cemitério público de Belém (FIGUEIREDO, BRITTO, LIMA, 2010).

Em 1975, criou-se o Centro Nacional de Referência Cultural, cuja principal meta era traçar “um sistema referencial básico a ser empregado na descrição e análise da dinâmica cultural brasileira”. Nesse contexto, em 1977, o Ver-o-Peso será tombado, e dois anos mais tarde, haverá a transformação do IPHAN¹ em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), paralela à Fundação Nacional Pró-memória (FNpM).

A despeito dessas ações, apenas em 1979 foi implantada em Belém a primeira Diretoria Regional do SPHAN, com jurisdição aos Estados do Pará, Amazonas, Acre e Rondônia, além dos territórios do Amapá e Roraima. Nos anos 90, as instituições culturais do Brasil sofreram um enorme abalo, quando a Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), vinculado à Fundação Pró-Memória passa a denominar-se Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), tomando a denominação IPHAN a partir de 1994. (FONSECA, 2008)

Ao mesmo tempo, o tema do patrimônio imaterial ganhará maior força na política do IPHAN, com o desenvolvimento do instrumento técnico de Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), método voltado à produção de conhecimento sobre os bens culturais, de forma associada a um território, visando subsidiar a formação de políticas patrimoniais. Em 2002 foi iniciado o Inventário do Círio de Nazaré, em Belém, que se estendeu até 2004, quando foi registrado como patrimônio imaterial do Brasil, inaugurando o livro das celebrações do IPHAN. Em 2007, em decorrência da revitalização do sítio histórico inicial da colonização de Belém pelo ‘Projeto Feliz Lusitânia’ (abrangendo o Forte do Castelo, Casa das 11 janelas, Igreja de Santo Alexandre e Arcebispado) no âmbito estadual, é tombado o Acervo do Museu de Arte Sacra.

Na Constituição do IPHAN, vem-se tratando a paisagem cultural brasileira como sendo uma porção peculiar do território nacional, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. Há um forte enlace entre a matéria da natureza e o plano da cultura. Toda a paisagem modificada pelo homem passa a ser objeto construtivo do saber humano e da cultura. No plano federal, em 2008, é instaurado o Grupo de Trabalho do Patrimônio Cultural, com o intuito de propor distribuir aos Estados e acompanhar o preenchimento do Quadro do Patrimônio Cultural. O IPHAN lança, já no ano seguinte, o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC); a chamada pública resultou na adesão de nove municípios paraenses, onde já existem bens tombados no âmbito federal, estadual ou municipal ou estudos em andamento com esta finalidade.

¹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, denominação do órgão entre 1970 e 1977.

No Pará, as primeiras medidas oficiais com relação à preservação do Patrimônio ocorreram nos anos 60 do século passado, quando foi publicada a Lei nº 6.307 de 03 de abril de 1967, da Câmara Municipal de Belém, que “Limita a área da Cidade Velha para sua preservação histórica e dá outras providências”. A delimitação do espaço que deveria ser preservado aponta três setores: o primeiro começa no Ver-o-peso, segue pela Avenida Portugal até a Praça Felipe Patroni, prosseguindo pela Rua Ângelo Custódio até a Avenida Almirante Tamandaré; o segundo compreende esta Avenida, desde a Travessa Ângelo Custódio até o Rio, incluindo o Arsenal de Marinha; e o terceiro compreende o litoral desde a Avenida Tamandaré até o Ver-o-peso.

No Art. 6º, a Lei determina que “todas as obras de construção nova ou de reforma, obedecerão ao estilo tradicional do Bairro em suas características peculiares, cor, proporções, forma, sempre em equilíbrio com o conjunto arquitetônico existente.” E acrescenta no artigo 8º que as intervenções deverão estar vinculadas ao espírito colonial predominante no bairro. Percebe-se, portanto, a preocupação inicial com a salvaguarda do sítio inaugural de Belém, no sentido de manter, ainda que criando um falso histórico, uma ambiência colonial, considerada a marca dominante do bairro, o que reflete o pensamento modernista do IPHAN no período de 1937 a 1970 (MOTTA, 2000).

Na década de 80, foi publicada a Lei nº 4.589 de 1975, que criou a Secretaria de Estado e Cultura, Desportos e Turismo (SECDET), vinculada ao Governo do Estado do Pará. Em 1979, A Lei nº 4.855 estabelece normas de preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Científico e Turístico do Estado do Pará (PARÁ, 2002a).

Durante o Encontro “Belém Agora”, realizado em janeiro de 1984, sob a coordenação do Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção Pará, a Arquiteta representante da SECDET proferiu palestra “Patrimônio Histórico de Belém”, na qual expõe as deficiências da Secretaria devido à falta de técnicos, que contava com apenas quatro arquitetos e 1 engenheiro. Os depoimentos e questionamentos ao fim da palestra demonstram a dificuldade dos arquitetos e engenheiros em entender a importância do tombamento como fator de preservação e o valor dos prédios a serem conservados. Predomina a concepção de que os prédios antigos desocupados devam ser substituídos por edificações modernas e, portanto, mais úteis à comunidade (INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL, 1984).

A partir dos anos 90, houve o reforço de sua atividade com a criação do Departamento de Patrimônio Histórico filiado ao Governo do Pará, bem como com a Fundação Cultural



54. Convite de formatura em Arquitetura dez 78
 Fonte: Acervo Hélio Veríssimo

do Município de Belém, que passaram a definir os limites do Centro Histórico de Belém e identificar bens de valor cultural característicos da sociedade paraense.

5.2 ESTUDOS SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO NO CURSO DE ARQUITETURA- UFPA

Em um contexto regional, a preservação de edificações históricas ganhou destaque a partir do nascimento do Curso de Arquitetura da UFPA, em 1964. Para a coleta de dados empíricos, o método adotado compreendeu coleta e análise de material que evidenciasse a contribuição do Curso de Arquitetura para a Preservação e Restauração do Patrimônio Arquitetônico Paraense, desde sua fundação até 2009, organizada em torno das três áreas que abrangem um curso universitário: o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. A pesquisa de campo incluiu levantamento bibliográfico, iconográfico e documental, bem como utilizou as técnicas de entrevista a professores e Arquitetos. As fontes escritas (Monografias, Artigos e Trabalhos de Conclusão de Curso) pertencem ao acervo da Biblioteca José Sidrim, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)².

Assim, em diversos trabalhos e iniciativas do curso podem-se encontrar abordagens que se utilizam de estudos relacionados a edificações de valor histórico, o que contribuiu para a compreensão de determinados momentos da história da cidade de Belém. A preocupação dos egressos do Curso de Arquitetura da UFPA com a preservação do acervo patrimonial paraense pode ser visualizada no convite de formatura de 1978 (Figura 54), no qual são destacados elementos dos acervos colonial e imperial da cidade.

A pesquisa permitiu, assim, identificar quais as iniciativas do Curso de Arquitetura da UFPA voltadas a Preservação do Patrimônio

² A Biblioteca de Arquitetura foi anexada a Biblioteca Geral do Instituto de Tecnologia em novembro de 2014.

Arquitetônico Paraense, e para o desenvolvimento de uma ‘consciência’ de preservação, não só para aqueles envolvidos com o curso, mas também para a população que habita e interage com bens tombados no Pará. Contudo, mesmo já existindo iniciativas quanto a Preservação do Patrimônio Arquitetônico no Brasil, o Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Pará, em seus anos iniciais, não trazia no currículo disciplinas relacionadas à Preservação e Restauração do Patrimônio Arquitetônico, mas já se preocupava com o ensino da História da Arquitetura.

Além disso, dentre os demais cursos de Arquitetura do país, foi o curso da UFPA que tomou a iniciativa de inclusão das matérias de Preservação e Restauração no seu Currículo, com as alterações realizadas em 1991, adicionando-se também maior carga horária para as disciplinas relacionadas à História da Arquitetura. Segundo comentários do Professor Hélio Veríssimo³, docente de “História da Arquitetura” a partir de 1964, os estudos históricos da Arquitetura contribuíam para dotar os futuros profissionais de um repertório de formas e imagens, bem como de tecnologias de construção que poderiam ser recriadas na sua atividade projetual.

5.2.1 Experiências dos primeiros alunos

O Primeiro professor da disciplina “Arquitetura Brasileira”, Donato Mello Jr., incentivou os alunos da primeira turma do Curso de Adaptação Profissional de Arquitetura a pesquisar sobre as condições de conforto térmico nas edificações históricas de Belém.

No trabalho desenvolvido por Roberto de La Rocque, o discente destacou: características climáticas; aspectos negativos da arquitetura contemporânea residencial em Belém; Rocinha da Arcipreste com levantamento e cópia do documento de propriedade; conclusões aplicáveis a arquitetura mesológica do Pará e de Belém. O professor Donato ressalta a utilização do termo ‘Ecologia’ pelo aluno, o qual veio a tornar-se comum só muito tempo depois.

Deste trabalho acadêmico, o professor Roberto de La Rocque Soares tirou partido para realizar uma pesquisa formal sobre as Rocinhas de Belém, tipologia habitacional hoje quase desaparecida, e que redundou na publicação do livro “Vivendas Rurais do Pará - Rocinhas e outras (do século XIX ao XX)” em 1996. Tido como o relatório conclusivo da Pesquisa

³ Entrevista concedida pelo Professor Hélio Veríssimo a Nayara Barros em 17 de maio de 2011.

“Contribuições das antigas Rocinhas à Arquitetura Histórica regional do Pará” financiado pelo CNPq, o trabalho buscou a valorização de uma tipologia rural característica do Pará, na qual vários elementos de adequação climática são utilizados. O livro é composto por Capítulo 1: Conceituação de Rocinhas, Capítulo 2: Rocinhas Sítios e chácaras, escritas a partir de pesquisa bibliográfica aos autores clássicos da literatura de cidade no Pará. Após essa breve descrição histórica, localiza as vivendas no Mapa de Belém e apresenta uma lista dos proprietários dentre as 389 referências encontradas.

O âmago do trabalho é composto pelos levantamentos de alguns exemplares, constando de descrição histórico-arquitetônica baseadas em documentos de propriedade do imóvel e medições realizadas em sete edificações. Seguem-se fartos registros das tipologias em jornais antigos. Embora a tônica da publicação seja o resgate dessa tipologia, hoje quase desaparecida, indica o interesse por identificar construções marcantes que diferenciem o habitat local.

No prefácio ao livro, Donato Mello Junior traça um panorama de sua relação com Belém e a trajetória de um tema de pesquisa que teve como origem o Curso de Adaptação para Engenheiros, em 1966, e desenvolveu-se até 1990. Vindo a Belém no segundo semestre de 1966, Donato ministrou a disciplina Arquitetura no Brasil, no recém-criado Curso de Arquitetura da Universidade do Pará. Segundo ele “A disciplina Arquitetura no Brasil nasceu dessa consciência de patrimônio, inicialmente mais voltada aos monumentos de pedra e cal e mais bem sentida e defendida pelos arquitetos, cujas raízes remontam das idéias de José Mariano Filho e Ricardo Severo.” Nesta época, Donato era Diretor da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil e funcionário do Escritório técnico da Universidade do Brasil, e foi cedido à UFPA por um semestre. “Assim, em agosto de 1966 começamos a ensinar a disciplina – Arquitetura no Brasil, para duas turmas, uma de 7 alunos de vestibular e outra de 6 engenheiros em adaptação profissional para Arquitetura, curso aliás, por eles pleiteado.”

Donato afirma ter desenvolvido o curso sob dois enfoques: um geral e outro de caráter regional: “demos ênfase ao estudo e pesquisa da arquitetura residencial paraense, em particular a de Belém, ênfase cobrada nos trabalhos das duas turmas.” Os trabalhos pedidos aos engenheiros foram:

- 1º Clima e arquitetura residencial do Pará;
- 2º Evolução urbana;
- 3º a) Patrimônio histórico e artístico do Pará;
b) Delegacia do DPHAN em Belém.

Soma-se ao contexto que, em 1963, o historiador Leandro Tocantins pede o tombamento federal do Palácio de Landi e em 1964 o arquiteto Augusto da Silva Telles solicita a proteção do conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça D. Pedro II, incluindo o Palácio. Após inspeções realizadas pelos técnicos do IPHAN ao monumento, Lúcio Costa, diretor da Divisão de Tombamento do IPHAN, apresenta parecer contrário ao tombamento da edificação, argumentando que a reforma sofrida no início do século desfigurou o “belo risco original de Landi” e acrescenta: “repugna tomar como monumento nacional o imóvel nas condições em que se encontra.” (COSTA *apud* TRINDADE, 2003. p. 134) Ver Parecer de Lucio Costa no Processo de Tombamento nº 709-T-63. RJ. IPHAN, 1963.

Augusto Meira Filho, munido dos desenhos de Landi coletados à Biblioteca Nacional de Lisboa, divulgou a obra do arquiteto italiano em artigos nos anos 70. A partir destes e de prospecções que comprovaram a existência da capela, partiu-se para as obras de restauração do monumento, meta do Governo do Engenheiro Fernando Guilhon em 1971. As reformas, iniciadas em 1972, tiveram como prioridade a recuperação da capela “já que se visava promover no ano seguinte a saída de suas dependências da maior procissão religiosa do norte do Brasil, o Círio de Nazaré, para comemorar os 180 anos da romaria.” (COELHO *apud* TRINDADE, 2003. p. 134)

Integraram a “Comissão de Restauração e Conservação” o Secretário de obras do Estado Engenheiro Osmar Pinheiro de Sousa, o Engenheiro e Arquiteto Roberto de La Rocque Soares (Chefe da Comissão de Restauração e Conservação de Prédios Históricos e Artísticos do Estado do Pará). La Rocque Soares, em “Motivos para inscrição do Candidato” ao I Curso de Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos, realizado pelo IPHAN e FAU/USP destaca: “Felizmente, porém, a restauração do PALÁCIO LAURO SODRÉ foi feita em articulação com o IPHAN e contou, principalmente na sua ‘demarrage’ com a preciosa orientação dos arquitetos PEDRO ALCÂNTARA e DONATO MELLO JUNIOR, cuja competência e vivência no assunto muito nos ajudou a dirimir dúvidas encontradas.” (LA ROCQUE SOARES, 1973. p. 2)

Para compor a equipe de restauração, Alcântara orientou La Rocque a contratar técnicos e acadêmicos dos Departamentos de Desenho, Arte e Arquitetura da UFPA:

Os trabalhos de restauração deverão obedecer, pois, duas orientações básicas que podiam ser sintetizadas, da seguinte maneira:

‘ Não se trata de fazer melhor, mas de respeitar o que existiu!’

‘ Onde começa a dúvida termina a restauração?’ (Carta de Veneza, 1964)

Com isso queremos dizer que deverá ser respeitado o projeto do arquiteto José Landi, tal como foi executado, acrescentando, se necessário e de forma adequada, apenas aqueles elementos de programa indispensável à vida moderna. (ALCÂNTARA *apud* TRINDADE, 2003. p. 135-136)

Só após a conclusão do restauro, o Palácio foi considerado como patrimônio nacional.

Após esta experiência ímpar, La Rocque interessou-se em obter conhecimentos mais profundos acerca da conservação e restauração de prédios históricos, o que o levou a cursar Especialização em Conservação e Restauro. O Curso, coordenado pelo Professor Nestor Goulart Reis Filho (FAU/USP), Ulpiano Menezes e Luís Saia (IPHAN), ocorrido em 1974, atendia à uma exigência de cooperação entre IPHAN e Universidades públicas, fruto da gestão de Renato Soeiro e das diretrizes estabelecidas pelo Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio, ocorrido em 1971, em Salvador (LOWANDE, 2010).

O Curso foi resposta ao Compromisso de Brasília (1970), que previa a “ação supletiva dos Estados e municípios à atuação federal, no que se refere a proteção dos bens culturais de valor nacional”, e a criação de cursos visando a formação de arquitetos restauradores e demais pessoal técnico. Assim, foi firmado convênio entre o IPHAN, o Governo do Estado de São Paulo representado pela Secretaria de Cultura através do Conselho de Defesa do Patrimônio histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, e a Universidade de São Paulo através da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. O Curso teve a duração de 120 dias, ofertando 30 vagas, sendo prevista a preparação de textos referentes a cada uma das disciplinas ministradas.⁴

A estrutura curricular do curso compunha-se pelas Disciplinas Teoria da Conservação, Técnicas de Restauração, Técnicas auxiliares de restauração, Projetos de restauração (de edifícios, conjuntos urbanos, paisagismo, adaptação de edifícios e museus), Seminário de formação regional e brasileira. Estágios no Centro-Sul e Norte-Nordeste. Os estágios seriam realizados em Minas, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Teoria da Conservação teve como professores Ulpiano Bezerra de Menezes, Renato Soeiro, Rafael da Rocha, Affonso Arinos de Mello Franco e Hugues de Varine-Bohan. O último foi responsável pelo módulo Experiência estrangeira I (França). A Disciplina Técnicas

⁴ O Curso foi aprovado em dezembro de 1973 como Curso de Especialização. Ver material datilografado com informações sobre o Curso, pertencente ao acervo de Roberto de La Rocque Soares.

de Restauração foi ministrada por Augusto Telles, Fernando Leal, Renato Soeiro, Luis Saia, Alcides Miranda, Ayrton de Carvalho, Edson Motta, Alfredo Viana de Lima, Charles Michel Parent e Graziano Gasparini. No Seminário Experiência Nacional I (Centro-Sul) buscou-se transferir aos alunos a experiência do IPHAN em seus 35 anos de atividades, adotando como fontes bibliográficas Documentos da UNESCO e as Cartas Patrimoniais. Michel foi responsável pela Experiência estrangeira II (França) e Graziano Gasparini pela Experiência Internacional III (Venezuela).

Em “Técnicas auxiliares de Restauração” foram docentes Nestor Goulart, Sérgio Buarque de Holanda, Godofredo de Figueiredo Filho, José Antonio de Mello Neto, Francisco Iglésias, Francisco Barbosa, Newton Carneiro, Rafael da Rocha e Alfredo Viana de Lima. Em “Projetos de Restauração” atuaram Alfredo Viana de Lima, Alcides Miranda, Roberto Burle Marx e os estrangeiros já mencionados.

Em 1976, Renato Soeiro registra agradecimento a La Rocque pelo envio da “Relação de unidades arquitetônicas e paisagísticas existentes no Estado do Pará a serem objeto de estudos para definir sobre a conveniência de seu tombamento” ao professor Edson Motta. Na relação identifica muitas edificações hoje tombadas, e principalmente conjuntos paisagísticos como o Museu Goeldi, samaumeiras antigas, Chalés de ferro, Largo das Mercês e o bairro da Cidade Velha, além da Rocinha do Benguí. Deste modo, percebe-se o interesse despertado pelo patrimônio, bem como a incorporação de noções mais abrangentes como o conceito de conjuntos paisagísticos, incluindo também o de patrimônio ambiental.

Paulo Chaves, aluno da primeira turma de alunos egressos do ensino médio, despertara para a importância da Igreja de São João, na Cidade Velha, ainda na fase de estudante de Arquitetura, como narra Monsenhor Leal na obra “História de uma igreja e cercanias”: “No ano de 1966, o arquiteto Donato Melo Júnior, professor da Universidade do Rio de Janeiro, esteve em Belém, ministrando um curso de sua especialidade na Universidade do Pará e muito se interessou pela igreja de São João Batista como obra de arte.” (LEAL, 1969. p. 19) Prossegue o autor:

Sobre ela fizeram um trabalho descritivo e analítico, seus alunos Armindo Osório de Mendonça, Jorge Vale, Luiz Fernando Alencar, Maria Lucia Moreira, Paulo Sérgio Rodrigues Cal, Paulo Roberto Chaves Fernandes, Paulo Geraldo Melo e Silva. Mestre e alunos foram de parecer que, para restauração da igreja devem ser dela removidos os três altares de estilo gótico, pulpito e coro, tudo em madeira, apostado condenavelmente em

época de que não há memória, discordando das linhas neo-clássicas do projeto. Opinaram também pela retirada da pintura a óleo da capela-mór e pela afixação de uma placa na porta de acesso à torre do sino, informando que a construção dele não consta do projeto original de Landi. Em maio de 1968, foi removido o côro com satisfação geral dos que freqüentam a igreja e a vêem agora mais ampla, clara, e desentulhada da construção grosseira que mutilava as linhas arquitetônicas do famoso edifício. (LEAL, 1969. p. 19-20)

Cerca de 20 anos mais tarde, Paulo Chaves põe em prática sua visão da igreja de São João como obra de Landi: no cargo de Superintendente Regional do IPHAN, propõe a restauração do templo, sendo erradicados os altares e toda a decoração neogótica acrescida, sob a qual foram descobertas e reavivadas as pinturas em quadratura que ornavam a proposta original.

5.2.2 Atividades Acadêmicas: pesquisa, extensão e Pós-graduação

As atividades foram selecionadas segundo os três eixos universitários: quanto à área da Pesquisa, levantaram-se artigos, relatórios de projeto de pesquisa, bem como informações registradas nas Pastas funcionais de professores do Curso.

Quanto à Extensão foram levantados junto ao Fórum Landi, os projetos desenvolvidos pelo mesmo com relação ao incentivo de uma consciência de preservação da população belenense, assim como os projetos desenvolvidos pelo Escritório Modelo que atualmente está vinculado ao Fórum, sediado no bairro da Cidade Velha, bem como foi realizada entrevista com a arquiteta Maria Beatriz Maneschy Faria, integrante do Fórum Landi e coordenadora do Escritório Modelo.

Já no que diz respeito ao Ensino, foi realizada pesquisa documental na Biblioteca José Sidrim e em outros acervos digitais, destacando-se as Monografias elaboradas nos Cursos de Especialização, bem como os Trabalhos de Conclusão de Curso que versaram sobre temas relacionados a Preservação e Restauração do Patrimônio Arquitetônico Paraense. Nesse sentido, foram selecionadas e fichadas, anteriormente, seis monografias referentes ao “Curso de Especialização em Preservação e Restauração do Patrimônio Arquitetônico”, de 1996, e, no momento atual da pesquisa, foram levantadas e fichadas quatro monografias finais do “Curso de Especialização em Interpretação, Conservação e Revitalização do Patrimônio Artístico de

Antônio José Landi”, de 2007 a 2008. Quanto aos TCC’s foram levantados e analisados 62 trabalhos, tendo exemplares produzidos desde o ano de 1982 até 2009.

No material selecionado foi possível também destacar iconografias compostas por fotografias e desenhos arquitetônicos de edificações históricas paraenses. Por fim, foram entrevistados o Professor Hélio Veríssimo, no intuito de identificar a atuação do Curso de Arquitetura em seus anos iniciais quanto à preocupação com a preservação do patrimônio arquitetônico, e a professora Carmen Cal, tendo em vista entender as possíveis mudanças ocorridas no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPA e a metodologia e abordagem dos trabalhos desenvolvidos no curso sobre o mesmo tema.

Desde os anos 80 percebe-se, nos Trabalhos de Conclusão de Curso em Arquitetura da UFPA a temática do patrimônio arquitetônico paraense; são encontrados levantamentos completos de antigas edificações de Belém, projetos de restauração e de readequação para diferentes contextos, pesquisas históricas e iconográficas de diversas épocas da cidade, entre outras informações. A análise dos trabalhos seguiu critérios pré-definidos que proporcionaram um melhor direcionamento da pesquisa, que foram: tipo de levantamento desenvolvido; abordagem metodológica conforme a teoria de restauro utilizada, e, em caso de projeto de intervenção, o tipo de projeto proposto.

Com a pesquisa desenvolvida verificou-se mudança no tratamento dado aos estudos sobre o patrimônio arquitetônico paraense, destacando-se as alterações na abordagem dos TCCs no decorrer dos anos. Se antes eram elaborados mais trabalhos com ênfase em levantamentos e análises do patrimônio arquitetônico, sem propostas de restauro ou de intervenção, nos últimos anos percebe-se que os trabalhos desenvolvidos dão ênfase a propostas mais detalhadas, contando com melhor suporte teórico.

Nos 62 TCC’s examinados foram observados de maneira mais evidente os seguintes tipos de levantamentos: levantamento histórico das edificações e do entorno, levantamento fotográfico e iconográfico, levantamento da legislação vigente, levantamento físico com pranchas, com fichas e descritivo. Conclui-se que houve predominância de levantamentos histórico e fotográfico até os anos 90 do século XX, assim como, na última década, os trabalhos apresentaram levantamentos mais detalhados, principalmente quanto ao entorno das edificações analisadas, sendo adotada uma ficha individual a cada edificação situada no entorno imediato do monumento, cujo modelo é o utilizado no Inventário de Bens do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O tema legislação de proteção só vem a ser citado de

maneira mais regular a partir do ano 2000, sendo pouco tratado nos anos anteriores.

Outro aspecto observado foi a diversidade de soluções propostas aos imóveis, contemplando o interesse a preservação da integridade física do bem. Os tipos de propostas mais frequentes foram: a reconstrução e/ou reconstituição arquitetônica; a mudança de uso através da reabilitação ou reutilização; e a conservação a partir da revitalização e/ou restauração de elementos estéticos e/ou estruturais.

Contudo, dentre os trabalhos produzidos antes de 1993 percebeu-se que 13 deles não possuíam propostas de intervenção, ou seja, contemplando levantamentos históricos, descrição de estilos arquitetônicos do patrimônio paraense, uma relação de diversas edificações que deveriam ser preservadas, ou ainda trabalhos de levantamento arquitetônico. De modo geral, nota-se a ausência de elaboração de proposta completa de intervenção, embora fosse detectada a necessidade de intervenção física que permitisse a salvaguarda do edifício em estudo.

A partir de 1993, até o ano de 2009, a abordagem dos TCC's apresentou significativa alteração, passando a ter como produto final um projeto de intervenção. Atribui-se essa mudança a dois fatores: a inclusão das matérias de Preservação e Restauração, com as alterações realizadas em 1991 na grade curricular do curso, bem como a orientação da Associação Brasileira das Escolas de Arquitetura (ABEA), no mesmo período, no sentido de que todo trabalho final devesse ter como meta a elaboração de uma proposta de intervenção. Além disso, notou-se que algumas propostas podiam ter projetos de intervenção no entorno, e ser desenvolvidas em pranchas ou não (Figura 55).

As monografias deste período passam a embasar as propostas de restauro em teorias da área e Cartas Patrimoniais, sendo as mais citadas a teoria de Cesare Brandi (Restauro Crítico), Alois Riegl e a Carta de Veneza, bem como outras nove referências, entre teóricos e cartas de restauro, além de metodologias referentes ao tema que foram utilizados para direcionar e embasar as propostas dos TCC's. Contudo, há de se esclarecer que nem todos aqueles trabalhos que continham projetos de restauração deixavam claro qual fundamento baseava a abordagem adotada.

A teoria de Alois Riegl (1858-1905) centra-se no tratamento da edificação histórica como um documento, ganhando ênfase no século XX, sendo o teórico um dos que contribuiriam para a afirmação do valor documental das obras, “oferecendo meios inovadores tanto para a teoria quanto para a prática da preservação dos monumentos históricos” (KÜHL, 2005. p.19)

Em seu livro “O Culto Moderno dos Monumentos”, de 1903, Riegl tendia a considerar os



55. Desenho de Landi para a Igreja de São João Batista, objeto do TCC 'Resgate de uma parte da história de Belém', 1993
Fonte: AMAZÓNIA FELSÍNEA. 1999. p. 254.
Desenho: Antonio José Landi.

monumentos a partir da maneira como os mesmos seriam recebidos e percebidos através de seus “valores”, classificados em “memoração” e “contemporaneidade”. O valor de memoração era dividido em valor de “antiguidade” ou “de antigo”, “histórico” e valor de “memoração intencional”. O “valor de antiguidade” depende da preservação das várias estratificações do monumento, inclusive das marcas da passagem do tempo, conceito que fundamentou suas propostas para uma nova legislação, que “tinha por intuito promover uma tutela difusa para assegurar a preservação de ampla gama de testemunhos relevantes de épocas passadas” (KÜHL, 2006. p.20).

Já quanto aos valores de “contemporaneidade”, Riegl, por considerar que grande parte dos monumentos pode responder às expectativas contemporâneas, subdivide-os em valor “de uso” e valor “artístico”, sendo este último composto pelos valores “como novidade” e “artístico relativo”. Ele acreditava ainda que o valor artístico dependia dos interesses estéticos de cada período vivido, assim como de cada pessoa e de cada sociedade, fazendo com que o mesmo mudasse constantemente.

Para Riegl, não existe um valor artístico eterno, mas somente um valor relativo, e, portanto, o culto do valor de antiguidade era mais inclusivo, pois dava relevância a uma obra da forma que ela tinha sido constituída e modificada pelo tempo, respeitando-a integralmente como documento histórico. E ainda, Riegl defendia que os monumentos históricos não eram apenas as “obras de arte”, mas qualquer obra humana com certa antiguidade, ou seja, com mais de sessenta anos, o que se contrapunha às políticas de preservação voltadas apenas aos objetos de excepcional relevância histórica e artística.

Entretanto, foram elaboradas no campo da restauração novas proposições, em parte mais abrangentes que as de Riegl, em meados do século XX. Este surgimento se deu “em consequência das destruições da 2ª Guerra Mundial, evidenciando os reduzidos instrumentos teóricos até então empregados para se entender a realidade figurativa dos monumentos” (KÜHL, 2006, p. 21). A autora observa que, até aquele momento, as contribuições da estética não haviam sido levadas suficientemente em conta. Assim, foram de grande relevância, para esta abordagem, os textos escritos por Cesare Brandi (1906-1988), pois estes ofereciam meios para a crítica, caracterizando a corrente conhecida como “restauro crítico”.

Nesse momento, percebe-se maior ênfase aos valores formais da obra do que no período anterior, em que predominou o valor documental da mesma. Contudo, não são deixados de lado os aspectos históricos e as diversas fases por que passa o monumento ao longo dos anos.

Nesse sentido, a restauração deveria ser pensada, na definição de Brandi, como “o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão ao futuro” (BRANDI *apud* KÜHL, 2006. p. 22).

Baseando-se na conceituação de Brandi, Kühn (2006) descreve que o restauro é, pois, baseado no reconhecimento percebido da obra de arte como tal e enquanto documento histórico, enxergada, portanto, como dado cultural que poderá ser interpretado através das reflexões da filosofia e historiografia da arte, crítica e estética, obtidas ainda a partir das transformações na obra ocorridas ao longo do tempo. Nota-se, então, que as formulações de Brandi pretendem afastar o empirismo ligado a restauração e vincular a mesma a crítica de arte, pois o mesmo considera a restauração não apenas como o reconhecimento, mas como uma “metodologia que é vinculada à crítica de arte, estética e história” (KÜHL, 2006. p. 21)

Brandi também esclarece que a matéria com a qual é produzida a obra de arte é apenas um meio de transmissão, pois ela, em seu estado puro, não carrega consigo uma trajetória e nem valores culturais e históricos, estes só serão agregados à mesma depois da intervenção do homem. Por isso, a reconstituição de uma obra, mesmo fazendo uso de materiais iguais, não poderia, segundo Brandi, ser considerada restauração, pois caracterizaria um falso estético e histórico, não possuindo o mesmo valor de autenticidade que o original carrega.

Além disso, Oliveira (2009) esclarece que, de acordo com Brandi, a obra de arte é, em primeiro lugar, resultante do fazer humano, por isso não deveria depender do gosto estético caracterizador de modas de cada período. É neste sentido que a consideração histórica se coloca acima da estética, percebendo-se também a importância de um restauro preventivo, que garantisse a sobrevivência da obra a partir da eliminação de perigos e da instalação de condições favoráveis à mesma. Em outras palavras, Brandi acreditava que a restauração poderia consistir em qualquer procedimento que assegurasse, no futuro, a conservação tanto da imagem, quanto da matéria de uma obra.

As posições defendidas por Cesare Brandi, assim como por outros teóricos, viriam atingir consenso internacional na Carta de Veneza, resultado do Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, realizado em 1964. Tal carta de restauro, ainda hoje utilizada para embasar projetos que venham intervir em edificações históricas, estabelece algumas diretrizes norteadoras quanto a preservação do patrimônio arquitetônico, na tentativa de se evitar abusos e tentar normalizar em todo o mundo os procedimentos

preservadores. (LEMOS, 1981). Enfatiza ainda que preservar o patrimônio arquitetônico não significa recriar elementos imitativos dos originais, atitude considerada condenável, e deve se basear a restauração no respeito pela obra tendo por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento, fundamentando-se no respeito pelo material original e pelos documentos autênticos. (CARTA DE VENEZA, 1987)

Em 1985 foi aprovado o Projeto de pesquisa “Arquitetura Paraense do século XIX”, considerado um Programa de pesquisas cujo objetivo é a realização de um levantamento sistemático e classificação de dados e documentação iconográfica para informar a história da ARQUITETURA Brasileira em suas vertentes Neoclássicas e Ecléticas, por intermédio de levantamentos, classificação de dados e documentos. A investigação justifica-se uma vez que “o estado do Pará tem exemplares valiosos de vários períodos, particularmente importantes são manifestações do neoclássico anterior à missão francesa e o acervo de excelente qualidade da arquitetura eclética”. O projeto foi coordenado pela Professora Jussara Derenji, tendo como pesquisadora a professora Elna Trindade. Os métodos utilizados para pesquisa foram elencados como: 1. Levantamento de prédios: direto e fotográfico com graficação de plantas, fachadas e detalhes mais importantes e transferência de dados para fichas padronizadas; 2. Classificação de dados e documentação, pesquisa e coleta de dados e documentação sobre as etapas estudadas e 3. Análise dos dados levantados. (Resolução n 1.255 de 18 de julho de 1985 do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa / UFPA)

Iniciada em 1986, a pesquisa sobre a “História da Arquitetura no Pará”, coordenada pela professora Carmen Lúcia Valério Cal, constituiu-se em uma montagem de “material audiovisual para divulgação” e em uma “investigação, documentação e recuperação de acervos de nossa arquitetura” (CAL, 1992. p. 4). A pesquisa que se encerrou em 1993 foi dividida em três etapas, contando com a participação dos professores Hélio Oliveira Veríssimo, Jorge Derenji e Ana Léa Nassar Matos, além de contar com bolsistas.

Em entrevista, a professora Carmen Cal explicou como se dava a metodologia de coleta de dados para a produção dos trabalhos relativos a esta pesquisa: uma coleta direta em campo, percorrendo as ruas de Belém com um roteiro pré-definido; identificação de exemplares significativos com preenchimento de fichas pré-concebidas e registro fotográfico externo e interno quando possível; entrevistas em residências com os proprietários e pesquisa bibliográfica.

Na primeira parte deste trabalho, realizada entre 1986 e 1987, foi desenvolvida uma pesquisa referente à “Arquitetura paraense no século XIX”. Já a segunda etapa, finalizada em fevereiro

de 1990, teve como abordagem a “Arquitetura Residencial em Belém: 1º metade do século” cujos resultados parciais foram publicados na Revista do Tecnológico (UFPA), nos artigos intitulados “Esboço da Evolução da Arquitetura Residencial em Belém, na primeira metade do século”, de Carmen Cal (1989) e “Arquitetura Residencial em Belém: Dois Momentos”, de autoria de Carmen Cal, Ana Léa Nassar Matos e da bolsista Sylvia de Oliveira (1991). Depois de finalizar a segunda etapa, foi iniciado, dentro desta mesma pesquisa, estudo sobre “O Pré-moderno em Belém”, no intervalo de março de 1991 a março de 1992. Porém, “devido ao atraso de quase um ano do auxílio pesquisa concedido pelo CNPq” (CAL, 1992. p. 1) e à longa greve na UFPA em 1991, o encerramento da pesquisa foi prorrogado até março de 1993.

O desenvolvimento de tal pesquisa sobre a “História da Arquitetura no Pará” veio a produzir artigos, material para palestras e apoio didático ao curso de arquitetura, registros audiovisuais e arquivos de fichas cadastrais das residências levantadas, além de exposições e divulgação da arquitetura produzida em Belém. Dessa forma, o interesse deste estudo foi descrito como “não somente divulgar a Arquitetura que aqui ‘escondemos’, como também mobilizar o poder público e incentivar ações preventivas que possam contribuir para a preservação de nosso patrimônio arquitetônico.” (CAL, 1992, p. 7)

Além disso, a professora Carmen Cal enfatiza como meta da pesquisa o melhor conhecimento do “nosso legado histórico principalmente quanto à arquitetura residencial, já que outros projetos se dedicavam aos grandes monumentos”⁵. Cal afirma ainda que tais análises carregavam também um aspecto social e econômico, pois era avaliada a tipologia arquitetônica residencial em diferentes períodos históricos. Sendo assim, conclui que “o foco era a CASA comum dos moradores da cidade.”

No estudo da arquitetura colonial no Pará, temos as pesquisas “Província do Grão-Pará- Evolução Urbana no século XVIII”, realizada entre 1993 e 1995, e em sequência o estudo “Primeiras localidades do Pará” (1996 -...) coordenadas pela Professora Jussara Derenji⁶.

⁵ Entrevista concedida pela Prof^a. Carmen Lúcia Valério Cal a Nayara Barros em junho de 2011. Carmen Cal (1946 -), Mestre em Urbanismo pela Universidade de Paris XII, foi professora do Curso de Arquitetura entre 1971 e 1995, ministrando disciplinas de Evolução Urbana e Planejamento Urbano, bem como fez parte do Corpo docente do Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. Atualmente exerce função de diretora do Sistema Integrado de Museus do Estado do Pará.

⁶ Jussara da Silveira Derenji é Arquiteta e urbanista, tendo exercido atividades docentes no Curso de Arquitetura e urbanismo da UFPA entre 1980 e 1995, ministrando disciplinas de Evolução urbana e Paisagismo. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul- Porto Alegre, exerceu função de Diretora do Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Cultural do Município de Belém entre 1993 e 1996. Atualmente exerce a função de Direção do Museu da UFPA.

Como publicação resultante temos o livro ‘Óbidos. Caderno de Arquitetura 1’, editado pela Universidade Federal do Pará. No prefácio, a autora destaca a origem da pesquisa, quando, em 1986, a comunidade da cidade de Óbidos, no Pará, mobilizou-se para a preservação de um Forte (1854) e de um quartel (1909), ambos encontrando-se em precárias condições de conservação. Assim, o Departamento de Arquitetura da UFPA, através da equipe da pesquisa “Arquitetura paraense” esteve responsável pelos projetos de restauração dos prédios, com recursos da Fundação Nacional pró-memória e da UFPA (ver capítulo 7). Ao trabalho de projeto sucedeu-se o inventário de bens arquitetônicos da cidade e estudo arqueológico da área do Forte. A autora refere que “Este trabalho iniciou uma série de pesquisas ainda em andamento na Universidade Federal do Pará visando estudar a evolução urbana e arquitetônica na Amazônia desde o período colonial.” (DERENJI, 1997. p. 6)

Outra importante iniciativa ocorreu quando o Escritório Modelo de Arquitetura, no intuito de estabelecer um maior vínculo do curso com a sociedade e o mercado de trabalho, é integrado ao Fórum Landi. No período de criação do Fórum, o Escritório Modelo vinha desenvolvendo projetos de restauração, e com essa vinculação pode-se facilitar a execução dos mesmos, assim como, concretizar a atuação direta do curso na restauração de edificações históricas de Belém. Entre estes projetos estão a Requalificação de Sobrados do Centro Histórico para Habitação (2002), Restauro do Museu da Universidade (2004), da Associação “FotoAtiva” e da Casa Rosada. Tais projetos foram estudados mais profundamente no Capítulo 7, que trata da Extensão.

Ao fim do “Seminário Internacional: Landi e o século XVIII na Amazônia”, que se realizou de 17 a 21 de novembro de 2003 e teve como finalidade comemorar os 250 anos da chegada de Antonio Landi ao Pará, foi criado o Fórum Landi, Laboratório vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPA. Maria Beatriz Maneschy Faria, atual coordenadora do Fórum, cita em entrevista os objetivos do mesmo, definidos no período de sua criação, estes são: desenvolvimento e apoio a pesquisas multidisciplinares sobre história da Amazônia, em seus aspectos sociais, e nos moldes artísticos, arquitetônicos, urbanísticos e econômicos; realizar estudos visando a recuperação, revitalização e conservação integrada do legado arquitetônico e artístico de Antônio José Landi; proporcionar a cooperação entre os membros, bem como fomentar uma rede de pesquisadores em estudos históricos, artísticos, arquitetônicos e urbanísticos sobre a Amazônia.⁷

⁷ Entrevista concedida pela Arquiteta Maria Beatriz Maneschy Faria a Nayara Barros em 13 de maio de 2011.

Devido à necessidade de ampliar suas instalações, em 2008 o Fórum Landi passou a ocupar um imóvel no bairro da Cidade Velha, facilitando o acesso às construções históricas da cidade e contribuindo para estudos na área, assim como para o estímulo a consciência de preservação dos Bens Patrimoniais. Essa localização facilitou as discussões sobre questões referentes às edificações históricas de Belém, e o acesso às informações pertinentes ao tema pelos próprios moradores da área.

Nesse sentido ressaltam-se algumas iniciativas do Fórum Landi como o “Projeto Landi Cidade Viva”, realizado em 2006, que teve um importante papel na informação e divulgação das obras de Landi para diversos públicos. Integraram o projeto outras ações como o “Circuito Landi” que foi responsável pela divulgação do tema para cerca de 40 escolas através de visitas guiadas que percorriam obras de Landi em Belém.

O contexto de valorização do patrimônio arquitetônico paraense gerou demanda pela qualificação docente e de profissionais da Arquitetura e urbanismo, de modo que em 1996, o Departamento de Arquitetura e urbanismo da UFPA ofertou o “Curso de Especialização em Preservação e Restauração do Patrimônio Arquitetônico”. Como produto final, pode-se analisar seis Monografias, número total de exemplares disponível no Acervo da Biblioteca José Sidrim, sendo observados aspectos como: características físicas do documento, metodologia científica seguida e as impressões que explicavam de maneira resumida o teor do texto produzido. Tais Monografias foram: *“Proposta de Intervenção para a Sede Social do Clube do Remo”* de Roseane da Conceição Evangelista Costa; *“A Antiga Usina de Cremação de Lixo em Belém”*, de Maria Angélica Meira; *“Monumento: Antiga escola de Artífices Aprendizes. Projeto: Manutenção do uso atual: Sede da DEMEC-PA”*, de Ana Léa Nassar Matos; *“Mercado Municipal de Bragança”*, de Cibelly Alessandra Rodrigues Figueiredo; *“Revitalização da Fábrica Soberano”*, de Fernando Antonio Rodrigues Coimbra e Filomena Mata Vianna Longo; e *“Proposta de Intervenção para Recuperação e Revitalização de uma Casa de Porão”*, de Zélia Pereira da Silva.

Na análise do material detectaram-se lacunas tanto em relação às justificativas de base teórica do restauro, quanto a pranchas ou desenhos que deveriam fazer parte de um projeto de restauração. Contudo, sendo este o primeiro Curso de Especialização no Estado com foco na Preservação do Patrimônio Arquitetônico Paraense teve repercussão na formação de quadro técnico e docente.



56. Casa Rosada
Foto: Bianca Barbosa, 2015.

Onze anos depois, em 2007, foi coordenado pelo Fórum Landi o Curso de “Especialização em Interpretação, Conservação e Revitalização do Patrimônio Artístico de Antônio José Landi”. Tivemos acesso a amostra de quatro monografias apresentadas, estas foram: “*Capela Pombo, Belém/PA: Interpretação e Perspectivas*” de Domingos Sávio de Castro Oliveira; “*Casa Rosada de Belém: Os caminhos de um patrimônio*” de Moema de Bacelar Alves; “*Pintura Colonial em Belém do Pará: as iconografias religiosas de Pedro Alexandrino de Carvalho (1729-1810) na Igreja de Santana*” de Rosa Maria Lourenço Arraes; e, “*Retábulo Barroco da Igreja do Carmo: Landi – A Harmonia entre o Construído e a Construção*” de Virgínia Lucia Guerreiro Diniz, as quais foram disponibilizadas em meio digital no Portal eletrônico do Fórum Landi (Figura 56).

Nestas monografias foram dotadas de pesquisa documental e histórica detalhada, além de um amplo levantamento e análise dos elementos caracterizadores de cada obra. E ainda, enquanto as duas primeiras monografias centraram-se na caracterização de cada obra com vistas a atribuição de autoria a Antônio José Landi, por meio da análise comparativa com outras obras do mesmo arquiteto italiano, as últimas trataram especificamente de bens integrados às edificações projetadas pelo arquiteto, como as pinturas e o retábulo. Nesse sentido, tais monografias tiveram como um de seus objetivos servirem de base teórica para demais estudos sobre a atuação de Landi em Belém e também contribuir com futuros projetos de restauração de obras deste arquiteto.

5.3 CONTRIBUIÇÕES PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PARAENSE

É certo que desde o início do Curso nota-se o interesse pelo tema, bastante desenvolvido desde a inclusão do Trabalho de Conclusão de Curso como atividade obrigatória em 1982. Além disso, foi nessa década também que se desenvolveu a pesquisa “História da Arquitetura no Pará”, na qual se levantou informações de grande relevância tanto para aqueles envolvidos com o curso quanto para o público em geral, que a partir dos artigos publicados, fruto desta pesquisa, pode conhecer melhor a arquitetura paraense de várias épocas. Destaca-se que a inexistência de material disponível na Biblioteca impossibilitou a maior amplitude do conhecimento acerca das demais pesquisas desenvolvidas no Curso acerca do tema.

A partir deste momento houve uma sequência de eventos que, por uma linha cronológica, viriam a reforçar a atuação do Curso no tema em questão: a inclusão das matérias de Preservação e Restauração no currículo do curso e a realização dos cursos de especialização são exemplos significativos. Assim, foram 62 TCC's levantados, e destes 16 foram realizados no período entre 1982 e 1989, 19 nos anos de 1990 e 27 entre 2000 e 2009, ou seja, houve um aumento considerável na quantidade de trabalhos sobre patrimônio com o passar dos anos.

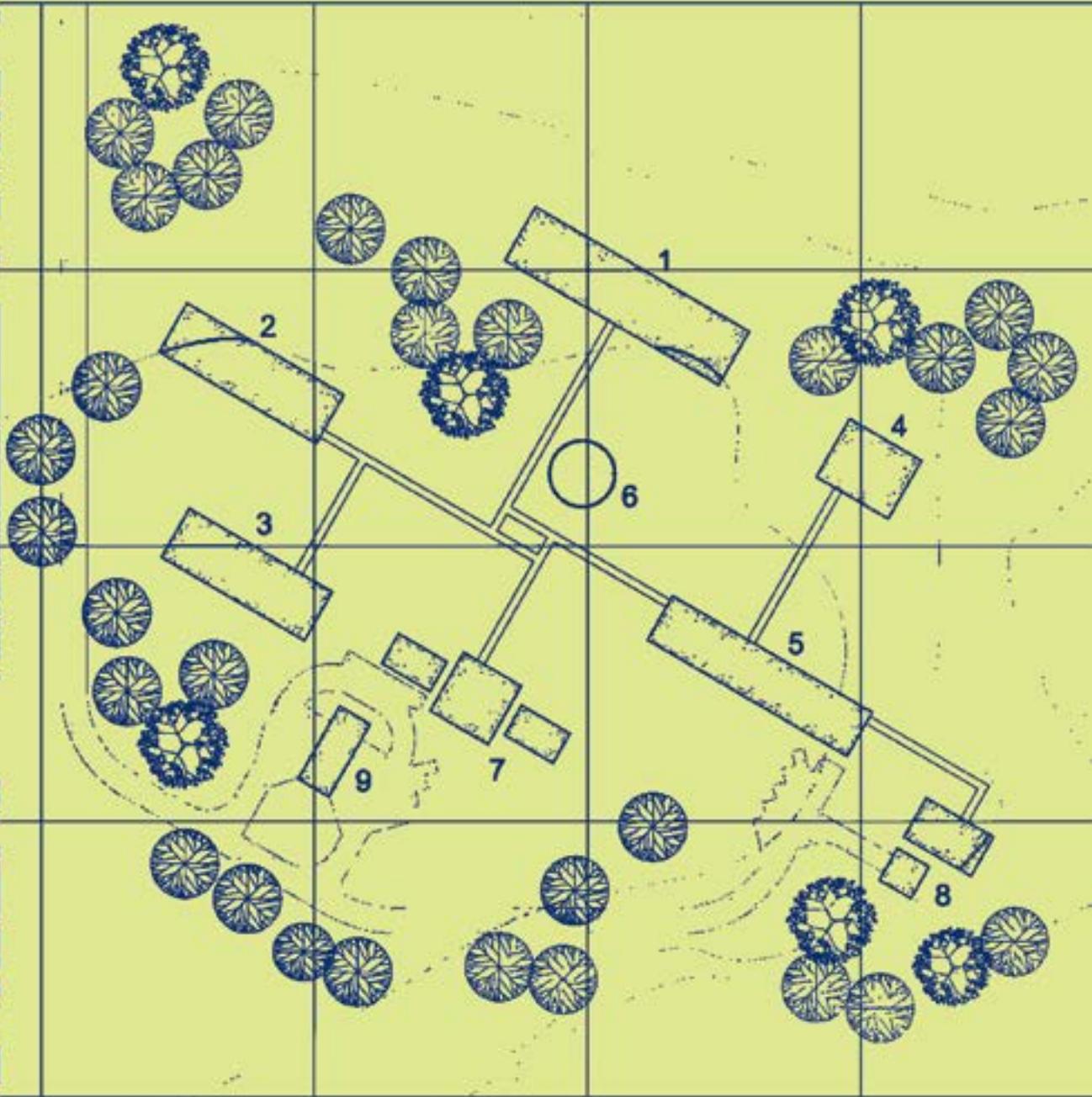
Mas, não foi apenas em números que houve uma mudança significativa, isso também foi percebido na abordagem de desenvolvimento dos trabalhos que, de início, não seguiam metodologia específica para sua elaboração, podendo-se encontrar objetos de estudo e formas de desenvolvimento bastante diferentes. Por isso, enquanto uns abordavam temas de maior abrangência, como por exemplo, a Arquitetura Eclética em Belém com uma listagem de mais

de 40 edificações e detalhando quatro delas, outros optavam por um objeto de estudo mais específico, como um estudo arqueológico para identificação da localização de um antigo Forte.

Já nos anos 90, nota-se a formação de uma linha de raciocínio que passará a estruturar os trabalhos, direcionando o desenvolvimento dos mesmos, agora com foco em apenas uma edificação. Observou-se que a maior parte dos TCC's desse período teve seu conteúdo distribuído na seguinte ordem: contexto histórico, levantamento de dados (edificação e entorno) e proposta. Essa estrutura básica também é observada na década seguinte, porém verificando-se duas mudanças. A primeira diz respeito a um maior detalhamento tanto no levantamento de informações, quanto no projeto proposto. E a segunda trata de uma maior teorização sobre restauro, cada vez mais presente e integrada à proposta dos trabalhos. Nos anos 2000, as dissertações de Mestrado das docentes Ana Léa Nassar Matos e Elna Maria Andersen Trindade, bem como a Tese de Doutorado da Professora Celma Chaves Pont Vidal vem fortalecer questões referentes ao conhecimento e reconhecimento da Arquitetura paraense, em sua relevância cultural. Destacam-se suas contribuições para o entendimento da arquitetura da segunda metade do século XVIII, em especial a obra do arquiteto bolonhês Antonio Landi, da arquitetura residencial eclética, tendo como profissional de referência José Sidrim, bem como para a formação do gosto moderno nos anos 30 a 70 do século passado.

Certamente a escolha de temas relacionados ao patrimônio pelos discentes contribuiu para a formação de profissionais engajados e capazes de atuar com maior segurança na preservação e restauração de edificações históricas. Todavia, mesmo aquelas pessoas que não estão diretamente ligadas ao Curso de Arquitetura da UFPA, puderam através de iniciativas deste conhecer e entender melhor a importância da preservação. Dentre estas citamos os projetos do Fórum Landi, como o “Landi, Cidade Viva”, com atividades de educação patrimonial e consultoria aos moradores de imóveis com interesse a preservação. Segundo Carmen Cal, já se percebe “o aumento do interesse quanto à preservação do patrimônio, mas ainda, de forma muito tímida e apenas nos círculos de profissionais de arquitetura, artes e relacionados”. O Fórum Landi tem contribuído através de seus cursos de pós-graduação, exposições, palestras, eventos e pesquisas para a formação dessa consciência.” Além disso, o espaço do Fórum está situado no Centro Histórico de Belém, tendo ele, assim, maior capacidade de ajudar na conscientização dos moradores daquela área.

Formar arquitetos capazes de dar continuidade a história da sua cidade, assim como dar a oportunidade para a população perceber sua história através de edificações presentes em seu dia-a-dia, e que passam muitas vezes despercebidas são resultados das ações do curso.



6. CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS DO CURSO DE ARQUITETURA PARA O URBANISMO REGIONAL

6.1 OS DESAFIOS DO PLANEJAMENTO DA BELÉM CONTEMPORÂNEA

A consolidação do pensamento urbanístico, e deste enquanto ciência, permitiu novos direcionamentos e práticas mais voltadas à realidade, contando com a interferência de disciplinas auxiliares. O espaço urbano é compreendido como um campo complexo com o qual diversas disciplinas podem contribuir, ampliando seus modos de percepção. Surge então o Planejamento Urbano, resultado da intensificação do *modus operandi* do Urbanismo que se evidencia, sobretudo, no pós-segunda Guerra Mundial face a necessidade dos países em se reorganizar.

O crescimento de Belém, no século XX, ocorreu via verticalização das áreas centrais e suburbanização ao longo das rodovias BR 316 e Avenida Augusto Montenegro. O processo de verticalização é entendido por Janete Oliveira como apropriação do solo das áreas centrais, dotadas de melhor infra-estrutura, por parte das classes média e alta que desejam manterem-se próximas aos comércios e serviços. Do ponto de vista capitalista, ele serve à reprodução e acumulação do capital dos incorporadores imobiliários e dos construtores.

Sob o contexto do desenvolvimento urbano ocasionado pelo comércio da borracha, iniciou-se a verticalização de Belém, já na fase de decadência do comércio gomífero (anos 40), quando surgiram vários prédios com uso de elevador, os quais possuíam no mínimo cinco pavimentos. A Avenida 15 de agosto (atual Presidente Vargas) destinou-se a ser importante corredor comercial desde a administração de Manuel Barata, na década de 30, o qual ordenou seu alinhamento, possivelmente visando o progresso e a modernidade alcançados por sua similar no Rio de Janeiro (COIMBRA DE OLIVEIRA, 1992).

A intensificação da verticalização na década de 60 ocorreu pela conjuntura favorável, na qual se destacam a fundação do Banco Nacional da Habitação (BNH), financiador da construção de prédios a partir de 64 e o incremento generalizado da economia amazônica através dos incentivos fiscais liberados via Superintendência para o Desenvolvimento da



57. Avenida Presidente Vargas, eixo inicial de verticalização de Belém, em foto da década de 70
Fonte: Cartão Postal: Belém

58. O segundo momento da ocupação em altura: a área do Canal da Doca de Souza Franco
Foto: Cybelle Miranda, 1999



Amazônia (SUDAM), a partir de 74. Esta fase da verticalização se dirigiu a terrenos mais altos, especialmente nas ruas próximas à Av. Presidente Vargas e adjacências, devido provavelmente à falta de tradição da engenharia local, fazendo com que os engenheiros temessem a edificação de prédios altos em solos ainda não consolidados (Figura 57). Ao mesmo tempo, esses terrenos eram mais valorizados por situarem-se próximos ao centro e por contarem com rede de esgoto (COIMBRA DE OLIVEIRA, 1992. p. 78-79).

A autora observa que as variações do preço dos solos são definidas pelas variações dos lucros que eles permitem obter: as diferenças de lucros podem provir das qualidades de construtibilidade dos solos ou da superfície construível. Inicialmente, a verticalização de Belém caracterizou-se pelo estágio concorrencial, no qual o produtor imobiliário se inscreveu num espaço socioeconômico sem o modificar de forma significativa, como foi o caso da verticalização das áreas do Comércio, Nazaré e Batista Campos. Na segunda fase ocorreu o estágio monopolista, quando o espaço anterior foi anulado, sendo determinante a relação entre o capital investido e os benefícios esperados, e não o preço dos terrenos como acontecia no estágio concorrencial. Nesta fase ocorreu a ocupação de áreas de canal, como o de Tamandaré e Visconde de Souza Franco (COIMBRA DE OLIVEIRA, 1992). (Figura 58)

Os desequilíbrios estruturais herdados das décadas de 50 –70 (como concentração de renda e disparidades regionais) redundaram na crise e estagnação dos anos 80, refletidos no município de Belém com gravidade, visto sua base econômica ser frágil. Assim, as relações Centro-Periferia se caracterizaram pela segregação das classes baixas e pelos investimentos públicos nas áreas centrais, que favoreceram os empresários dos setores terciário e imobiliário.

A ação do Estado mostrou-se fundamental para a expansão urbana de Belém, que ocorreu no sentido linear em função da acessibilidade à integração rodoviária regional e da conformação do sítio. (Figura 59) Os segmentos institucionais ocuparam a orla, como EMBRAPA¹, UFPA e FCAP² e o perímetro após a 1ª léguas – Forças Armadas - dificultando a expansão, que só foi impulsionada pelos investimentos públicos na questão habitacional. A década de 70 marcou fortes investimentos em habitação popular devido a necessidade de gerar empregos, sanear as baixadas e planejar a cidade. Contudo, quando nos anos 80 surgiu a recessão econômica, esses investimentos tornaram-se cada vez mais escassos, além do que os meios técnico e político se aperceberam dos graves erros inerentes a tais empreendimentos.

Com o fechamento do BNH em 1987, diminuíram as construções de habitação popular, surgindo muitas áreas de invasão na Região Metropolitana de Belém, direcionadas a terrenos não alagáveis, pertencentes à União, Estado e Municípios, e ao setor privado, devido a falta de terrenos nas áreas de várzea ou sua valorização ao receberem melhorias. Foram invadidos também conjuntos habitacionais concluídos ou em fase de acabamento, o que provocou a suspensão das linhas de financiamento da Caixa Econômica para Belém (IPEA, 1997).

Assim, a ocupação da periferia de Belém deu-se de duas formas: pela iniciativa governamental de produzir os conjuntos e pela migração rodoviária das áreas continentais do estado, face à questão agrária. A ocupação “ilegal” que se instaurou ao lado da “planejada”, bem como as dificuldades sociais e econômicas que tal deslocamento provocou às populações remanejadas de áreas de baixadas mostraram ser essas iniciativas insolventes diante do problema social da cidade. A metropolização configurou-se de forma fragmentada, sem as necessárias condições de infraestrutura econômica física para garantir a reprodução do capital e tampouco para exercer a função legitimadora do poder público.

Assim, as características do urbanismo brasileiro, segundo a autora são: estratégia de desadensamento – o modelo de casas isolada no lote; modelo único de apropriação do solo



59. Mapa de Belém

Fonte: CODEM adaptado por Laura Costa, 2012

¹ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

² Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, atual Universidade Federal Rural da Amazônia.

considerada saudável; instrumentos de hierarquização nos valores do solo: zoneamento, propriedade privada, alocação de serviços públicos; progressiva morte dos espaços coletivos não programados – ruas, calçadas, praças – em oposição ao incremento dos espaços privados e semi-públicos. Estas são as materializações do processo modernizador e integrador que prevê um modelo de gestão urbana não contraditório, ou seja, baseado em atuações racionalizadoras da realidade anárquica (ROLNIK, 1994).

Expressão do neoliberalismo ou mundialização do capital, o espaço imobiliário se enche de megaprojetos ou superespaços multifuncionais que substituem a cidade. Empreendimentos do capital financeiro, seus espaços são alugados e não mais vendidos, o que resulta na despatrimonialização, parceira da flexibilização do espaço proporcionada pelas tecnologias da informação (IBIDEM).

Como tratar então a marginalização dos espaços públicos, a clandestinidade da maioria das habitações? Segundo Rolnik, duas rupturas devem ser feitas: com a eliminação das diferenças e com o projeto racional, sendo estes substituídos por um pacto territorial múltiplo. As palavras-chave são: solidariedade, auto-organização da cidadania, dimensão pública da cidade em uma nova ética e estética urbanas.

Otília Arantes observa a disseminação dos estudos urbanos, que estão relacionados com o que denomina ‘era da cultura’. Trata-se por um lado de produzir políticas compensatórias, visando a inclusão cultural dos grupos excluídos economicamente e, ao mesmo tempo, de um processo de acumulação com base na comercialização de produtos da indústria cultural. À falência dos modelos globais modernos surgiram as novas formas de salvação da cidade, de volta à arquitetura da cidade como forma-lugar, partindo da arquitetura vernacular e associando seu contexto.

Surgiram os contextualismos das mais variadas colorações, em que se combinam existencialismo e estruturalismo, linguística, antropologia e historicismos de tinturas marxistas e revivalistas. Tudo isso compondo uma espécie de aspiração à vida social em modelo reduzido – veicidade compensatória que até certo ponto se alimentava de uma nova ideologia da *intimidade*, à procura de uma outra sociabilidade burguesa sobre a qual se apoiar. (ARANTES, 1998. p. 166)

A emergência de diversas ‘identidades’ de contestação do sistema produziram um fluxo ambivalente de fragmentação de culturas e pasteurização dessas identidades pela sociedade de

massas. Cada vez mais o urbanista atua aleatoriamente na cidade, sem a preocupação de criar unidade, pregnância visual ou semântica que estruturam uma memória coletiva. Proliferam identidades, imagens – simulacro, contradições, cenografia.

Passamos então a uma problemática ainda maior: existiria ainda o que convencionamos chamar de **cidade**? Françoise Choay conclui que não (1999). Dissertando sobre as origens europeias da cidade e do urbanismo, a autora tenta referenciar as transformações dos aglomerados urbanos desde 1870³ a 1990 segundo três grandes temas: 1. a construção, novos materiais que permitiram a construção em altura e equipamentos como elevadores e aparelhos de ar condicionado que revolucionaram as formas de habitar a cidade; 2. os transportes – o trem garantiu o acesso entre cidades e o bonde, dentro delas. A partir de 1930, o automóvel deu liberdade total ao homem, bem como o avião acelerou essa mobilidade e aproximou o mundo; 3. as telecomunicações – telégrafo, rádio, telefone, informática aproximaram virtualmente as pessoas e contribuem ao enfraquecimento das relações diretas.

O urbano contra a cidade: resultado de uma mutação. A concomitância e a sinergia de um conjunto de inovações técnicas iniciam, a partir dos anos 1960, uma fase crucial no processo de urbanização da Europa: a colocação das condições necessárias para que se conclua a mutação iniciada um século antes. (IBIDEM. p. 83)

Isso se configurou com as novas linhas de trem de alta velocidade, consulta de dados informatizados por telefone e aumento da capacidade das linhas aéreas, o que confere aos cidadãos uma certa ubiqüidade. As novas velocidades na comunicação repercutem no espaço urbano de duas formas: tendência à concentração da população em metrópoles nacionais ou regionais que, ao expandir-se para as periferias, despovoam os centros tradicionais e históricos; por outro lado, geram a desconcentração, produzindo aglomerações em torno de grandes projetos como aeroportos e pólos tecnológicos, bem como a implantação difusa em áreas rurais que recebe o nome de reurbanização.

A questão habitacional aponta para diversas vertentes, dentre as quais o déficit, a infraestrutura geral, a valorização especulativa da terra e a sua mercantilização. A mera construção de casas não é solução para o déficit habitacional, há necessidade de infra-estrutura de água, esgoto, energia, drenagem, pavimentação, transporte, segurança, saúde, coleta de lixo,

³ Época em que surgiu teoricamente o termo urbanismo como estudo dos impactos da industrialização sobre a sociedade urbana e que, no século seguinte viria a denotar a disciplina que rege a planificação dos aglomerados urbanos.

abastecimento, sendo que a ausência destes propicia danos ambientais e a marginalização da população, principalmente nas periferias. Enquanto o poder público busca a chamada ‘urbanização’⁴, através de projetos ambientais como a macrodrenagem em Belém, ocorre a valorização especulativa desses lotes urbanos, fazendo com que os moradores das margens dos alagados sejam expulsos para os subúrbios. Isto tem também como conseqüência a geração de renda imobiliária, ocasionada pela construção de edifícios, a qual segregará mais ainda os habitantes originais da área.

O caso de Belém é bastante peculiar, devido à topografia: os programas de recuperação de áreas de baixadas marcaram a remoção das habitações em palafitas a conjuntos habitacionais distantes das primeiras. Exemplo disso é o Conjunto Providência, fruto de remanejamento de populações moradoras das margens do Igarapé do UNA (1973). A racionalidade do planejamento induziu à busca da eliminação da cidade ilegal, situada nas baixadas alagadiças, por residências padronizadas em alvenaria implantadas em terra firme, acarretando danos socioeconômicos àquelas populações.

Levados pelo processo de expansão da cidade em sua área metropolitana, os empreendedores imobiliários, preocupados com as invasões de terras e até de conjuntos habitacionais, buscaram inspiração nas cidades norte-americanas e do Sudeste do Brasil para motivar a ocupação dessas áreas por populações de melhor padrão social. Para isso criam o marketing sobre os condomínios – conjuntos que reúne a possibilidade de morar em casas numa área verde, contando com infraestrutura de lazer, afastando-se do tumulto das áreas centrais da cidade e podendo usufruir um eficiente sistema de segurança. Neste processo, o Estado participa direta e indiretamente, por ter oportunizado ao longo das últimas décadas a ocupação e valorização dessas áreas, por melhorar a infraestrutura viária e de transportes, e por não criar qualquer tipo de restrição urbanística para sua implantação.

Em face a situação exposta, que não obteve alterações significativas na primeira década do século XXI, estudos científicos vem sendo realizados por pesquisadores do Laboratório Cidades na Amazônia, vinculado a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA. Destaca-se o impacto da intensa urbanização que, sem os devidos aportes institucionais em investimentos materiais ou estratégias de gestão urbanística, reforçam as desigualdades regionais, desconsiderando as peculiaridades da região Norte do Brasil. A ausência de ações efetivas de saneamento, bem como o baixo investimento em alternativas de transporte de massa,

⁴ O termo técnico no caso seria urbanificação, segundo FERRARI (1991).

bem como a baixa qualidade das habitações financiadas com recursos públicos contribuem para a descaracterização e precarização da paisagem local, repercutindo na qualidade de vida da população amazônica (CARDOSO, GOMES, MELO, 2014). Segundo a autora

Em Belém, após a formalização da região metropolitana em 1973, uma sequência de várias gerações de planos de desenvolvimento urbano metropolitano foram propostas, com diagnósticos compreensivos e estratégias de expansão urbana operacionalizadas por instrumentos clássicos como o zoneamento de uso e ocupação do solo, códigos de edificações e códigos de posturas. Propostas de alinhamento e de zoneamento desconsideravam as condições fisiográficas e resultavam na clara divisão entre cidade formal e informal, a primeira consolidada nas áreas altas, e a segunda em formação nas áreas alagáveis da cidade. As áreas alagáveis após aterros graduais receberam obras de saneamento (macro drenagem), que mantiveram o foco sanitário e de adequação viária até o presente (CARDOSO, 2007).

A adoção de Planos Diretores, a partir dos anos 1990, como instrumentos de apoio a Reforma Urbana não se mostraram eficazes, mantendo os mesmos arranjos de poder vigentes, sem promover avanços no desenho do espaço da cidade. Os instrumentos legislativos não abrangem as escalas locais do bairro, da rua, de modo que tornam-se instrumentos burocráticos mediados por interesses econômicos. As metodologias do desenho urbano não foram aplicadas às cidades amazônicas, a despeito do grande sucesso obtido nas reflexões teóricas e projetuais acadêmicas.

A ocupação verticalizada das áreas centrais teve crescimento geométrico, sendo o padrão exportado também para áreas antes periféricas que, em função de investimentos viários, viriam a transformar-se na ‘Nova Belém’, incorporando construtoras nacionais de capital aberto (CARDOSO E VENTURA NETO, 2013). Segundo Lima e Costa (2014), as Leis Municipais de Controle urbanístico não foram eficazes para a gestão democrática da cidade, reforçando a verticalização de áreas consolidadas, sem oferecer alternativas de transporte e saneamento.

Outra vertente de intervenção no espaço da cidade implica a adoção de estratégias de estetização das estruturas urbanas históricas, tornando-as cenários turísticos. Destacam-se nesta vertente as reformas realizadas no Porto de Belém para a criação do espaço de lazer “Estação das Docas”, bem como as intervenções realizadas no início dos anos 2000 no núcleo inicial da colonização de Belém denominado Projeto Feliz Lusitânia, reforçando a observação de Sant’Anna (2004), que aponta a substituição das Instituições de preservação do patrimônio por outras instâncias de governo no planejamento e execução de projetos de revitalização na década de 90.

Lia Motta atenta para o fato de que hoje as intervenções patrimoniais voltam a enfatizar critérios visuais, de modo que o tempo do capital entra em conflito com o tempo do documento, descartando a construção paulatina dos inventários bem como as restrições ao uso ou à adaptação do sítio. Além disso, tais projetos descartam os aspectos imponderáveis do patrimônio, que estão certamente associados aos bens materiais (MOTTA, 2000). Essa reflexão pode ser aplicada ao caso do Feliz Lusitânia, no qual o tempo ditado pelo mandato político não permitiu uma pesquisa mais demorada acerca do muro do Forte, bem como os critérios de refuncionalização não consideraram os usos contínuos que a população do bairro da Cidade Velha fazia de espaços como o Restaurante do Círculo Militar, ou das lojinhas situadas na Rua Padre Champagnat.

6.2 ESTUDOS SOBRE URBANISMO NO CA

O presente capítulo propõe uma abordagem sobre as mudanças no ensino do Urbanismo no Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Pará (UFPA), examinando a constituição deste pensamento urbanístico através de análises em Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e Trabalhos Finais do Curso de Especialização em Urbanismo, realizado no Departamento de Arquitetura em 1992, contando com professores da Universidade de Brasília (UNB), bem por meio de entrevistas com professores e profissionais relacionados ao Curso de Arquitetura da UFPA.

O espaço de discussão das questões urbanísticas em Belém no que diz respeito às práticas científicas⁵ enfatiza-se a partir de 1964 quando é criado o Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Pará, e o mesmo surge em virtude de uma série de transformações sociais no espaço urbano em Belém. O Curso de Arquitetura em seus anos iniciais – influenciado pelo contexto da Ditadura Militar – permitia ao aluno uma visão idealizada do Planejamento Urbano, condizente com a situação brasileira, conforme afirma Kohlsdorf:

Trata-se da extrema dependência externa de nossa produção de conhecimento; embora isso não se constitua em um fato novo na história dos estudos urbanos brasileiros, não pode deixar de provocar preocupações principalmente quando se atravessam momentos decisivos em nossa formação social. Uma conseqüência dessa característica é palpável, por todos aqueles que

⁵ É importante observar que quando se fala em constituição do pensamento urbanístico toma-se este como resultado de produções acadêmicas, portanto em Belém o urbanismo enquanto ciência surge com a criação do Curso de Arquitetura em 1964.

se envolvem com a questão urbana no Brasil; a aplicação indiscriminada de métodos e técnicas desenvolvidos para contextos totalmente distintos tem, quase sempre, conduzido a construções intelectuais de objetos completamente ideais. Trabalha-se assim, não raro, com elementos bastante distantes da realidade, e as medidas propostas, em decorrência, pouco se aplicam a situações objetivamente existentes. (KOHLSDORF, 1985, p.20).

Embora inicialmente o Curso fosse apenas de Arquitetura, desde o surgimento sempre trouxera no currículo questões pertinentes ao tema. Inicialmente o interesse era restrito, havia apenas três disciplinas que abordavam a questão urbana de maneira mais imediata, o que refletia na falta de embasamento e desenvolvimento das questões relativas ao espaço urbano. “No tempo do Curso de Arquitetura, independente, a abordagem urbanística era mais superficial. Entrava como tema de projeto e também nas disciplinas históricas como História da Arquitetura, e Teoria da Arquitetura. Não havia uma abordagem específica do urbanismo”, pontua Carmen Cal⁶ professora do Curso nos anos 70 a 90 do século XX. Segundo Maricato,

[d]urante os anos 70 o planejamento urbano proliferou através de órgãos públicos municipais, e as escolas públicas de arquitetura viram aumentar seus cursos ou disciplinas da matéria, porque nos anos 70 o mercado de trabalho oferecia emprego na área. Sua eficácia foi, entretanto, segundo Villaça, fundamentalmente ideológica, ou de aplicação restrita (...). Durante esse período, o planejamento urbano no Brasil alimentou muitas e diferentes atividades intelectuais: teses, dissertações, congressos, reuniões, cursos. Foi exatamente o período e que as grandes cidades brasileiras mais cresceram... fora da lei (MARICATO, 1997, p.119).

No mesmo período são elaboradas as diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Grande Belém (PDGB) que norteavam o crescimento urbano de Belém. O PDGB, primeiro grande plano com caráter metropolitano, foi elaborado em meados dos anos de 1970, tendo sido realizado por uma consultoria privada, a empresa “Desenvolvimento e Sistemas S/A”. Com forte base teórica funcionalista, a estrutura metodológica adotada pelo PDGB assumiu a roteirização proposta pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) para a elaboração de planos de desenvolvimento integrados. Condizente com isso previa eixos de

⁶ Carmen Cal é Mestre em Urbanismo, professora aposentada do Curso de Arquitetura. Foi coordenadora do Curso de Especialização em Urbanismo de 1992. Entrevista concedida por e-mail a bolsista Lilyan Galvão em 2 de julho de 2011.

estruturação viária e transportes urbanos. Ademais, no campo da habitação restringia-se a um tratamento sumário.

Percebe-se na fala dos professores que ministram disciplinas ligadas ao Urbanismo atualmente que, durante sua formação em Arquitetura, ocorrida entre os anos 70 e 80 do século XX, o conhecimento do tema era feito por meio de disciplinas estanques, características do modelo de formação do Sistema de Créditos, num contexto governamental autoritário no Brasil. Por outro lado, neste momento afloram as reivindicações populares, que a princípio são tratadas como questões de políticas nacionais, que desconsideram as especificidades locais. Como reflete Rosa Cunha⁷, ex-aluna e atual Professora da hoje Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, sobre o contexto de sua formação:

a minha época de aluna foi marcada muito pela situação político-social do país, nós estávamos vivendo uma ditadura, só houve abertura já na década de 80, então eu me formei dentro de uma perspectiva de que o urbano era alguma coisa centralizada no nível federal, então você tinha programas, vários programas, eu me lembro bem da minha época que você tinha um convênio com o antigo, com a... com Sistema Financeiro de Habitação e você tinha que trabalhar em projetos cada vez mais baratos e a gente sabia que pela experiência que tava sendo avaliada, recém implantada da Cidade Nova o fato do cidadão ter acesso à moradia mas perder em seguida por questões de revenda da habitação e isso acabava empurrando com a barriga a solução do problema. Eu me lembro que a nossa turma foi uma das que rebelou contra isso porque eu achava muito pouco pro arquiteto ter que dedicar todo seu estudo, pra produzir moradia barata no sentido é expresso mesmo, de custo baixo e não qualidade, localização, avaliação do uso e etc., etc., então nós fomos fazer na verdade, a minha turma, um estudo do entrono urbano, o entorno do centro urbano, a área do Reduto que era uma área que sofria um processo de degradação, na época, mas então o urbano era muito concentrado em programas federais, não tinha uma discussão local, não tinha uma adaptabilidade das ações, não tinha uma investigação sobre o que era necessário pra aquela cidade, com aquela especificidade. Então nós tínhamos as febres dos centros sociais urbanos que minavam, então era uma discussão muito restrita um pensamento de uma escala maior, arquitetônica simplesmente, mas sem nenhuma ligação com a cidade, a cidade entendida como a gente pode depreender, com a sua complexidade social, com a sua formação, com as suas necessidades mais específicas, não havia esse tipo de discussão.⁸

⁷ Entrevista realizada em 17 de março de 2011 pela bolsista Lilyan Galvão.

⁸ Entrevista concedida pela Professora Rosa Maria Chaves da Cunha a Lilyan Galvão em 17 de março de 2011.

Foi exatamente a vivência dessas experiências que determinaram a escolha de Ana Claudia Cardoso⁹ pelo Urbanismo:

A minha vivência em um conjunto recém-construído na época, onde eu morava, a identificação de uma série de problemas decorrentes disso na minha vida cotidiana. Como o projetista foi meu professor, pude compreender como ele teria trabalhado. Ao entrar em contato com a literatura disponível, naquela década havia uma efervescência em Brasília com os Seminários de Desenho Urbano, tinha certeza de que outros caminhos eram possíveis, e que só a leitura sobre outras experiências poderia mitigar minha inquietação. Também pude ver como a Eletronorte construiu a vila do Km13, para seus funcionários em Tucuruí, e o quanto esta era diferente da cidade de Tucuruí, onde meus pais foram criados. Eu também tive contato com pessoas que viajavam para as cidades que floresciam na época, ou que estavam nascendo (ex: Santarém, Tucumã), assim como ouvia as histórias de como eram as cidades do Baixo Tocantins antes da construção da Hidrelétrica e obstrução do Rio Tocantins. Minha motivação vinha da observação, e da recusa de reproduzir aquilo que eu sabia que não funcionava, ou ajudava a vida das pessoas.¹⁰

Quanto ao Curso de Arquitetura, fica claro que este assume o papel de fornecedor de profissionais qualificados aos quadros governamentais de alto nível no Estado e na Prefeitura, de modo que a atuação de professores e egressos do Curso tem impacto sobre o urbanismo paraense. Contudo, apesar do incremento de qualificação, estes profissionais facilmente tornam-se “engrenagens no sistema”, muito embora essa experiência seja essencial a compreensão da dinâmica dos espaços construídos, como reflete José Júlio Lima¹¹

⁹ Ana Cláudia Cardoso graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (1990), tem Mestrado em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília (1994) e Doutorado em Arquitetura pela Oxford Brooks University, UK (2002). Atuou como professora na FAU/UFPA entre 1995 e 2006 e no Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil (PPGEC/UFPA) entre 2003 e 2009. Participou de pesquisas e atividades de extensão envolvendo diversos municípios do Pará entre 2003 e 2006. Esteve cedida ao Governo do Estado do Pará, onde assessorou a governadora de 2007 a 2009. Exerce atividade docente na Faculdade de Arquitetura e no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA.

¹⁰ Entrevista concedida por e-mail pela Professora Ana Cláudia Duarte Cardoso a Cybelle Miranda em 19 de junho de 2011.

¹¹ José Julio Ferreira Lima possui graduação em Arquitetura pela Universidade Federal do Pará (1986), Mestrado em Arquitetura - Fukui University (1991), Mestrado em Desenho Urbano - Oxford Brookes University (1994) e doutorado em Arquitetura - Oxford Brookes University (2000). Foi cedido para o Governo do Estado do Pará entre 2007 e 2010, quando exerceu função de Secretário de Estado de Planejamento, orçamento e finanças. Atualmente é professor associado II da Universidade Federal do Pará e pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o Laboratório Cidades na Amazônia (LABCAM), na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e o Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA.



60. ENEA 88

Fonte: JORNAL DO TECNOLÓGICO, Nov. 1988. p. 15

Na verdade as pessoas que passaram pela CODEM, em seus diversos momentos, elas eram pessoas daqui da arquitetura, então, é... era muito o perfil de cada um, a maneira de cada um se relacionar com o poder estadual e o governo federal no momento e como a escola dava apoio pra isso. Eu acho que a minha passagem pela Prefeitura foi muito útil pra minha atuação como professor, não seria a mesma coisa de jeito nenhum. [...] aqui em Belém se me disserem que tem alguém que trabalha com o urbano só na academia, esquece.

Quanto ao ensino, percebe-se um conflito entre o projeto do edifício e o urbano, que envolvem conceitos e meios de expressão diferentes, o que nem sempre é ponto pacífico entre os professores, como enfatiza José Julio Lima, ao citar que existem mecanismos diversos para produzir um Plano de embelezamento local, utilizando métodos e técnicas da percepção urbana voltadas ao Desenho Urbano, que são adotadas em escalas intermediárias entre o edifício e a cidade.

Algumas transformações começam a direcionar novas abordagens a partir dos anos 80, segundo Ana Cláudia Cardoso:

Na década de 1980 estávamos em uma grande crise no país e no mundo. Apesar de alguns professores terem vivido experiências interessantes durante a campanha do Serfhau na Amazônia, ninguém conseguia articular essa prática ao ensino, melhor dizendo, o ensino não garantia que saíssemos preparados para atuar, era muito superficial. A experiência de criação das Company Towns, nos projetos da Eletronorte, CVRD, ALbrás, etc. foram mais marcantes do que as experiências de estruturação física e de gestão municipal ocorrida na época do Serfhau e projeto Rondon, que diga-se de passagem ajudou a estruturar a pós-graduação dos centros do sudeste nessas áreas (USP, UFRJ, etc). Aqui foi criado o NAEA, mas como o problema urbano era menos apelativo do que a questão rural, não se avançou muito.¹²

¹² Ana Claudia Cardoso em entrevista concedida por e-mail a Cybelle Salvador Miranda, em 19 de junho de 2011.

Diante deste contexto, é importante ressaltar que o Curso de Arquitetura da UFPA sediou em 1988 o Encontro Nacional dos Estudantes de Arquitetura (ENEA).

“ENEA discute inadequação da arquitetura regional”. Com o tema “Problemas urbanos e meio ambiente”, o XII ENEA ocorreu em Belém, entre 22 e 31 de julho (Figura 60). O encontro discutiu, entre outros temas, o movimento social urbano, a cidade e a ecologia, a defesa do patrimônio histórico e do meio ambiente e a questão da moradia popular, dando ênfase a questão urbana e ecológica da região amazônica. O Hall do Atelier foi transformado em salão de exposições de Artes plásticas. As palestras ocorreram no Auditório profissional, na seguinte ordem: 1º dia: Arquiteto Jorge Derenji do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) falou sobre “Patrimônio Histórico” e o arquiteto Eurico Alves da CODEM¹³, sobre “Cobertura Vegetal”. Spencer de Moraes Nogueira da Universidade de São Paulo e Severiano Mário Porto da Universidade do Amazonas falaram sobre “Conforto Ambiental na Arquitetura bioclimática”; Vicente del Rio (UFRJ) abordou o tema “Origens, definição e teorias do desenho urbano e seu papel no processo de planejamento” e Suzana Olmos (Universidade Federal da Bahia -UFBA) ministrou palestra sobre “Avaliação do impacto ambiental causado pela produção arquitetônica”. No último dia, Ana Clara Torres Ribeiro, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-RJ) tratou de “Ensino e Planejamento Urbano e Regional”. (JORNAL DO TECNOLÓGICO nº 9, nov. 1988. p. 15)

Já nos anos 90, no contexto democrático, a nova Constituição clama pela elaboração dos Planos Diretores, que, embora incorporem questões muito avançadas, não lograram êxito em sua implantação, não apenas pelas lacunas dos profissionais atuantes no poder público, mas principalmente por entraves políticos.

É somente a partir de 1991 que o Curso passa a denominar-se Curso de Arquitetura e Urbanismo, possibilitando assim uma maior ênfase às questões urbanísticas. Destaca-se a partir de então uma maior relevância do tema com vistas ao planejamento urbano regional, com modificações curriculares que possibilitaram ao arquiteto urbanista maior propriedade acerca do tema. Foi incluído um número maior de disciplinas que possuíam ligação com o urbano, mas, sobretudo o papel de novas disciplinas como Teoria de Análise Regional e Urbana I e II, e desdobramento de outras (Planejamento Urbano passou a ser abordado em dois semestres),

¹³ Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém.

permitiram uma maior ênfase ao edifício na escala urbana, bem como possibilidades de considerações mais críticas sobre o espaço urbano.

As modificações trouxeram ao contexto o interesse pelas questões que se discutiam a época: Desenho Urbano. Desde os anos 80, essas metodologias de abordagem do espaço urbano vinham se desenvolvendo intensamente no Brasil, principalmente pela escola de Brasília e alguns professores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul que se dedicaram a sua aplicação. Segundo Del Rio

O Desenho Urbano (...) pode ser entendido como área específica de atuação do Urbanismo. Caberia, entretanto, no contexto do Brasil, uma total reavaliação e recuperação acadêmica do Urbanismo, tratado de forma extremamente limitadora há muito nos poucos cursos de pós graduação que ainda existem. Entende-se que ele deva tratar a cidade de maneira interdisciplinar, preocupada com sua organização ambiental e seus processos sociais. O Urbanismo trataria dos ambientes urbanos, a cidade, como um todo e das políticas e programas a ela aplicáveis, políticas, sociais, econômicas, espaciais e setoriais. (DEL RIO, 1990. p. 52).

Em 1992 fora realizado o Curso de Especialização em Urbanismo, sob a coordenação dos professores Carmen Cal e Cicerino Cabral, que em parceria com o Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília pode trazer a Belém especialistas como Maria Elaine Kohlsdorf e Frederico Holanda, possibilitando uma discussão ampla e inédita do assunto no cenário regional. O Curso teve um caráter de transição entre as linhas de cunho mais pragmático e as que abordavam o espaço de forma mais sensível, atinando às questões do desenho da cidade; segundo Carmen Cal, o curso veio complementar a carga horária de urbanismo da graduação, que enfatizava o planejamento arquitetônico.

Para Cicerino Cabral¹⁴ a Especialização foi fruto de uma inquietude vivida à época que levou a buscar uma maneira de revisar o Curso de Arquitetura e Urbanismo, já que o mesmo vinha de uma corrente muito voltada para o aspecto mais formal da arquitetura. Cicerino Cabral coloca o Desenho Urbano como forma de entender melhor o edifício na pauta da escala urbana, preocupando-se com o território que para ele é um ponto primordial:

¹⁴ Cicerino Cabral do Nascimento, vice-coordenador do Curso de Especialização em Urbanismo, em entrevista realizada em 8 de junho de 2011 a bolsista Lilyan Galvão. Cicerino Cabral (1938 - ...), Mestre em Desenho Urbano pela Universidade de Brasília, foi docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPA entre 1971 e 1994, ministrando disciplinas Planejamento Arquitetônico e Conforto Ambiental.

uma cidade é um espaço e pro arquiteto território é a matéria-prima essencial (...). Então (...) o Desenho Urbano se preocupa com a circulação, com a via, se preocupa com a calçada, se preocupa com o espaço, com o acesso, ele se preocupa com a quadra, enfim com aquele espaço onde os edifícios vão existir.

É necessário também entender os condicionantes climáticos de uma região, visto que:

Nós somos a única cidade, a única, na faixa do Equador nessas dimensões, exceto Nairóbi – (...) então isso tinha que ser colocado. Estamos na linha do Equador onde as condições atmosféricas são absolutamente diferentes, para esse tamanho de cidade que pra qualquer outra, em outro tipo de situação. Então cadê o clima na formação do arquiteto? A gente aprende que o vento é do Nordeste (...), a gente não leva em consideração a luz natural. (...) nossos ventos são os ventos mais fracos de toda a superfície terrestre, estamos numa região de baixa pressão, o que significa aproveitar o vento ao máximo.

Colocou-se assim o Curso de Arquitetura e Urbanismo no patamar das discussões acerca do tema urbano de uma forma que conciliasse não apenas a complementação da carga horária da matéria, mas que, sobretudo, despertasse no profissional a percepção do espaço em uma temática universal e ao mesmo tempo numa análise morfológica mais detalhada. O processo de abordagem da linha de Desenho Urbano colocou os alunos em atividades práticas e, portanto, diretamente ligadas ao espaço que o circunda fazendo análises perceptivas que apresentam a cidade sob outra ótica. A Especialização em Urbanismo constituiu-se na abertura para a formação de profissionais mais sensíveis às questões urbanas, tratadas por métodos científicos específicos.

O reflexo desse contexto é significativo como se verificou através da análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) que se encontram no acervo da Biblioteca da Faculdade. Embora o número exato de trabalhos elaborados durante a existência do Curso não esteja catalogado – haja vista que até 1982 não se exigia o TCC como requisito para formação, existindo um relativo número de trabalhos que não foram entregues e outros que foram extraviados – a amostra é significativa para a produção de resultados relevantes.

O trabalho mais antigo encontrado no acervo, dentro da temática urbana, data de 1982 e o recorte analítico seguiu até o período de 2009, correspondendo a quase três décadas de produção. Em termos de números podemos considerar que os trabalhos analisados, embora marcados pelas mudanças nas exigências de apresentação do TCC, são passíveis de dedução das linhas teóricas abordadas no Curso.

61. Tabela Análise dos TCCs do Curso de Arquitetura da UFPA temática Urbanismo (1982-2009)

Linhas de Abordagem	1982/ 1992	1992/ 2002	2002/ 2009
Projeto Urbano	4	11	4
Outros	3	9	5
Desenho Urbano	1	11	4
Turismo	3	6	4
Planejamento Urbano	1	3	3
Relatórios/ diagnósticos	4	0	0
Bases econômicas	3	0	0
Total de Trabalhos	20	45	20

Para efeito de análise convencionou-se pela divisão em períodos: estabeleceu-se como primeiro período o recorte entre os anos de 1982 até 1992. O segundo, compreendido no intervalo de 1992 até 2002 e por fim o período compreendido nos anos de 2002 a 2009.

Eis os dados interpretados (Figura 61): o tema Projeto Urbano corresponde ao maior número de trabalhos (dezenove) e estes se caracterizam por abordarem projetos na escala da cidade (praças, portos, avenidas, etc.), mas nem sempre trazem em seus conteúdos abordagens do contexto histórico do local e/ou linhas teóricas de fundamentação. Portanto, embora sejam eles predominantes, não são passíveis de observação da abordagem teórica que os fundamenta. Nos períodos iniciais do curso verifica-se a influência das teorias de bases econômicas e ainda a presença dos relatórios e diagnósticos como forma de interpretação dos fatos sociais. Tal influência justifica-se através da presença dos professores de formação econômico-marxista que lecionavam no curso e ainda pelo contexto nacional desenvolvimentista, que requeria levantamento de informações para a fundamentação dos Planos Diretores. O número de trabalhos da primeira faixa é significativo, haja vista que o Curso ainda estava em processo de adaptação da grade curricular ao urbanismo.

O segundo período – compreendido entre 1992 a 2002 – possui o maior número de trabalhos. Pode-se verificar nisto o reflexo das modificações implantadas na grade do curso

(para os trabalhos datados de 1996 em diante), bem como o recorrente interesse pelas questões urbanas em virtudes de novas abordagens incorporadas pelo Curso e fruto do intercâmbio com os professores da Universidade de Brasília. O número de trabalhos a respeito do tema dobrou no referido período e sobressai-se nos números a temática sobre Desenho Urbano, justamente a linha de abordagem utilizada no Curso de Especialização realizado em 1992 (Figuras 62-63). A mesma temática, em relação ao período subsequente, cai consideravelmente.

De uma maneira geral, nas linhas de abordagem dos trabalhos há interesse pela potencialização de áreas turísticas (em geral ilhas ou portos), de certa forma evidenciando a mudança de contexto que Ana Claudia Cardoso aponta como uma das principais mudanças ocorridas na abordagem urbanística na cidade de Belém (a partir de 2000) como “a adoção do paradigma da cidade espetáculo para parte de Belém. Felizmente isso ocorreu de modo a resgatar parte do seu acervo histórico, que aliás merece muito mais investimento e reconhecimento, mas como foi realizado de forma pontual, não resolve outros problemas da cidade”¹⁵.

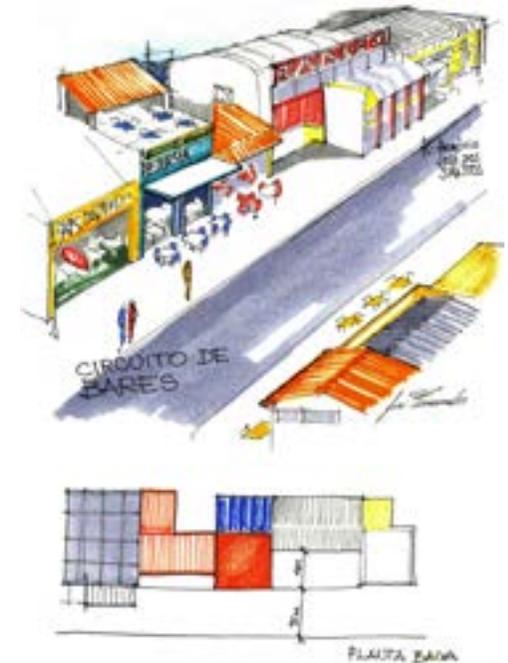
Há nas abordagens turísticas alguns trabalhos que consideram a necessidade de se reestruturar áreas centrais, consideradas histórias, e inseri-las em novos usos, o que corrobora com a observação feita acima.

Examinar a constituição do pensamento regional urbanístico através da análise de Trabalhos de Conclusão de Curso, documentos e entrevistas com professores e profissionais relacionados a essa história permitiu verificar sua coerência com o contexto nacional. Através da leitura de autores que abordam o pensamento urbanístico, pode-se verificar sua apropriação na construção do conhecimento científico desenvolvido no Curso de Arquitetura da UFPA.

Há também que evidenciar a troca de conhecimento ocorrida entre o Curso e a sociedade, seja através de trabalhos de extensão realizados, bem como por meio da atuação dos professores junto a órgãos governamentais de planejamento, possibilitando um intercâmbio interessante entre prática e ensino. Atualmente, nota-se o interesse docente em desenvolver uma linha de exercício prático que possibilite ao aluno o contato com a realidade urbana, bem como a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

O Curso de Especialização em Urbanismo em 1992 também investigou a realidade urbana a luz da teoria, demonstrada pelas pesquisas de campo detalhadas, que foram tomadas como Monografias finais. Portanto, uma das contribuições significativas do Curso de Especialização em Urbanismo em 1992 foi o exercício prático de análise do espaço urbano, assim como o

¹⁵ Ana Claudia Cardoso em entrevista concedida por e-mail a Cybelle Salvador Miranda em 19 de junho de 2011.

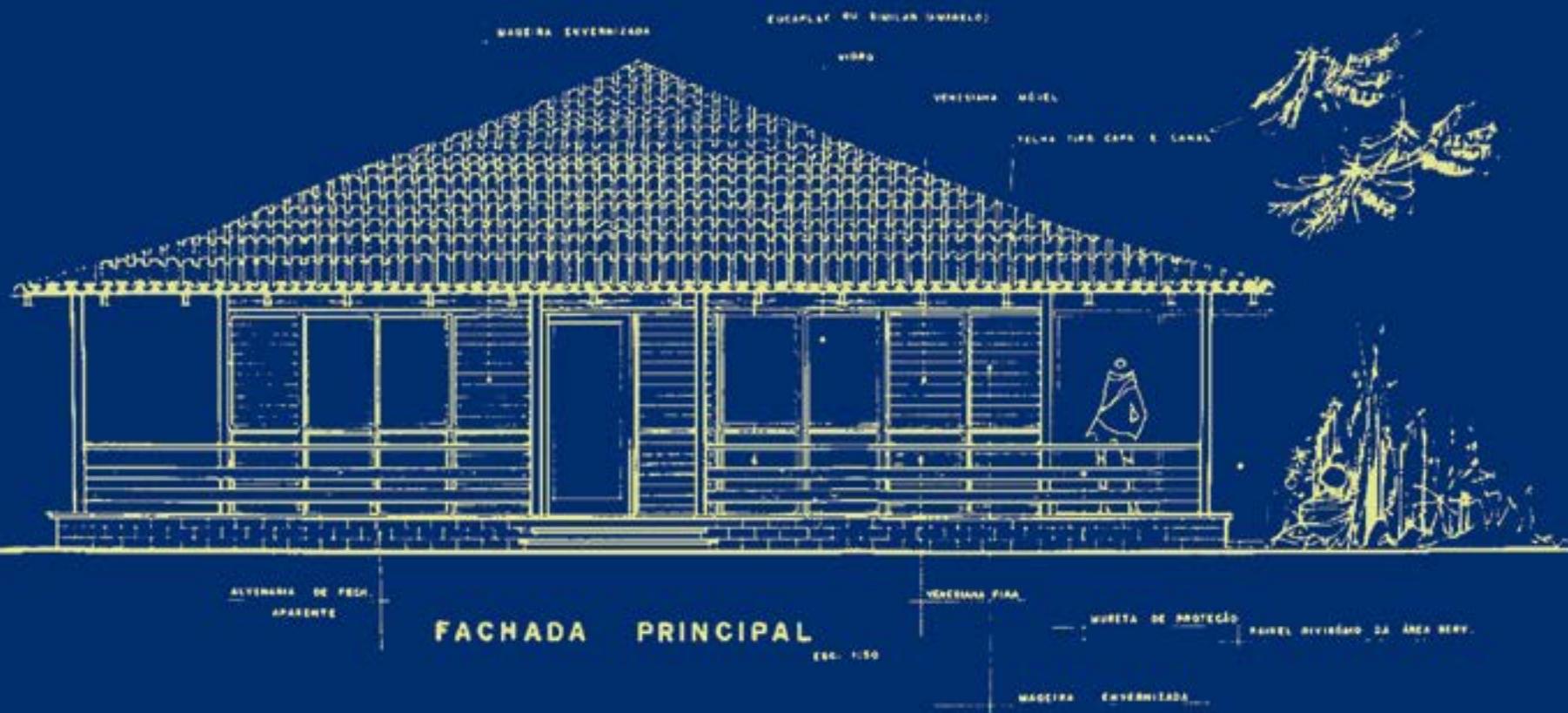


62. Mapa de intervenções na Rua dos Timbiras TCC
 Fonte: MIRANDA, 1997
 Ilustração: José Fernandes F. Neto

63. Soluções de Desenho urbano para a Rua dos Timbiras TCC
 Fonte: MIRANDA, 1997
 Ilustração: José Fernandes F. Neto

intercâmbio entre professores e o próprio ambiente acadêmico, resultando na atualização do ensino ao contexto nacional. Pode-se observar que a Escola de Desenho Urbano de Brasília exerceu uma forte influência nas questões de concepção urbanística dentro do Curso de Arquitetura e Urbanismo nos anos 90, deixando, portanto, traços das linhas teóricas de abordagem alemã que fundamentaram os estudos brasilienses. É importante considerar que as abordagens de Desenho Urbano ainda se fazem presentes nos trabalhos desenvolvidos na Faculdade, todavia sem o formalismo da escola de Brasília, mas que, sobretudo ainda trazem estudos de percepção urbana pela abordagem de Kevin Lynch.

A partir dos anos 90 do século XX, o Urbanismo ganha ênfase considerável na formação do profissional arquiteto e urbanista, seja em disciplinas do Curso, bem como no volume e principalmente no aprofundamento de temas urbanos tratados nos TCCs. Os temas de interesse nos anos 2002 a 2009 oscilam entre estudos de legislação e intervenções de planejamento e desenho urbano, além de concepção de equipamentos e estruturas urbanas, como praças e orlas.



7. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

7.1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL E NA UFPA

A origem das ações extensionistas remonta ao final do século XIX, nas universidades populares europeias. Criadas por grupos autônomos ao Estado, como movimento de estudantes e intelectuais inconformados com o isolamento da instituição universitária, tais atividades tinham como objetivo a difusão do conhecimento técnico. Outra experiência relevante surgiu em seguida nos Estados Unidos, que se diferenciava do modelo europeu por se direcionar à prestação de serviços e estar ligada à iniciativa oficial. Segundo Tavares “[...] a extensão universitária se consolida através de cursos voltados para os ausentes da instituição que, sem formação acadêmica regular, desejam obter maior grau de instrução.” (TAVARES *apud* MELO NETO 2001, p.55).

No início do século XX, a extensão universitária é praticada na América Latina, sob a tutela dos movimentos sociais. Na Argentina, o Movimento de Córdoba, considerado marco da extensão voltada para questões sociais como a luta para conscientização política das classes populares, fortalecia a função social da Universidade. Segundo Mendes (2010), no Brasil do início do século passado as universidades populares – Universidade Popular da Paraíba e Universidade Popular de São Paulo – tentaram tornar acessível a todos o conhecimento científico e literário, através de cursos de extensão. Após este primeiro momento, essas práticas universitárias passam a ser guiadas pelas lutas sociais atreladas ao movimento estudantil, intensificando-se com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937.

A autoridade do saber universitário, assim como o caráter paternalista da extensão na relação entre a Universidade e a comunidade se estende aos anos 60. Um marco neste momento foi a realização do Seminário Nacional de Reforma Universitária, que resultou na ‘Declaração

da Bahia¹, documento que definiu diretrizes para o compromisso da Universidade com a classe trabalhadora e o povo. De acordo com Melo Neto (2001) a aproximação da instituição se daria através da atividade de extensão, a partir da prestação de serviços e cursos coordenados pelos estudantes nas Faculdades. Estas atividades, por sua vez, possibilitariam uma dupla troca entre o conhecimento da realidade nacional para os estudantes e a conscientização das massas populares pelos seus direitos.

A Reforma Universitária proposta pela UNE ganhou tanta força que o Presidente da República João Goulart se comprometeu em realizá-la juntamente com demais reivindicações clamadas por grupos sociais como Reforma Agrária e Reforma Educacional (MENDES; CARVALHO, 2009). Não é difícil prever o desenrolar desta história, culminando com o Golpe Militar de 1964. Nos anos que se seguiram, o movimento estudantil foi se desmantelando, e em novembro de 1968 foi decretada a Reforma Universitária, sendo a extensão formalizada institucionalmente, porém sob os moldes dos militares e deixando para trás a Declaração da Bahia e o desejo de uma Universidade democrática.

A ditadura militar manteve o caráter assistencialista e de prestação de serviço das atividades extensionistas, ao criar programas que visavam conter as reivindicações dos estudantes assim como manter o controle político e ideológico. Dentre os Programas destaca-se o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) que teve papel relevante na estrutura da Universidade, o Projeto Rondon e a Operação Mauá (MELO NETO, 2001).

O enfraquecimento da ditadura militar e o processo de redemocratização do país, nos anos 80, foram marcados pela volta às ruas dos movimentos sociais. Após o fim da ditadura, inicia-se uma “nova república” marcada pela elaboração da nova Carta Constitucional que assegurou a educação como direito de todos e dever do Estado, além do estabelecimento da indissociabilidade entre a pesquisa, o ensino e a extensão, que tornou a atividade extensionista eixo integrante do fazer universitário.

Nos anos 90, houve o Encontro de Pró-Reitores de Extensão no Norte do país, com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) para coordenar as políticas de extensão das Instituições de Ensino Superior (IES). Sob a orientação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que no tocante à educação superior e extensão, ressaltou em seus artigos a importância do estímulo

¹ Também denominada de Carta da Bahia por alguns autores.

à prestação de serviço à comunidade que necessitasse de tal, mediante o estabelecimento da relação de reciprocidade entre universidade-comunidade, as ações extensionistas foram valorizadas. A LDB promoveu também a abertura da participação popular nas universidades a fim de difundir a criação cultural, a pesquisa científica e tecnológica e garantiu a autonomia didático-científica destas, dentre outros avanços democráticos pleiteados ao longo dos anos 80 pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) e pelo movimento estudantil (MENDES; CARVALHO, 2009).

Apesar destes avanços, juntamente com o retorno à democracia se teve a adoção da ideologia neoliberal, que atribuiu ao Estado o papel mínimo diante as políticas públicas, conseqüentemente influenciando o campo educacional do Brasil, sobretudo nos anos 90. Mendes e Carvalho (2009) consideram que o período de 1992 a 2002 foi marcante para as instituições de ensino superior na relação entre economia e sociedade, destacando o processo de privatização e terceirização das atividades universitárias, assim como o papel de prestação de serviço às empresas privadas (CHAUÍ *apud* MENDES; CARVALHO, 2009). Os autores expõem também que esta lógica mercadológica se estendeu à extensão universitária,

onde é visível a confusão entre público e privado, mediante sua terceirização e falta de participação da comunidade acadêmica na elaboração e discussão das atividades extensionistas e, por conseguinte, no afastamento de outros dois pilares que dão sustentação às universidades: ensino e pesquisa (MENDES; CARVALHO, 2009. p. 91).

Todavia, o estudo comparativo de 2007 – elaborado pela Comissão Permanente de Avaliação da Extensão (CPAE) do FORPROEX – entre dados de documentos dos anos de 1993 e 2004 que avaliam o percurso da institucionalização da atividade de extensão nas universidades públicas do Brasil, apontam outro quadro. Os dados demonstraram que na concepção da extensão universitária, o entendimento da relação de articulação entre universidade-sociedade, assim como a missão social da Universidade permaneceu com o mesmo percentual (98% aproximadamente) entre os anos avaliados, porém no tocante à relação acadêmica da extensão com a pesquisa e o ensino, o percentual demonstrou a incorporação da indissociabilidade entre os três elementos (6% para 90% aproximadamente). Quanto à prestação de serviço, houve uma diminuição considerável do nível de prioridade entre os anos de 1993 e 2004, fato que “[...] pode ser explicado pela ampliação do papel acadêmico da extensão, resultado das políticas das pró-reitorias de extensão e das diretrizes do FORPROEX.” (FÓRUM, 2006.p. 19).

Desta forma, se tem uma visão geral do desenvolvimento da atividade de extensão nas universidades brasileiras, baseada na alternância entre os três atores sujeitos da prática – Movimento Estudantil Organizado, Estado e Universidades – nos períodos históricos anteriormente descritos. Melo Neto (2001) afirma que são vários os conceitos e as propostas de extensão universitária abordada por diversos autores, todavia o Ministério da Educação adota o conceito de extensão definido no I Fórum de Pró Reitores de Extensão de 1987:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (BRASIL.s.d. p.11).

No âmbito da Universidade Federal do Pará, a extensão teve início nos anos 60, sem uma estrutura formal e não sendo considerada atividade acadêmica, desenvolvida pela Coordenadoria de Assuntos Culturais e Estudantis (COACE). Segundo Damasceno, Santos e Oliveira (2008), o assistencialismo das atividades de extensão nas universidades brasileiras também se reproduziu na UFPA neste período.

Nos anos 70, a Extensão Universitária passa a compor a UFPA dentro da estrutura da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), juntamente com as Pró-Reitorias de Administração, Planejamento, Pesquisa e Ensino (GONÇALVES, 2004). Criada para exercer a função social da universidade através de sua integração com comunidade, tinha em sua estrutura dois órgãos, o Centro Universitário de Treinamento Urbano (CEUTUR) e o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), coordenado pelo professor Camilo Martins Viana. No CEUTUR as atividades extensionistas eram realizadas na área urbana, sobretudo com entidades situadas nos bairros do Marco, Guamá, Terra Firme, Barreiro, Condor, Coqueiro, Ananindeua, Icoaraci e Outeiro, enquanto o CRUTAC voltava-se a área rural, onde os projetos

eram realizados junto as Prefeituras Municipais, escolas e empresas públicas e privadas, em municípios do interior do Estado, com maior atuação em Castanhal, Bragança, Curuçá, Vigia, Ponta de Pedras, Abaetetuba e Viseu.

O CRUTAC, o Centro Nacional de Formação de Mão de Obra Rural² (CENAFOR), assim como o Projeto Rondon foram os primeiros passos do processo de interiorização da UFPA, que hoje culmina na Universidade Multicampi. Tanto no CEUTUR como no CRUTAC a extensão era feita através de projetos que envolviam uma equipe composta por docentes e discentes de vários cursos da Universidade, como Serviço Social, Medicina, Farmácia, Biologia, Engenharia Elétrica, Educação, Matemática, Letras, Direito, Economia e Arquitetura (A EXTENSÃO..., 1985). Essas ações perduraram até meados dos anos 80, visto que a partir de 1987, a abertura política e as discussões resultantes do Fórum de Pró Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, fizeram com que as atividades extensionistas tomassem novos caminhos e passaram a ser direcionadas pela Universidade.

Gonçalves (2004) destaca que, de acordo com o Plano de Desenvolvimento da UFPA/2001-2010, a extensão está atrelada a missão institucional da UFPA, a qual afirma que

a Universidade não pode se ver como um ente fora da sociedade que a circunda, mas, sim, como parte dela. Nessa relação, a sociedade deve passar a ver a Universidade como instância fundamental e importante do corpo social. Mais do que dialogar, debater temáticas ou servir de fórum, a Universidade tem de ouvir a sociedade para responder, concretamente, aos seus anseios, com os instrumentos de que dispõe. (UFPA *apud* GONÇALVES, 2003. p. 67).

A autora considera que o modelo gerencial da extensão está estruturado de acordo com a Universidade Multicampi, composta por programas como o Multicampi Educação, o Multicampi Artes, o Multicampi Saúde, tendo por princípios básicos da atual gestão as diretrizes definidas no Plano Nacional de Extensão, composta por ações de impacto e transformação que propiciem o estabelecimento de uma relação universidade-sociedade visando uma atuação que atenda a necessidade da maioria da população e contribua para o desenvolvimento regional e com as políticas públicas. Tais ações devem pautar-se pela interação dialógica, interdisciplinaridade, interinstitucionalidade e indissociabilidade entre ensino - pesquisa - extensão.

² O programa CENAFOR-MEC, que ofertava cursos de licenciaturas curtas e plenas no interior da Amazônia através das Universidades da Região Norte do país, pela UFPA, ofereceu os cursos de Pedagogia, Letras, História, Geografia e Ciências, em Santarém, Marabá e Castanhal (OLIVEIRA, 2006).

7.2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O CURSO DE ARQUITETURA

7.2.1 Os primeiros ensaios

Os primeiros registros do Curso de Arquitetura na extensão são datados dos anos 70 do século XX, quando os projetos eram desenvolvidos tanto para o interior como para a capital do Estado. A partir da catalogação das atividades desenvolvidas, assim como de depoimentos de alguns professores, técnicos e ex-alunos, se percebe a atuação significativa do Curso nas ações de extensão, desde os primeiros anos até hoje.

O contato inicial do Curso com a extensão universitária surgiu através do graduando José Akel Fares Filho³, que no final de 1973 foi convidado por Mario Lucio França Silva, estudante de nutrição da Universidade Federal do Pará, integrante do CRUTAC em Bragança, para que pudesse auxiliar na montagem do palco do Festival da Canção Bragantina, trabalho o qual, segundo Akel, se estendeu para o projeto de organização física da Feira do Artesanato, juntamente com aulas de desenho ministradas na paróquia para os meninos da comunidade local. A partir desta primeira experiência, José Akel foi chamado para outros interiores onde o CRUTAC mantinha suas ações, seguindo para Curuçá onde teve seu primeiro projeto executado no ‘Bosque Centenário’:

[...] eu fiz uma estrutura que tinha mais ou menos seis, sete metros de altura uma coisa gigantesca, muito grande mesmo e de comprimento tinha uns quinze metros, e isso foi coberto por uma grande palhoça em “V” e nós construímos isso para o Festival de Carimbó e a Feira de Artesanato. Esse negócio deu uma repercussão danada na época, sabe quem foi desse jurado? Foi o João de Jesus Paes Loureiro, foi Alcyr Meira e quando o Alcyr Meira viu a estrutura ele veio falar comigo pra saber como foi que foi construído, qual foi o material que eu usei, quanto tempo, quantas folhas [...]⁴

O município de Vigia foi o terceiro e último lugar onde o aluno atuou, projetando o espaço onde seria o Festival do Carimbó. Em aproximadamente dois anos e meio participando das atividades pelo CRUTAC, José Akel relata a importância da experiência, pois o colocou em contato com a realidade prática do ofício, possibilitando a percepção real da arquitetura, além do estímulo ao trabalho em equipe, aprendizados que segundo ele carrega até hoje.

³ Professor e Coordenador do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade da Amazônia (UNAMA).

⁴ Entrevista concedida por José Akel Fares Filho em 30 de novembro de 2010 à Dinah Tutyia.



64. Círio de Nossa Senhora do Rosário, em Curuçá, em segundo plano um dos bosques da cidade
Fonte: Acervo Teresinha Lisieux, 1976

Com a saída de José Akel Fares Filho, a coordenação do CRUTAC, sensibilizada com a participação de alunos do Curso de Arquitetura nos projetos, convidou os alunos Flávio Sidrim Nassar e Edson Arruda para integrar a equipe.

Flávio Nassar⁵ relata que participou das atividades do CRUTAC no município de Curuçá, em 1975, sob a coordenação da professora Teresinha Lisieux Miranda da Silva, Assistente Social. Flávio lembra que as atividades de extensão ocorriam nos finais de semana, e os discentes viajavam para Curuçá e ficavam hospedados em uma casa mantida, por convênio, pela Prefeitura local.

Flávio destaca que nesta fase inicial, sem a coordenação de um professor do Curso de Arquitetura, as abordagens dos projetos eram mais gerais: sua participação se deu em três atividades, sendo a primeira a elaboração do Cadastro Municipal de Imóveis Urbanos, baseado em uma cartilha do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), a segunda no projeto do

Bosque Centenário, onde havia a atividade de reflorestamento e construção de brinquedos com materiais regionais para crianças, e a terceira, a criação de um filme em super-8⁶ sobre o Círio de Nossa Senhora do Rosário (Figura 64). Ele destaca esta última atividade, pois “a exibição do filme foi feita no Bosque Centenário, armamos uma tela para reprodução do filme, e era muito interessante observar a reação dos moradores da cidade ao se verem”⁷.

Flávio Nassar afirma que sua participação nas atividades de extensão como graduando foi muito importante uma vez que permitiu a ele

a dimensão de pensar a Arquitetura fora da Universidade, me permitiu mergulhar na realidade da cidade amazônica, de como era a cidade, através do contato com a administração do município, vereadores, moradores,... vivenciar a realidade de uma cidade do interior do Pará, tradicionalmente paraense, nos aspectos culturais e político⁸.

⁵ Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Pró-reitor de Relações Internacionais (PROINTER) da UFPA.

⁶ Filme cinematográfico com 8 mm de largura.

⁷ Entrevista concedida por Flávio Sidrim Nassar em 11 de novembro de 2010 à Dinah Tutya, via e-mail.

⁸ Idem.

A professora Terezinha Lisieux Miranda - coordenadora da extensão em Curuçá neste período – coloca que todos os alunos estavam inseridos em todas as atividades, não havendo separação, porém quanto a atuação “efetiva” ligada a área de Arquitetura, o envolvimento dos alunos se dava na orientação projetiva para a comunidade local, sobretudo em situações que requeriam soluções de conforto ambiental. Ao analisar a importância desta época, a professora frisa:

não tinha assim uma separação, “esse aqui trabalha com...” não, todos trabalhavam em conjunto e era muito interessante porque você vê que essas pessoas [...] extensionistas são diferentes... você pode acreditar, eles são diferentes. Hoje nós temos [...] uma série de pessoas ocupando determinados cargos, e você vê, que [...] as relações com essas pessoas são diferentes. [...] era fundamental na nossa época trabalhar essa unidade, mesmo na diversidade, mas trabalhar essa unidade das relações, valores como respeito, solidariedade, amizade, compreensão, saber ouvir, e isso era muito bom, a gente participava da vida daquela comunidade. A gente não chegava dizendo que “nós temos que fazer isso para vocês”, a gente não estava ali por eles, a gente estava ali para acompanhá-los e fazer com eles, e evidente que nessa troca a gente ia colocando novos pensamentos, novos valores, essa troca de saber era um trabalho muito interessante, então esse é o CRUTAC.⁹

O relato da ex-coordenadora e dos ex-alunos demonstra a aproximação da Universidade com essas regiões interioranas do Estado do Pará, podendo ser entendidas como ações embrionárias do processo de interiorização da Universidade Federal do Pará.

Nos anos 70, durante o regime militar, a presença de militares em meio a estas atividades, sobretudo no interior, era constante, embora na época para algumas pessoas que participaram da extensão essa leitura não fosse clara, como relatou José Akel Fares Filho¹⁰. Segundo a professora Terezinha Lisieux, a âncora do trabalho nos interiores era a preservação ambiental, e a partir disto também se trabalhava em outras frentes como a valorização cultural e a educação informal. Todavia, existia o máximo cuidado para não fomentar ou introduzir a confrontação política nestas comunidades.

Passado este período inicial, o estreitamento das relações do curso de Arquitetura com a extensão universitária seguiu para um segundo momento (1975), quando os alunos Akel e Flávio solicitaram ao professor Ronaldo Marques de Carvalho, que na época lecionava a

⁹ Entrevista concedida por Terezinha Lisieux de Miranda em 2 de dezembro de 2010 à Dinah Tutya.

¹⁰ Entrevista concedida por José Akel Fares Filho em 30 de novembro de 2010 à Dinah Tutya.

disciplina “Arquitetura Brasileira”, que os coordenasse nas atividades do CRUTAC. A partir deste contato, o professor passou a participar da extensão coordenando os projetos e os alunos de Arquitetura, atividade que desenvolve até o presente.

Por ter vivenciado o auge da extensão universitária em Arquitetura, Ronaldo Carvalho relata boa parte desta história, a partir da qual se pode ter noção da ambiência em que se desenvolviam as atividades: “[...] fazer extensão era ir as comunidades ministrar cursos, resolver problemas de arquitetura, de urbanismo [...]”¹¹.

O professor explica que logo no início ele estava mais envolvido com os projetos realizados pelo CRUTAC, ou seja, nos municípios do interior do Estado, onde a extensão rural era exercida através de subprojetos que visavam prestar assistência administrativa, jurídica e social à população interiorana, estas ações sendo características das atividades prestadas pelos professores da área de Serviço Social, ressaltando seu viés assistencialista. Segundo Ronaldo Carvalho:

[...] a professora Sonia Viana coordenava Vigia, a professora Terezinha de Lisieux coordenava Curuçá, a professora Ana Rosa Tadeu coordenava Ponta de Pedras [...] e todas elas eram coordenadas pelo professor Camilo Martins Viana [...]. Comecei então a coordenar vários projetos, cada projeto desse eu inseria vários alunos para trabalhar, cada projeto eu inseria cinco, seis, sete alunos, os alunos se revezavam, eles vinham no final de semana, ninguém fazia extensão dia de semana [...]¹²

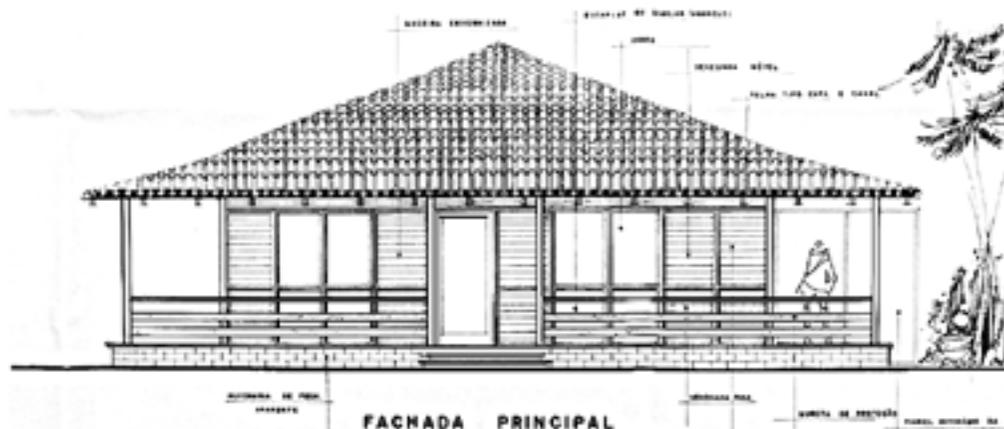
O professor complementa ressaltando que os projetos eram iniciados no local, e após se desenvolviam nas salas de aula do Curso de Arquitetura, com a participação docente e discente. Ronaldo também afirma que nos municípios a infraestrutura oferecida aos coordenadores era boa, e que os mesmos ocupavam uma casa

[...] que era paga pela Prefeitura dessa cidade [...] a Prefeitura também se responsabilizava pela alimentação dos professores e dos alunos, então quando eu ia passar um sábado, um domingo lá se tinha café, almoço, janta, tinha cama para dormir ou uma rede o que fosse, e havia um clima muito bom, um clima de respeito entre as pessoas [...]¹³

¹¹ Entrevista concedida por Ronaldo Marques de Carvalho em 8 de outubro de 2010 à Dinah Tutuya.

¹² Idem.

¹³ Entrevista concedida por Ronaldo Marques de Carvalho em 8 de outubro de 2010 à Dinah Tutuya.



65. Projeto Arquitetônico para a residência do CRUTAC em Vigia, fachada principal
Fonte: Acervo Ronaldo Carvalho, s/d.

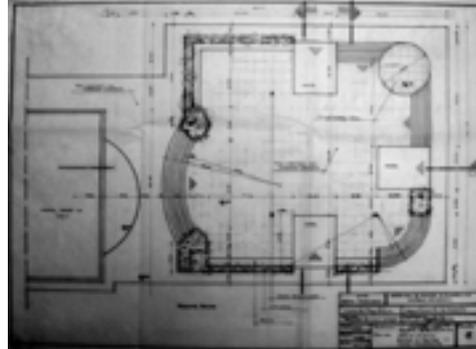
Quanto aos projetos de extensão catalogados no curso, é considerável a abrangência dos assuntos aos quais se destinavam na década de 80, tais como projetos de residências, creches, centro esportivo, escolas, biblioteca, museu, *campus* universitário, restauro e paisagismo. Alguns foram executados e outros não chegaram a ser concretizados, mas contribuíram para o exercício prático do projeto à equipe de alunos, dentre os quais se destacam aqueles realizados para os municípios de Bragança, Vigia, Castanhal, Curuçá, Ponta de Pedras (Marajó), pelo CRUTAC, e em Belém.

O Projeto “Bragança” (1977) tinha como objetivo auxiliar a Prefeitura do município na resolução de problemas quanto aos aspectos urbanos e administrativos através de um diagnóstico, dispondo recomendações para o setor público com respeito a temas como infraestrutura, turismo, problema fundiário, aspectos administrativos e econômicos. A realização deste projeto contou com uma equipe interdisciplinar de docentes e discentes, cabendo à Arquitetura o estudo dos aspectos históricos, localização espacial, características físico-climáticas e caracterização urbana.

O Projeto da Residência do CRUTAC para Vigia, desenvolvido em 1978 pela equipe de Arquitetura, surgiu em virtude da necessidade de a Universidade ter um espaço permanente adaptado às atividades de extensão, eliminando o pagamento de aluguel de imóveis destinados a abrigar professores e alunos (Figura 65).

66. Proposta de uma Praça em Vigia
Fonte: Acervo Ronaldo Carvalho, 1979

67. Perspectiva a mão livre do Projeto
para o Poço dos jesuítas em Vigia
Fonte: Acervo Ronaldo Carvalho, 1979



Como intervenções urbanas destaca-se, em Curuçá, o projeto para a Urbanização e Recuperação do Bosque Centenário, no qual a equipe de Arquitetura, em um primeiro momento, em 1975, participou da escolha e reposição de algumas árvores, de espécies nativas da região, para a complementação da cobertura vegetal ausente em alguns setores do bosque e em 1978, desenvolveu a delimitação de trilhas para caminhadas, além da alocação de bancos no bosque.

Elaborada em 1979, a proposta de uma Praça para Vigia teve por base a necessidade identificada pela Prefeitura local da criação de um espaço de convivência para o município. No mesmo ano foi elaborado o Projeto Praça 'Poço dos Jesuítas', tendo por finalidade a valorização do patrimônio histórico de Vigia foi projetada uma praça na área que se encontrava o poço, construído pelos jesuítas no século XVIII, tornando-o atrativo turístico. Embora se constate a não execução da proposta, pode-se observar nela a linha de pensamento da época no que se refere a manutenção de uma ambiência colonial no entorno do monumento (Figuras 66-67).

Em relação a preservação de bens patrimoniais, na ilha do Marajó foi planejada e executada a restauração da Matriz de Ponta de Pedras, iniciada no ano de 1978 e entregue em 1979, como parte das ações do CRUTAC, por meio da equipe de Arquitetura formada pelos professores Alberto Rubim de Assis e Ronaldo Marques de Carvalho. A Igreja Matriz, construída por



volta de 1830 pelos Mercedários, passava por um processo de degradação avançado. O projeto realizado pela equipe considerou as linhas originais da edificação e iniciou com um estudo sobre o prédio através da coleta de documentos com o bispo Dom Ângelo Rivato e com a população local, bem como com o registro fotográfico da situação em que se encontrava a igreja. De acordo com o jornal *O Liberal* (FESTA PARA REINAUGURAR MATRIZ, 1979), este projeto empregou recursos na ordem de 500 mil cruzeiros, oriundos da Universidade por intermédio do Polamazônia e com a colaboração do MEC e DA¹⁴. A entrega da Matriz de Ponta de Pedras foi feita mediante uma solenidade de reinauguração que contou com a presença do prefeito Antonio Malato, o bispo Dom Ângelo Rivato e o corpo universitário composto pelo reitor Aracy Barreto, vice-reitor Geraldo Guimarães, Pró-reitor de extensão Diniz Ferreira, coordenadora da extensão no município Eunice Reimão e os professores de arquitetura Alberto Rubim¹⁵ e Ronaldo Carvalho, além da população local (Figuras 68-70).

68 e 69. Igreja de Ponta de Pedras:
vista lateral e interior antes da reforma

70. Igreja de Ponta de Pedras após a reforma
Fotos: Ronaldo Carvalho, s/d

¹⁴ O Polamazônia (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) foi um programa de desenvolvimento regional criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no ano de 1974.

¹⁵ Alberto Luis Rubim de Assis (1945 -), Arquiteto, foi docente do Curso de Arquitetura da UFPA entre os anos de 1971 e 1995, ministrando disciplinas de Planejamento Arquitetônico.



71. Equipe multidisciplinar que desenvolveu os trabalhos em Ponta de Pedras, final dos anos 70 e início dos 80

Fonte: Acervo Ronaldo Carvalho, 1984

72. Local escolhido pela equipe para adaptar a Biblioteca Comunitária de Ponta de Pedras

Fonte: Acervo Ronaldo Carvalho, s/d



Seguiu-se a demanda pela elaboração do projeto arquitetônico, elétrico e hidro-sanitário da Biblioteca Comunitária em Ponta de Pedras. Realizado entre o ano de 1979 até o início dos anos 80, em parceria com a Prefeitura do município, contou com uma equipe que envolveu os Departamentos de Arquitetura, Engenharia Elétrica, Engenharia Sanitária além da bibliotecária Norma Barata, que auxiliou a montagem do programa de necessidades que consistia na adaptação de uma edificação histórica onde funcionava a Delegacia de Ponta de Pedras, à função de biblioteca (Figuras 71-72).

Como parte da extensão urbana da Arquitetura pelo CEUTUR foi elaborado o projeto para a Creche na 'Casa da Criança Santa Inês' (1979), em Belém. A equipe de Arquitetura foi convidada pelo professor do curso de Engenharia Civil da UFPA Luiz Gonzaga Baganha para fazer a ampliação da creche, cujo desenvolvimento do estudo partiu de pesquisas de campo em algumas creches da cidade a fim de elaborar o programa de necessidades e posteriormente propor um projeto que visasse o bom funcionamento do equipamento. O projeto foi executado na parte posterior ao prédio da Casa da Criança Santa Inês na Avenida Almirante Barroso esquina com Avenida Júlio César.

Os projetos desenvolvidos acima trazem a figura do aluno em destaque, pois neste momento da aproximação do Curso de Arquitetura com a extensão universitária o discente desempenhou um importante papel, pelo interesse ao aprendizado prático, *in loco*, que culminou por sensibilizar a Pró-reitoria de extensão da necessidade em ter o estudante de Arquitetura vinculado às atividades.

7.2.2 O Escritório Acadêmico de Arquitetura

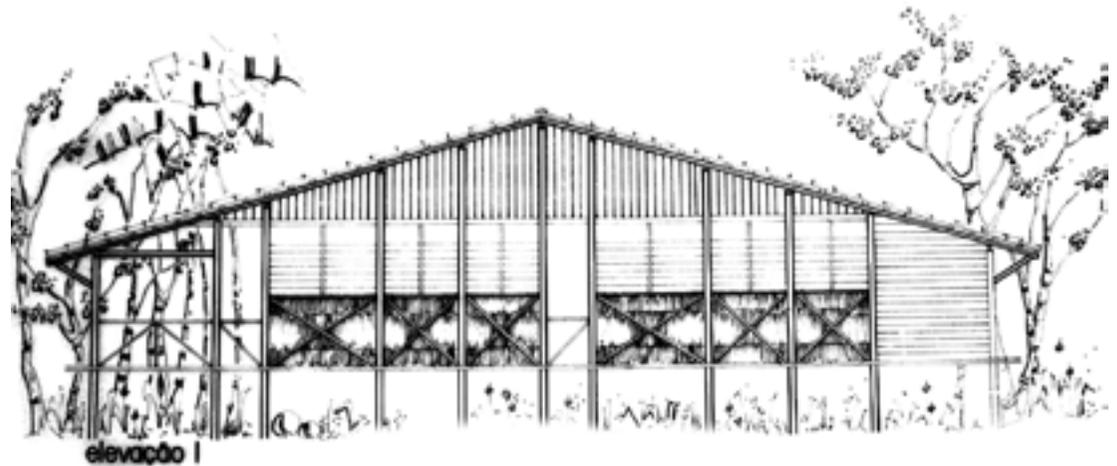
Nos anos 80, a Universidade Federal do Pará passa a implantar de forma efetiva o projeto de interiorização, e o reflexo desta ação encontra-se nos projetos que foram desenvolvidos neste período pelo Curso de Arquitetura para a extensão. Embora o número de projetos elaborados por Arquitetura para a extensão tivera tido uma redução quantitativa em relação à década anterior, nos anos iniciais seguiu o mesmo viés nas abordagens temáticas. Percebe-se que os municípios onde a extensão aconteceu foram justamente aqueles nos quais a universidade viria consolidar estruturas permanentes, como Abaetetuba, Marajó, Bragança, dentre outros.

Destaca-se a criação do “Escritório Acadêmico de Arquitetura” em 1985, noticiada no *Jornal do Tecnológico*

Escritório Acadêmico de Arquitetura, hoje conta com 14 estagiários desenvolvendo suas atividades de Estágio Supervisionado em Arquitetura, sob a coordenação do prof. Ronaldo Marques de Carvalho. Com 4 meses de atividades, o escritório acadêmico já proporcionou o estágio a 20 estudantes, suprimindo uma necessidade a muito tempo requisitada. (ESCRITÓRIO..., 1985, p.8)

A necessidade de um espaço próprio para o desenvolvimento das atividades de extensão, que até então eram feitas em sala de aula, levou o professor Ronaldo Carvalho a solicitar uma sala junto ao diretor do Centro Tecnológico, Almir de Morisson Faria, onde foi criado o Escritório Acadêmico de Arquitetura, o qual, aproximadamente cinco anos mais tarde, se tornaria Escritório Modelo de Arquitetura. Segundo Ronaldo Carvalho, o nome para o espaço se deu em virtude do escritório objetivar o aprendizado e a experiência profissional dos alunos em campo. Assim, ainda no âmbito das ações do CEUTUR e do CRUTAC, o desenvolvimento dos projetos e as orientações dos estudantes passaram a ser feitas neste espaço que se situava no prédio do Centro Tecnológico.

73. Elevação do Trabalho
Acadêmico “Escola de Várzea”
Fonte: Acervo Ronaldo Carvalho, 1980

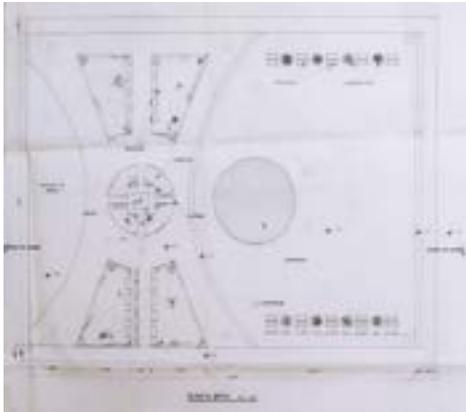


O Escritório Acadêmico de Arquitetura teve um período curto de funcionamento, pois, segundo o coordenador

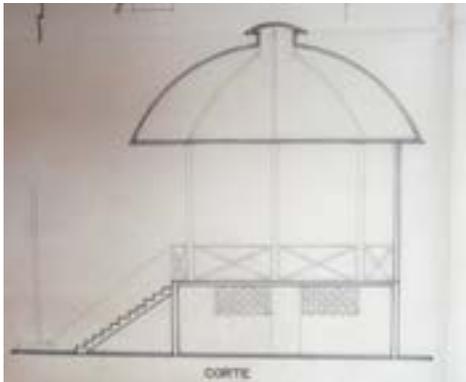
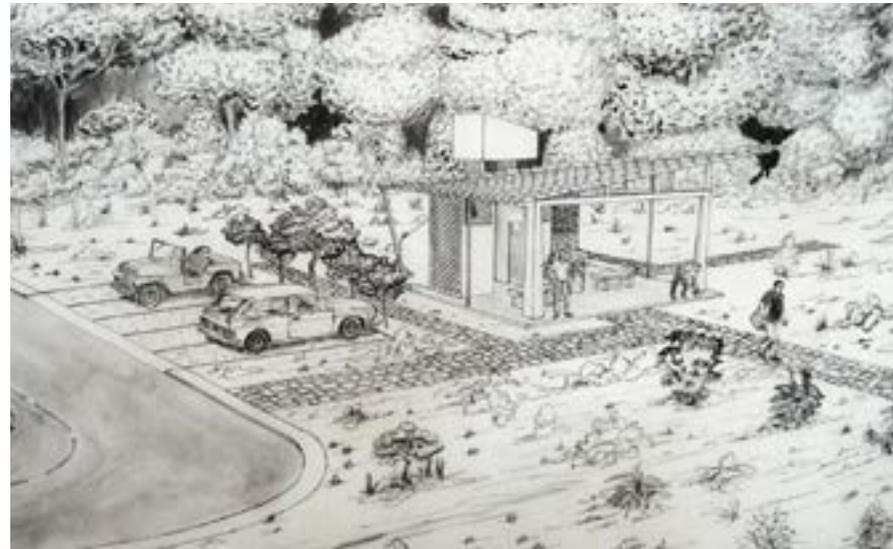
[...] começaram a surgir controvérsias sobre o escritório, na própria reunião de departamento começaram a falar que esse escritório acadêmico era contra a ética profissional, porque esse projeto poderia ser pra outros profissionais [...]¹⁶

As questões levantadas são questionadas por Ronaldo Carvalho, visto que o mesmo acredita que os projetos que ali eram desenvolvidos davam visibilidade ao trabalho dos arquitetos, além de contribuir significativamente para a formação dos discentes. O Escritório Acadêmico foi desativado, e anos mais tarde, foi criado outro escritório com a denominação “Escritório Modelo de Arquitetura”, sob a coordenação do professor Cicerino Cabral do Nascimento para a elaboração do projeto interdisciplinar “Centro Agrário do Tocantins” (CAT), que envolvia o Departamento de Arquitetura e o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).

¹⁶ Entrevista concedida por Ronaldo Marques de Carvalho em 8 de outubro de 2010 à Dinah Tutuya.



76. Perspectiva do projeto para o abrigo de passageiro do Marajó, 1981
 Fonte: Acervo Ronaldo Carvalho, 1981



74. Projeto da Praça Matriz em Vigia, 1980
 Fonte: Acervo Ronaldo Carvalho, 1980

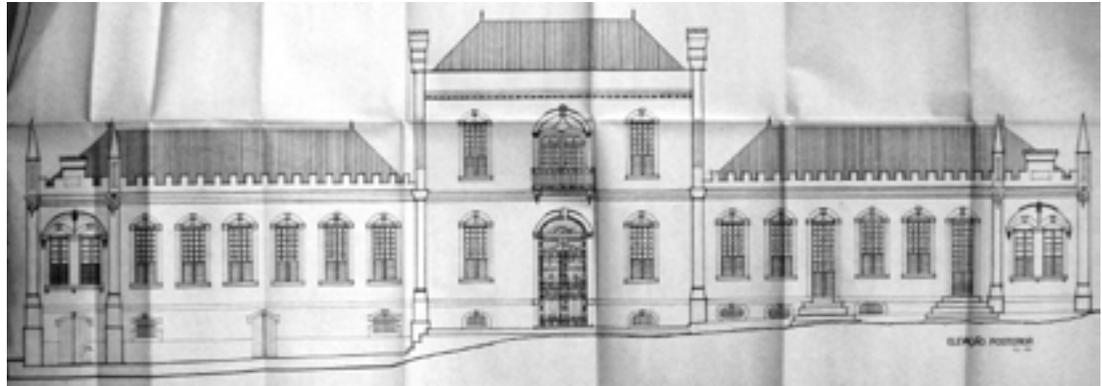
75. Elevação do coreto para Praça Matriz de Vigia
 Fonte: Acervo Ronaldo Carvalho, 1980

Assim, entre 1980 a 1989 as atividades extensionistas da Arquitetura não cessaram. Em 1980, o trabalho acadêmico resultante de uma atividade de extensão denominado “Escola de Várzea” foi premiado no 1º Salão Amazônico de Arquitetura do Pará, promovido pelo IAB-PA (Figura 73). No mesmo ano foi proposto o projeto “Praça Matriz” em Vigia (Figuras 74-75).

Em 1981 foi elaborado projeto arquitetônico do ‘Abrigo de Passageiros para Campo de Pouso’ desenvolvido para a Prefeitura de Ponta de Pedras, no Marajó, que teve por inspiração uma andorinha de papel, destacando-se a forma plástica da cobertura, como foi demonstrado na perspectiva desenhada pelos discentes (Figura 76).

No campo da preservação do patrimônio, em 1987, com o apoio da Fundação Pró-memória, foi desenvolvido o Projeto de reutilização do Forte de Óbidos, sendo a primeira etapa coordenada pela professora Jussara Derenji, constando de inventários, complementação de levantamentos, proposta de preservação, e a segunda fase, solicitada pela Secretaria Estadual de Cultura à UFPA, diz respeito a elaboração dos projetos complementares, sob responsabilidade do professor Euler Santos Arruda (Figura 77). No acervo disponível pertencente ao Escritório Modelo, encontram-se pranchas referentes a delimitação do Conjunto Arquitetônico a ser preservado na cidade,

77. Forte de Óbidos
elevação posterior
Fonte: Acervo Escritório
Modelo de Arquitetura, 1987



proposta de reutilização do Forte, com projeto paisagístico e levantamentos do Forte em 1854 e 1899. No relatório referente a Visita técnica realizada em 6 de agosto de 1990 pelos coordenadores do projeto, juntamente com os professores do Curso de Engenharia Civil José Perilo Rosa Neto e Manoel Diniz Perez, identifica-se que o projeto encontrava-se em execução.

A Professora Carmen Lúcia Valério Cal coordenou um projeto de reforma urbana, que visou organizar uma área ocupada sob forma de invasão, em terreno contíguo ao NPI¹⁷, propondo soluções urbanísticas e de habitação através de atividades de extensão envolvendo alunos de arquitetura. O projeto resultou no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) “Auto-construção: arquitetura espontânea em Belém”, de autoria de Lília Santana dos Santos, defendido em junho de 1988. A equipe do projeto é composta pela professora, pelo professor João Castro Filho e pelos estudantes Adriene Maria Robert, Ília Miranda e Raimundo Sérgio Vilhena. (JORNAL DO TECNOLÓGICO nº 12. set. 1989. p.6-8)

Em 1989, o projeto CAT vem demonstrar a mudança de caráter da extensão, que passa a ser assumida como prática institucionalizada aos cursos. Esse aspecto é ressaltado por Gonçalves (2004), no que tange à responsabilidade da Universidade em relação às atividades voltadas a comunidade, numa fase marcada pela comunicação com entidades representativas sociais e a aproximação com o governo em suas três instâncias, sendo o CAT um exemplo desta mudança.

¹⁷ Núcleo Pedagógico Integrado, atual Escola de Aplicação da UFPA.



78. Detalhe do selo da prancha do projeto
 Fonte: Acervo Escritório Modelo de Arquitetura, 1990

79. Projeto CAT, fotos dos prédios e implantação
 Fonte: Acervo Escritório Modelo de Arquitetura, 1990

O Centro Agrário do Tocantins (CAT), projeto de extensão criado por Jean Hebette do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, teve como objetivo reunir e articular instituições de Pesquisa, Ensino e Extensão, brasileiras e francesas, juntamente com camponeses na micro-região de Marabá (Marabá, São João do Araguaia, Itupiranga, Jacundá e Tucuruí), a fim de contribuir para o desenvolvimento da produção familiar local, e a promoção de melhorias nas condições de vida da população camponesa da área. O projeto era composto por um corpo de pesquisadores, docentes, discentes e camponeses e tinha a contribuição da FCAP¹⁸, EMBRAPA¹⁹, Secretaria de Agricultura, EMATER-PA²⁰, colaboradores técnicos da Guiana além de outras instituições

¹⁸ Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, atual Universidade Federal Rural da Amazônia.

¹⁹ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

²⁰ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

ligadas ao desenvolvimento rural. O projeto arquitetônico para o Centro foi desenvolvido pela equipe do recém-criado Escritório Modelo de Arquitetura, constando de alojamento de colonos, estagiários e professores, auditório, sala de apoio didático, maloca, refeitório/cozinha, residência do gerente e garagem (Figuras 78- 79).

7.2.3 Dos anos 90 a 1ª década do século XXI

Nos anos 90 do século XX, os projetos de extensão passam a ser desenvolvidos pelo Escritório Modelo, envolvendo técnicos da Universidade, além das iniciativas de docentes, realizada tanto para a capital quanto para o interior do Estado. Percebe-se neste momento a marca dos novos caminhos tomados pelos projetos extensionistas brasileiros do período, que enfatiza a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. Segundo Gonçalves (2004), as atividades da PROEX passam a ser organizadas a partir da continuidade e consolidação de resultados destas, assim divididos: **Programas**, envolvendo vários projetos e **Projetos de Extensão**, para as ações incipientes. De um modo geral, considerando as atividades desenvolvidas pelo Curso de Arquitetura, percebe-se a predominância de projetos isolados e descontínuos, com exceção do projeto PARU, que apresenta continuidade até os dias de hoje.

Podem-se caracterizar as atividades extensionistas do Curso neste período como projetos que apresentaram a preocupação e reflexão com uma escala maior de abrangência, através de planos diretores, reformas urbanas e gestão do uso do solo, lado a lado com iniciativas pontuais.

A participação de equipes de Arquitetura no Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU)²¹ do Centro Sócio-econômico da UFPA iniciou em 1994, com a coordenação do professor Ronaldo Marques de Carvalho. A partir do depoimento da ex-aluna do curso de Arquitetura Cybelle Salvador Miranda²² pode-se entender como consistia a atividade

O projeto visava garantir assistência técnica aos moradores de áreas atingidas pelo Projeto de Macrodrenagem da bacia do Una, em Belém. Lembro que fizemos visitas ao Igarapé do Galo, no bairro da Sacramenta, e conversamos com moradores que seriam deslocados

²¹ “O Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) é um programa de extensão universitária que desde os anos de 1980 vem prestando assessoria aos movimentos sociais urbanos. Mais recentemente passou a desenvolver estudos e pesquisas sobre a problemática urbana (incluindo a questão urbana e rural na Amazônia) que subsidiem ações de organizações governamentais e movimentos sociais, especialmente voltadas ao tema da habitação social. (SANTANA; PERDIGÃO, 2011, p.2)”

²² Atual professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA.

para os trabalhos. Neste momento, as intervenções executadas foram questionadas pelos profissionais participantes, principalmente quanto a rede de esgotamento sanitário. Paralelamente, assistíamos a palestras de professores do Curso de Engenharia Civil, como o Prof. André Cruz, que trouxe alternativas tecnológicas para habitação social, como o solo cimento. Tudo era muito novo para mim e, apesar de o projeto não ter avançado a época (creio que por carência de financiamento), bem como porque as obras de construção dos canais estavam também paradas, foi uma oportunidade de visualizar concretamente a atuação do Arquiteto, a possibilidade de trabalhar em equipes, o contato com a comunidade. Creio que esta experiência me levou ao tema do TCC, que desenvolvi no bairro do Jurunas, com o objetivo de propor alternativas de urbanização que não afetassem a permeabilidade da área, bem como sua paisagem cultural.²³

Depreende-se que esta fase estava dentro do período inicial do PARU, correspondente aos anos de 1994 a 1997, onde as ações, devido o atraso da obra da macrodrenagem “ficaram restritas a seminários, palestras e levantamentos sócio-econômicos” (TRINDADE, 2003).

Em um segundo momento, quando ocorre a maior atuação do PARU a partir de 1998, a professora Ana Klaudia Perdigão²⁴ passa a integrar o projeto dedicando-se ao reassentamento de famílias na área da Companhia das Docas do Pará (CDP), entre os anos de 1998 a 2000. Klaudia Perdigão coordenou a equipe de Arquitetura que esteve envolvida na fase de elaboração dos projetos arquitetônicos. Esta atividade contou com a participação de discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo, e posteriormente proporcionou o desenvolvimento da pesquisa que culminou na tese de doutorado da docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, onde investigou a

relação do morador com a casa em dois grupos: com e sem orientação de projeto de arquitetura, demonstrando que a proposta de participação dos moradores nas decisões do projeto arquitetônico da futura residência apontou resultados satisfatórios quanto à apropriação do espaço residencial pelas famílias consultadas sobre a relação estabelecida com a casa, pela lógica de projeto menos impositiva aos moradores, delineando conceitualmente o que se denominou a dimensão afetiva da arquitetura. (SANTANA; PERDIGÃO, 2011, p.3).

²³ Entrevista concedida por Cybelle Salvador Miranda em 19 de novembro de 2010 à Dinah Tutyia via e-mail.

²⁴ Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, coordena o Laboratório Espaço e desenvolvimento humano (LEDH).

Destacaram-se também neste período trabalhos como ‘Estudos preliminares para o Plano Diretor de Salinópolis’ coordenado pelo professor Euler Arruda em 1995. Assim como o ‘Projeto de Reforma e Ampliação do Auditório do Curso de Arquitetura e Urbanismo’ em 1996, desenvolvido pela equipe do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo.

O Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) apresentava como objetivo elaborar e executar atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a região Norte, como desenvolvimento de projetos de arquitetura e urbanismo destinados ao interesse coletivo, cujos serviços oferecidos visavam atender como clientela pessoas jurídicas, Prefeitura e o Governo do Estado. A temática dos trabalhos elaborados no Escritório Modelo abrangeu projetos arquitetônicos e projeto de restauro e de requalificação, elaborados tanto para a capital como para o interior do Estado.

A coordenação do EMAU entre 1991 até 2003 esteve sob a responsabilidade do professor Cláudio Cativo Rosa, assumindo posteriormente a arquiteta Maria Beatriz Maneschy Faria²⁵, contando com a participação do Arquiteto e urbanista José Morgado Neto²⁶, ambos atualmente desenvolvendo suas atividades no Fórum Landi.

No campo da intervenção em áreas históricas, o projeto “Shopping Popular Usina Progresso” realizado em 1998, consistiu em uma proposta de requalificação de um antigo prédio situado na Avenida Assis de Vasconcelos, para abrigar o comércio informal e serviços ao cidadão (carteiras de identidade e de trabalho). Contudo, o shopping não foi executado segundo o projeto desenvolvido pelo Escritório Modelo. A atividade foi composta por um convênio entre a Prefeitura Municipal de Belém, a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) e a Universidade Federal do Pará através do Escritório Modelo de Arquitetura, que contou com a participação dos professores: Ana Claudia Monteiro, Celma Chaves, Fabiano Homobono, e os técnicos Maria Beatriz Maneschy Faria e José Morgado Neto, tendo o professor José Freire como responsável pelo projeto(Figura 80).

O Escritório Modelo foi responsável por alguns projetos internos a UFPA, como o Projeto de ampliação do Atelier de Arquitetura e Urbanismo, em 1998, que consistia na concepção de um anexo.

O mesmo foi motivado pela necessidade de expansão do espaço do curso, visando uma

²⁵ Maria Beatriz Maneschy Faria, Arquiteta da Universidade Federal do Pará, Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA). Atuava no Departamento de Meio Físico (DMEF) e atualmente coordena o Fórum Landi.

²⁶ Arquiteto da Universidade Federal do Pará, Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA). Era lotado no Departamento de Arquitetura e Urbanismo, hoje desenvolve atividades no Fórum Landi.

USINA PROGRESSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

COORDENADO POR
FADESP / PMB / UFPA - DAU



área para produção de modelos arquitetônicos, um grande laboratório-oficina para disciplinas de plástica, onde se pudessem isolar as salas de aula convencionais dos ambientes onde haveria necessidade da utilização de instrumentos que produzissem ruído. Este projeto foi desenvolvido pelo Escritório Modelo de Arquitetura, sob a coordenação dos professores José Daniel Portugal Campbell Pena, Ronaldo Marques de Carvalho, Euler Santos Arruda, Claudio Cativo Rosa e o Arquiteto José Morgado Neto. Todavia, este anexo não foi executado devido a dificuldade em angariar recursos para tal (Figura 81).

Na área do urbanismo, a pesquisa Gestão do Uso do Solo e Disfunção do Crescimento Urbano da Região Metropolitana de Belém, iniciado em 1997 e publicado em 2001, foi desenvolvida a partir de um convênio entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) e o Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU). A atividade teve como objetivo a análise da gestão do uso do solo e disfunção do crescimento urbano na Região

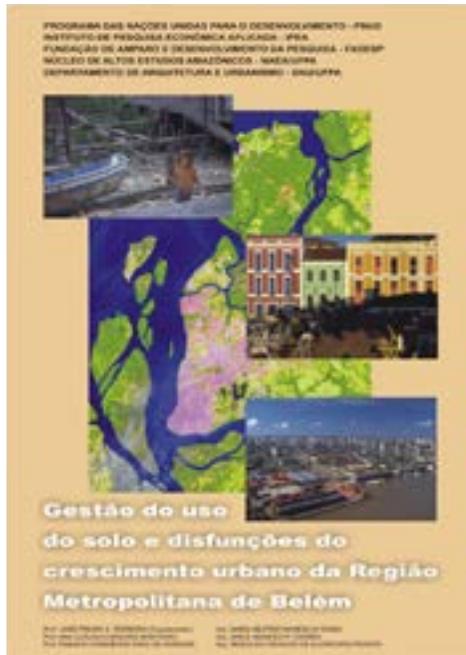
80. Maquete eletrônica do projeto Usina Progresso
Fonte: Acervo Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, 1998

81. Corte do projeto do anexo do atelier de arquitetura

Fonte: Acervo Ronaldo Carvalho, 1998

82. Capa da publicação do trabalho sobre Gestão do Uso do Solo e Disfunção do Crescimento Urbano da Região Metropolitana de Belém

Fonte: Acervo Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, 2001



Metropolitana de Belém, desenvolvido por equipe técnica multidisciplinar, sendo a temática Arquitetura coordenada pelo professor José Freire da Silva Ferreira, contando também com os professores Ana Claudia Cardoso Monteiro, Fabiano Homobono Paes de Andrade e a Arquiteta Maria Beatriz Maneschy Faria, além da consultoria do professor Jose Julio Lima (Figura 82).

O Projeto Arquitetônico das Aldeias Gavião e Suruí, iniciado em 1998 e entregue em 2000, foi solicitado pelas comunidades indígenas, para os serviços de construção de uma nova aldeia, de uma escola e manutenção de residências. Em virtude dos danos ao ambiente natural e cultural causados a estas comunidades pela pavimentação da rodovia BR 222 e BR 153, Estrada de ferro Carajás e a linha de transmissão da Eletronorte, a Procuradoria da República, ciente da problemática, solicitou à Professora Jane Beltrão, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA um laudo da situação, o qual continha reivindicação de ações compensatórias aos danos causados por essas obras. Coube ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo através

do Escritório Modelo elaborar o projeto de intervenção nas aldeias, contando com a seguinte equipe técnica, ligada ao Curso: professores Celma Chaves, Fabiano Homobono, José Freire e os técnicos José Morgado Neto e Maria Beatriz Maneschy Faria, esta como coordenadora (Figuras 83-84). (ESCRITÓRIO MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 1999).

O Plano de Gestão da Extensão Universitária da UFPA (2002-2005) assinalou como objetivo principal da extensão os “processos de desenvolvimento humano e melhoria da qualidade de vida dos povos paraenses, possibilitando contribuir para a diminuição da pobreza e das diferenças sociais, excludentes no Estado do Pará” (GONÇALVES, 2004, p. 69). Neste período, a extensão no curso subdividiu-se entre o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, Fórum Landi e as atividades desenvolvidas e coordenadas por alguns professores. Nota-se a diversidade temática e a especificidades adotadas pelos professores e técnicos que passaram a guiar a extensão neste momento, como se observa a seguir.

O EMAU teve atuação destacada na temática do patrimônio, como atestam os projetos “Requalificação de Sobrados do Centro Histórico/Feliz Lusitânia”, realizado em 2002 a partir da solicitação feita pela Companhia de Habitação do Estado do Pará e pela Secretaria Executiva de Cultura, e do Museu da UFPA (Figura 85).

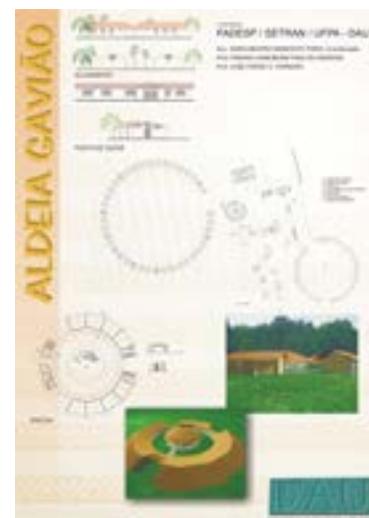
O projeto “Museu da UFPA”, foi elaborado em 2004, visando à restauração do “Palacete Augusto Montenegro”, edificação emblemática do período da borracha, adquirida pela Universidade Federal do Pará nos anos 60, a qual sediou a Reitoria da instituição (Figura 86). Nos anos 80, o prédio passou a abrigar o Museu da Universidade, sendo em 2004 proposta a restauração do mesmo, após seu tombamento pelo Governo do Estado.

Em 2008, a Associação Fotoativa²⁷ solicitou o projeto de restauro de uma edificação eclética situada no Centro Histórico de Belém, onde a associação passaria a funcionar. O projeto contou com a participação de alguns estagiários ao longo de seu desenvolvimento, dentre eles a Arquiteta Marília Martins de Araújo Freitas. Segundo a ex-aluna,

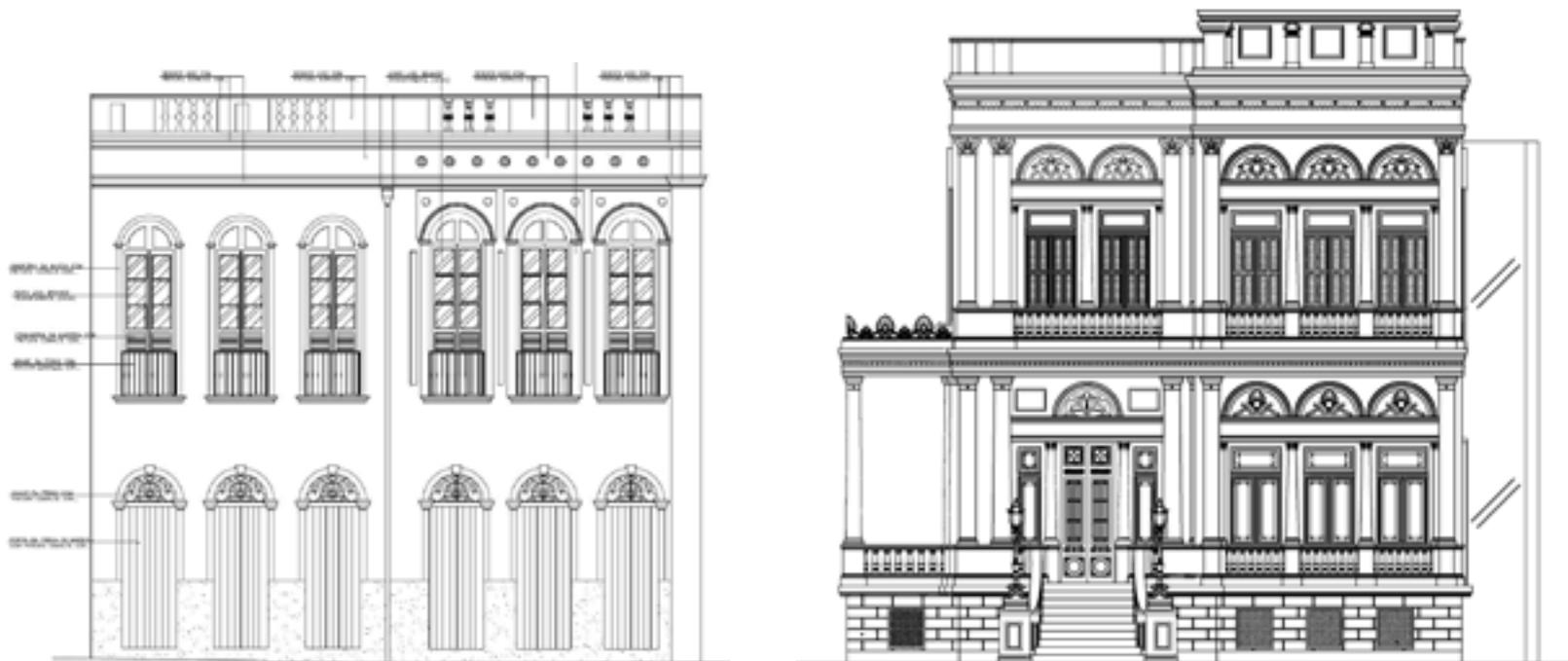
[...] os estudantes fizeram o levantamento de todo o prédio, incluindo detalhamento de esquadrias existentes, participavam como ouvintes das discussões sobre os rumos do projeto e desenvolviam os desenhos finais sendo supervisionados por 2 arquitetos.²⁸

²⁷ Associação cultural artística que tem por finalidade a pesquisa, o estímulo e difusão da fotografia na região amazônica (Disponível em < <http://www.fotoativa.org.br>>. Acesso em 19 out. 2011).

²⁸ Entrevista concedida por Marília Martins de Araújo Freitas em 7 de dezembro de 2011 à Dinah Tutya via e-mail.



83 e 84. Cartazes de exposição dos projetos desenvolvidos para as comunidades indígenas Suruí e Gavião
Fonte: Acervo do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, 2000



85. Elevação de dois imóveis do projeto “Requalificação de Sobrado do Centro Histórico de Belém”
 Fonte: Acervo Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, 2002.

86. Projeto de restauro do Museu da UFPA, elevação frontal da edificação.
 Fonte: Acervo Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, 2004

Marília Freitas considera que neste projeto pôde ter contato prático com a atividade de levantamento cadastral em restauração, além do desenvolvimento do projeto propriamente dito, assim como o acompanhamento das discussões que levaram a definição de vários aspectos do mesmo. A Arquiteta ressalta que a aplicação teórica ao objeto real é muito mais eficiente como forma de fixação da teoria. Este último projeto marca a dissolução do Escritório Modelo de Arquitetura, que se incorpora ao Fórum Landi.

O Fórum Landi²⁹ foi criado em 2003 durante a realização do “Seminário Internacional: Landi e o Século XVIII na Amazônia” em comemoração aos 250 anos da chegada de Antonio

²⁹ Ver: <http://www.forumlandi.ufpa.br>



87. Exposição do
Projeto Landi Cidade Viva
Fonte: Acervo Fórum Landi, 2006

Landi à Belém. Sob a coordenação do professor Flávio Sidrim Nassar, tem suas atividades multidisciplinares voltadas para o estímulo às pesquisas sobre a História da Amazônia. A partir do ano de sua criação, a organização passou a desenvolver seus projetos em parceria com a equipe do Escritório Modelo, momento em que a coordenação deste já era ocupada pela Arquiteta Maria Beatriz Maneschy Faria. Tanto o Fórum Landi como o Escritório Modelo permaneceram alocados no Atelier de Arquitetura da UFPA, sendo transferidos em 2008 para a Praça do Carmo.

Como principais atividades realizadas pelo Laboratório destaca-se o 'Projeto Landi Cidade Viva' de 2006 em parceria com a Companhia Vale do Rio Doce (Figura 87). O mesmo contou com uma exposição de cópias de gravuras e desenhos do arquiteto italiano Antonio Landi;

montagem do Escritório Público de Arquitetura; Circuito Landi - um Roteiro pela Arquitetura setecentista da Amazônia; formação de Guias Mirins com menores de baixa renda residentes no entorno da Praça do Carmo; oficinas e palestras entre outras ações de educação patrimonial desenvolvida durante este evento. A experiência, considerada exemplar pela UNESCO, foi apresentada pelo coordenador do projeto, Flávio Nassar, no Fórum Universidade e Patrimônio, na cidade de Florença, na Itália.

Em 2007 a empresa ALUBAR³⁰ comprou o antigo edifício localizado no Bairro da Cidade Velha, Centro Histórico de Belém, conhecido como “Casa Rosada”, a qual apresenta características arquitetônicas similares aos projetos de Antonio Landi. Naquele ano, a empresa solicitou ao Fórum Landi o projeto de restauração, concluído em 2012, coordenado por Maria Beatriz Maneschy Faria e José Morgado Neto, contando também com uma equipe multidisciplinar de profissionais. Em 2008, a ‘Exposição Siza: Júlio + Álvaro’ exibiu alguns trabalhos do arquiteto português Álvaro Siza Vieira, juntamente com fotografias de Belém feitas pelo seu bisavô Julio Siza na virada do século XIX para o século XX. O evento contou com a presença de Siza, arquiteto ganhador do Prêmio Pritzker em 1992, o qual proferiu palestras sobre sua obra.

Dentre os projetos arquitetônicos, em 2008 foi elaborado o ‘Projeto do Albergue do Estudante’ para uma edificação situada na Ladeira do Castelo que se encontrava em processo de degradação por falta de conservação. Este foi solicitado pela Superintendente do IPHAN no Pará Maria Dorotéia de Lima, e contou com a parceria da Arquidiocese de Belém a qual o imóvel pertence, e a Universidade Federal do Pará, que administrará o albergue, sendo que, até o presente, o projeto não se encontra executado.

Resultado da parceria entre o Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e o Programa de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (PITCPES) – fruto de um convênio entre a UFPA, através do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) e órgãos como Ministérios, Secretarias e Programas do Governo, foram elaborados quatro projetos nos anos de 2008 e 2009. Sob a coordenação do professor Ronaldo Marques de Carvalho, foram concebidos os projetos da Agroindústria e o Centro de Apoio e Formação para a Associação dos Agricultores e Moradores do Atlético (AAMA) do município de Moju, a Casa de Farinha

³⁰ Grupo ALUBAR possui as Empresas Alubar metais e cabos e Alubar energia. Disponível em: <<http://www.alubar.net.br/>>. Acesso em: 9 jan. 2012.

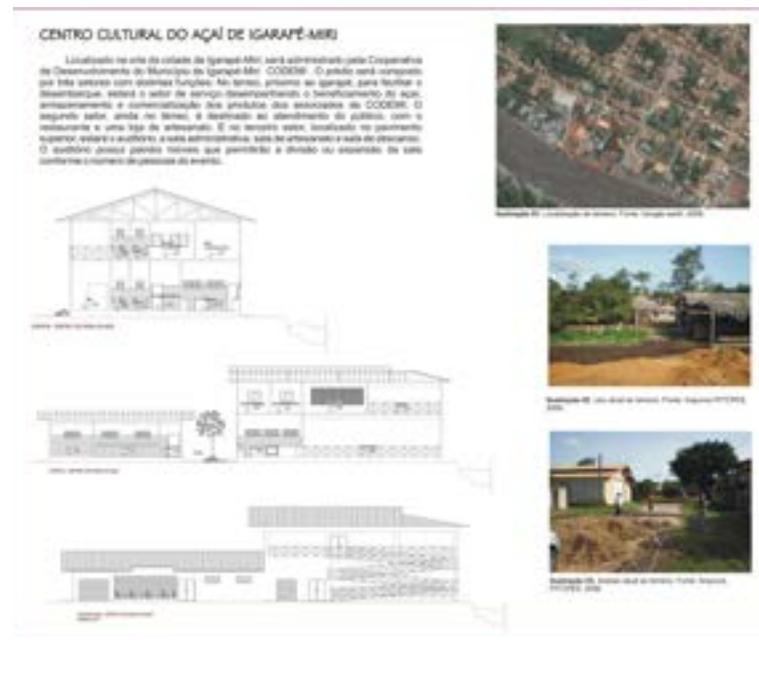
para a Cooperativa de Agricultores Familiares de Terra Alta (COAFTA) assim como o Centro Cultural do Açaí de Igarapé-Miri para a Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri (CODEMI) (Figura 88).

A partir de uma iniciativa do programa de TV “Atitude”, apresentado pela jornalista Meg Barros, foi realizado em 2008 o projeto arquitetônico de uma creche para a comunidade denominada “Filhos do Aurá”. Este teve como objetivo a reestruturação da edificação existente no local, localizada na Ocupação Carlos Mariguella, bairro de Águas Lindas em Ananindeua.

Sem pretender esgotar o tema, devem-se destacar ações extensionistas desenvolvidas por professores dedicados ao urbanismo, nos anos 2000. Ana Claudia Cardoso e José Julio Ferreira Lima iniciaram em 2003, como embrião do futuro Laboratório Cidades na Amazônia (LABCAM) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, os estudos sobre “Arquitetura, História e Cidade na Amazônia” e em 2004 “Metodologia para planos diretores dos municípios a jusante da UHE Tucuruí (PDJUS): Cameté, Baião, Mocajuba, Limoeiro do Ajurú e Igarapé-Miri”.

O primeiro projeto, que dura até os dias atuais, consiste no estudo das cidades amazônicas quanto a avaliação de impactos de política pública, investigação da produção e apropriação do espaço informal e estudo de alternativas de conservação integrada de áreas urbanas de interesse histórico.³¹

O segundo projeto desenvolveu-se entre 2004 e 2007 e teve como objetivo a elaboração de Planos Diretores Urbanos e planos de desenvolvimento para regiões e municípios da Amazônia. Ao longo deste período contou com a participação de vários alunos de graduação, dentre eles o bolsista Anderson Tavares do Carmo, egresso de 2007, que participou da extensão entre os anos de 2004 a 2006. Segundo ele “atuavam cinco bolsistas, que desenvolviam suas atividades por turnos, no início, focados em um município específico (foram seis os municípios alvo do projeto)”³². O ex-aluno elaborava cartografias, fazia levantamentos em campo, tabulação e alimentação de banco de dados.



88. Centro Cultural do Açaí em Igarapé-Miri
Fonte: Acervo Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural, 2008

³¹ Informação extraída do Currículo Lattes do professor José Julio Ferreira Lima. Disponível em <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4785987T0>>. Acesso em: 28 de nov. 2011.

³² Entrevista concedida por Anderson Tavares do Carmo em 24 de novembro de 2011 à Dinah Tutya via e-mail.

Como contribuição da extensão para sua vida profissional Anderson Carmo relata que

[...] Graças a esse projeto pude conhecer a cartografia e aprender técnicas de geoprocessamento, atividade que desenvolvo até hoje como profissional. Pude aprender sobre metodologia de planos diretores e zoneamentos em diferentes escalas.³³

Aliado a este projeto, a discente Gisele Joicy da Silva Guimarães também esteve vinculada a extensão no ano de 2005

Particpei no ano de 2005 do ‘Projeto Cidades’, orientado pelos professores PhD. Ana Cláudia C. Duarte e PhD. José Júlio F. Lima, parceria da FAU com a Fundação Ford [...] tinha como objetivo elaborar textos sobre cidades paraenses para apresentação num seminário internacional sobre cidades amazônicas. [...] A partir de uma reflexão sobre a formação socioeconômica da região Amazônia, a participação [...] exigia do estudante a capacidade de analisar a configuração espacial de cidades paraenses como produto das políticas federais para a região Amazônica. Na época, o grupo de pesquisa, então intitulado PPDJUS (Planos Diretores a jusante da UHE Tucuruí), estava finalizando suas ações de elaboração dos planos diretores, nesse período, a maioria dos bolsistas já haviam terminado seu vínculo com a pesquisa. Restando somente 2 (dois) bolsistas do grupo original, nesse contexto, fui chamada para estagiar na elaboração dos textos para o Seminário Internacional Cidades na Floresta, que teve como produto o lançamento de um livro intitulado “Cidades da Floresta” no ano de 2009.³⁴

Para a aluna, a participação no projeto contribuiu na definição do seu perfil profissional e pessoal, influenciado pelas experiências dentro do grupo de trabalho. Enfatiza que a extensão possibilitou

[...] a oportunidade de entrar em contato com outras perspectivas como a análise de políticas públicas, dos planos e legislações urbanísticas, aliado a isso, deu-me a oportunidade de entender como se dá a concretização dos processos políticos e econômicos sobre a estruturação do espaço urbano.³⁵

O “Plano Estadual de Habitação de Interesse Social” (PEHIS) realizado entre 2008 a 2009 como projeto de extensão pelo mesmo Laboratório, foi coordenado pelo professor Juliano Pamplona Ximenes Ponte. Esta atividade consistiu na assessoria técnica e no acompanhamento

³³ Entrevista concedida por Anderson Tavares do Carmo em 24 de novembro de 2011 à Dinah Tutya via e-mail.

³⁴ Entrevista concedida por Gisele Joicy da Silva Guimarães em 05 de dezembro de 2011 à Dinah Tutya via e-mail.

³⁵ Entrevista concedida por Gisele Joicy da Silva Guimarães em 05 de dezembro de 2011 à Dinah Tutya via e-mail.

de elaboração de diretrizes para política habitacional estadual, obtendo financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA), em cooperação com a Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades.

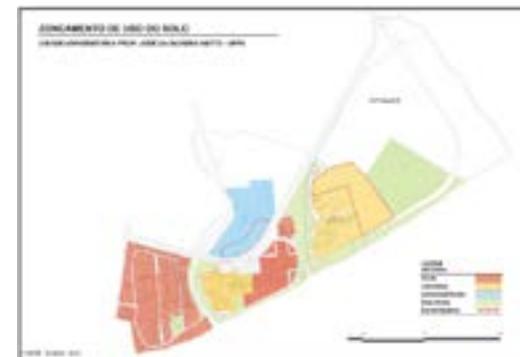
Concomitantemente, em 2008 o professor Juliano Ximenes coordenou o estudo e o projeto de adequação do prédio da Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia do Pará (SEDECT), que contou com a participação da professora Thais Alessandra Caminha Sanjad³⁶ e do arquiteto e urbanista Dorival Pinheiro, egresso do curso, além de quatro discentes de Arquitetura, também com financiamento da FAPESPA e da Secretaria de Desenvolvimento Ciência e Tecnologia³⁷. Ainda em 2008, Juliano Ximenes deu início ao “Plano Diretor da Cidade Universitária José da Silveira Netto”, o campus da UFPA de Belém (Figura 89), projeto o qual se estende até aos dias atuais e que contou com a participação de três alunos como estagiários.

COMENTÁRIOS

Ao longo da história do Curso de Arquitetura e Urbanismo, nota-se no início uma prática da extensão de cunho assistencialista, evidenciando o caráter das atividades que integraram Universidade com a comunidade, sobretudo do interior do Estado. Destaca-se após esta primeira fase, o vínculo estabelecido pelo Curso com a atividade de extensão, através de sua participação no CRUTAC e no CEUTUR com a prestação de serviços dentro das diretrizes estabelecidas pela PROEX, possibilitando o conhecimento da realidade regional pelos estudantes.

Diferentemente da trajetória apontada como majoritária para a extensão dentro da UFPA, dos anos 90 aos anos iniciais do século XXI, quando a prestação de serviço sofre uma redução, percebe-se no Curso de Arquitetura e Urbanismo o predomínio desta modalidade de atuação nas ações desenvolvidas pelos docentes e técnicos atuantes na área. Pode-se relacionar o fato a própria “vocação” profissional intrínseca à arquitetura e ao urbanismo, onde “prestam-se serviços”. Contudo, não se desvincula o compromisso social e as trocas de saberes entre os setores envolvidos neste processo, assim como a importância do aprendizado dos discentes - força motriz das atividades promovidas no transcorrer de seus quase quarenta anos de ação extensionista.

Salienta-se o papel dos estudantes ao longo da história da extensão do curso, visto que



89. Proposta de zoneamento de uso do solo da Cidade Universitária José da Silveira Netto
Fonte: Acervo Laboratório Cidades na Amazônia, 2010

³⁶ Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA e coordenadora do Laboratório de Conservação, Restauração e Reabilitação (LACORE).

³⁷ Informação extraída do Currículo Lattes do professor Juliano Pamplona Ximenes. Disponível em <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4522786H6>>. Acesso em: 28 de nov. 2011.

estes foram responsáveis pela “apresentação” das atividades extensionistas da UFPA ao curso de Arquitetura, ainda nos anos 70. No decorrer das décadas seguintes, alguns projetos voltados à prestação de serviço, menos pautados na filosofia extensionista da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, apresenta o discente com menor autonomia de atuação nas atividades desenvolvidas, em virtude de uma aparente dissociação de um dos três pilares mencionados anteriormente. Esta problemática veio a ser levantada por alguns alunos que tomaram contato com a proposta dos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo fomentada pela Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FENEA), na segunda metade dos anos 2000³⁸, baseado na gestão estudantil sob a orientação de um professor, que visa à melhoria da formação profissional do acadêmico através da vivência social e da experiência teórico-prática no campo da arquitetura e do urbanismo.

Houve uma tentativa incipiente de implantação deste projeto de EMAU, porém até o momento em que se conclui esta pesquisa este não foi concretizado³⁹. Apesar do questionamento feito quanto ao papel do discente na extensão em Arquitetura e Urbanismo na UFPA, pode-se observar pelos depoimentos dos ex-alunos que estiveram envolvidos em projetos de extensão que as experiências foram sempre positivas, colocadas como complementação de suas formação acadêmica, também sendo ressaltada a importância da vivência prática do ofício, além do contato com as ferramentas de trabalho adotadas para a vida profissional dos mesmos.

Destarte, seguindo as diretrizes que vieram sendo desenhadas pela extensão universitária, pautadas na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, o corpo extensionista do curso de Arquitetura e Urbanismo contribuiu - a partir da troca de experiência entre alunos, professores e técnicos - para uma reflexão sobre a construção da Arquitetura voltada às necessidades práticas solicitadas por uma dada realidade em suas mais variadas escalas. Ressalta-se que, ao formular esta narrativa, foram elencadas iniciativas que emergiram na busca por informações, tendo-se plena consciência das omissões, porém considerando o levantamento concluído como um bom exemplo para avaliar os caminhos futuros da extensão na Faculdade de Arquitetura e urbanismo da UFPA.

³⁸ Informações repassadas por Ari Tomaz da Silva Filho (Diretor de Ensino Pesquisa e Extensão da FENEA na gestão 2009 - 2010) em 7 de outubro de 2011 à Dinah Tutya via *e-mail*.

³⁹ Em novembro de 2009 sob iniciativa de alunos da UFPA e UNAMA, criou-se o “Studio Orientado Modelo de Arquitetura” (SOMAR), porém não possuindo regimento interno, estatuto, bolsas e vínculo institucional de extensão. Os discentes envolvidos chegaram a fazer duas ações na cidade de Belém, onde pretendiam a partir do resultado destas, efetivar o projeto EMAU-FENEA junto a uma das instituições de ensino da qual faziam parte. Informações repassadas por Ari Tomaz da Silva Filho (Diretor de Ensino Pesquisa e Extensão da FENEA na gestão 2009 - 2010) em 7 de outubro de 2011 à Dinah Tutya via *e-mail*.



UM CURSO EM FORMAÇÃO

A possibilidade de trazer a superfície um quadro no qual se identificam pontos marcantes de uma trajetória de cinquenta anos de formação de profissionais é em si um momento de crise, no sentido de crítica, de possibilidade de renovação. O olhar atento para o passado permite identificar o muito que foi realizado, sempre balizado pelas condições materiais e ideológicas de cada época.

Na linha do tempo do Curso pode-se visualizar eventos como Encontros estudantis, criação do Escritório Acadêmico, mudança de sede e criação de um patrimônio institucional, premiações, mudanças no currículo, qualificação docente e criação de Laboratórios de pesquisa. Da estrutura institucional, o Curso de Arquitetura (CAUP), passa a compor a estrutura departamental pós-reforma junto com o Departamento de Arquitetura, depois de Arquitetura e Urbanismo, até tornar-se Faculdade, deixando o extramuros para integrar a Cidade Universitária, com prédio próprio a partir de 1980. Deste modo, o primeiro capítulo apresenta o processo de pesquisa, seus atores, as vicissitudes enfrentadas, bem como situa a trajetória física e acadêmica da formação em Arquitetura na Universidade Federal do Pará.

Da origem, a formação dos primeiros arquitetos tinha como base o pensamento modernista, com ênfase na ‘Escola Carioca’ de Lucio Costa, divulgada pelos textos de aula produzidos por Edgar Graeff. O destaque ao estudo da Composição Arquitetônica e a sempre presente controvérsia entre Arte e técnica transparece nas apostilas, documentos de uma geração. Porém, o modernismo aqui já se implantara pela produção dos engenheiros projetistas, a qual não era vista com bons olhos pelos professores arquitetos, que a consideravam de mau gosto, e hoje é valorizado como patrimônio arquitetônico. Contudo, nos mesmos anos 60 nos Estados Unidos arquitetos como Robert Venturi escreviam sobre a arquitetura kitsch de Las Vegas e apontavam seu potencial contra o Estilo Internacional. Os capítulos “Dos mosaicos às curvas: a estética modernista na arquitetura residencial de Belém” e “A primeira geração do Curso de Arquitetura” dão conta do panorama construído da cidade entre os anos 50 e 60 do século XX, apontando indicadores das tendências que influenciaram a produção da arquitetura no âmbito

da assimilação dos preceitos modernos, seja pelos engenheiros ou pelos arquitetos formados nas primeiras turmas. Cruzando obras construídas com os textos didáticos, mergulha-se no imaginário da época, ecoando vozes salvacionistas de libertação da cidade, envelhecida pelo peso do ornamento eclético.

Controvérsias a parte, a autoafirmação do Curso gerou a necessidade de uma identidade, amazônica, que se consolidou com a produção de alguns docentes, e culminou com a implantação do Curso de Especialização em Arquitetura nos trópicos, que veio a reforçar o interesse latente pela adequação climática e estética da arquitetura as peculiaridades locais. O capítulo “O debate regionalista na arquitetura paraense: entre o moderno e o vernáculo” destaca o contexto dos anos 80, que sinaliza para a necessidade de mudanças de paradigmas, via democrática, e pela libertação dos países latino-americanos em relação aos ditames da cultura global, e, nesse contexto nos encaixamos. Os paradigmas da arquitetura amazônica – palafita e casita californiana – influenciaram na produção arquitetônica, desde exemplos advindos de exercícios em sala de aula a pesquisa com materiais e técnicas unindo a tradição popular ao conhecimento tecnológico.

“O Curso de Arquitetura da UFPA e a Preservação do Patrimônio Arquitetônico” revela como as aulas de Donato Mello Junior em Arquitetura brasileira formaram as bases para a valorização do patrimônio arquitetônico do passado, tanto o erudito trabalho do italiano Landi quanto o valor das vernáculos Rocinhas. Nos anos 80 a consolidação do Trabalho de Conclusão de Curso propiciou estudos específicos sobre edificações históricas, que, ainda deficientes metodologicamente, sinalizaram o caminho os Cursos de Especialização de 1996 via Departamento de Arquitetura e Urbanismo e de 2005 via Fórum Landi, decisivos para a formação docente e profissional na área de preservação e restauro do patrimônio paraense. No final dos anos 80, surgem as primeiras pesquisas sobre arquitetura no Pará, destacando inicialmente o Eclétismo no século XIX, a Arquitetura pré-moderna do início do século XX, e iniciando estudos sobre as cidades coloniais na Amazônia, que abre caminho ao interesse em investigar a Arquitetura pombalina na Amazônia na segunda metade do século XVIII, recorte histórico selecionado pelo Fórum Landi, criado em 2003.

A formação do profissional arquiteto e urbanista foi paulatinamente sendo reforçada, até as alterações curriculares de 1991, quando o curso passa a adotar a denominação Arquitetura e urbanismo, e quando é realizado o Curso de Especialização em Urbanismo, com ênfase no Desenho Urbano e nos métodos da percepção, ampliando os debates acerca dos modos de

projetar e compreender a cidade, discussões fundamentais a produção científica do Curso. Em “Contribuições do Curso de Arquitetura para o Urbanismo regional” percebe-se a importância do ‘pensar’ a cidade, inicialmente como objeto de grandes planos nacionais e regionais, até atingir a escala do projeto, do desenho à escala humana.

Paralelamente as atividades de ensino, a partir dos anos 70 o Curso se integra, inicialmente através dos discentes, as atividades de extensão desenvolvidas pela Universidade. Sob a coordenação de professoras do Serviço Social, a equipe de Arquitetura foi tomando corpo nas ações do CRUTAC e do CEUTUR, dando visibilidade ao trabalho do profissional Arquiteto e permitindo o exercício prático aos alunos, em contato com comunidades urbanas e rurais. A criação do Escritório Acadêmico, depois Escritório modelo foi decisiva para o exercício discente e docente, em uma perspectiva de atuação social com possibilidade de desenvolvimentos de exercícios sempre renovados. Já nos anos 90 o Curso de Arquitetura integrou o projeto PARU, sendo esta uma das atividades mais contínuas da qual participaram professores e alunos do curso. Contrariando a impressão de que o Curso de Arquitetura teve pouco envolvimento com a extensão, a compilação realizada demonstra que a repercussão na sociedade tem sido permanente, de modo a favorecer a formação dos futuros arquitetos e urbanistas em sua tarefa social.

No início dos anos 2000, a renovação do corpo docente e a criação de espaços destinados a pesquisa, os Laboratórios da FAU, tornou possível o incremento desta atividade, bem como a aprovação do 1º Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Região Norte, em 2010. Portanto, percebe-se que o perfil de formação no Curso se alterou, ganhando maturidade quanto a investigação e a reflexão sobre a atividade profissional do arquiteto.

Após este passeio por temas de destaque na trajetória de 50 anos de formação de Arquitetos e urbanistas no Pará, que repercutiu na criação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), que congrega professores formados pelo CAU UFPA, bem como os muitos profissionais que passaram a difundir o conhecimento profissional do projeto e da reflexão teórica sobre o edifício e seu contexto representa contribuição inegável para o Estado e para a região Amazônica. Nada mais justo que celebrar esta data com um texto que contempla esboços de uma história, que deve ser permanentemente construída a partir da reflexão epistemológica e do zelo pela memória.

CARTA DE ATENAS

CURSO DE ARQUITETURA

DEPTO. DE PROJETOS

PUBLICAÇÃO Nº 1

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZÔNIA FELSÍNEA. Antonio José Landi: Itinerário artístico e científico de um arquiteto bolonhês na Amazônia do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

ARANTES, Otilia. Urbanismo em fim de linha e outros Estudos sobre o colapso da Modernização Arquitetônica. São Paulo: Edusp, 1998.

BRANDI, Cesare. Teoría de la restauración. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. O espaço alternativo: Vida e forma nas baixadas de Belém. Belém: EDUFPA, 2007.

DEL RIO, Vicente. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. São Paulo: Pini, 1990.

DERENJI, Jussara da Silveira. Óbidos. Caderno de Arquitetura 1. Belém: UFPA, 1997. 121p. (Série Arquitetura da Amazônia)

FERRARI, Célson. Curso de Planejamento Municipal Integrado: urbanismo. São Paulo: Pioneira, 1991.

FIGUEIREDO, A. M.; BRITTO, R. M.; LIMA, M. D. Pedra e Alma: 30 anos do IPHAN no Pará. Belém: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (PA), 2010.

FONSECA, M. C. L. A Pesquisa Histórica na promoção do Patrimônio. In: Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN/Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. A invenção da Universidade Federal do Pará In UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. UFPA 50 ANOS: Histórias e memórias. Belém, EDUFPA, 2007.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: estudo comparativo 1993/2004. João Pessoa: Ed. Universitária-UFPB, 2006.

FRAMPTON, Kenneth. Modern Architecture – a critical history. London: Thames & Hudson, 2000.

HEGEL, G. W. F. Curso de Estética – O Sistema das Artes. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Ações Institucionais. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/montarPaginaSecao.do?id=12138&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 22 de jul. 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Iphan completa 70 anos de proteção da memória brasileira. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.do?id=13496&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 22 de jul. 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Sobre a Instituição. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/montarPaginaSecao.do?id=11175&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 22 de jul. 2011.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar. In: GONZALES, Sueli *et al.* O espaço da cidade – contribuição à análise urbana. São Paulo: Projeto, 1985.

LA ROCQUE SOARES, Roberto de . Vivendas Rurais do Pará Rocinhas e outras (do século XIX ao XX). Belém: Fundação Cultural do Município de Belém, 1996.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEAL, Monsenhor. História de uma Igreja e Cercanias. Belém: s.n, 1969.

LEMOES, Carlos A.C. O que é Patrimônio Histórico. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MELO NETO, José Francisco de. Extensão Universitária: Uma Análise Crítica. João Pessoa: Editora Universitária, 2001.

MONTANER, Josep Maria. Arquitectura y crítica. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.

MOTTA, Lia. A apropriação do Patrimônio Urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global *In*: ARANTES, Antonio. O espaço da diferença. Campinas: Papius, 2000.

O CHALÉ DE FERRO Universidade Federal do Pará Inaugurado em 11 de janeiro de 1992. FADESP/ Universidade Federal do Pará. 1992. 18 p.

PARÁ. Secretaria Executiva de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Informar para preservar. v. 1. Belém, 2002.

ROLNIK, Raquel. Planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas. *In*: RIBEIRO, Luiz C. de Q.; SANTOS Jr, Orlando A. dos (orgs.). Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana - O futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil Anos 80. São Paulo: Projeto, 1998.

PERIÓDICOS

CAL, C. L. V.; MATOS, A. L. N. Arquitetura Residencial em Belém: dois momentos. Revista do Tecnológico, Belém, v. 3, n. 1, p. 1-10, jan./jun. 1991.

CAL, Carmen Lúcia Valério. Esboço da Evolução da Arquitetura Residencial em Belém, na primeira metade do século. Revista do Tecnológico, Belém, v. 2, n. 1, p. 65-79, jan./jun. 1989.

CARDOSO, Ana Claudia; VENTURA NETO, Raul. A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais. Cadernos Metropolis, São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 55-75, jan./jun 2013.

CARTA DE VENEZA. Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. Revista do Patrimônio. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. nº 22, 1987.

CHOAY, Françoise. O Reino do Urbano e a Morte da Cidade. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Espaço e Cultura, n. 18. São Paulo, mai. 1999.

COLQUHOUN, Alan. O conceito de regionalismo. Projeto nº 159, dez. 1992.

CONCURSO ÓPERA PRIMA 1991. Revista Projeto, nº 142, jun. 1991. p. 64-65.

DAMASCENO, Alberto; SANTOS, Émina; OLIVEIRA, Ney Cristina. A Política da Extensão como Pedagogia da Inclusão: a Universidade Despertada. Universo e Extensão, Belém, ano 1, n.1, 2008. Disponível em <<https://proex.ufpa.br>>. Acesso em 25 Nov. 2010.

DERENJI, Jussara. Modernismo na Amazônia - Arquitetura em Belém do Pará entre 1940 e 1970. Revista Projeto. São Paulo, v1, n. 192, dez. 1995.

ESPALLARGAS, Luis. Caraíba e Serra do Navio: a construção da cidade brasileira. Arq.urb n. 2, 2º sem. 2009. São Paulo: Universidade São Judas Tadeu, 2009.

KESSEL, Carlos. Vanguarda efêmera: Arquitetura neocolonial na Semana de Arte Moderna de 1922. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 30, p. 110-128, 2002.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. Revista CPC, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 16-40, nov. 2005/abr. 2006.

LIMA, José Julio; COSTA, Silvana. Análise comparativa das leis urbanísticas municipais quanto à regulação da verticalização em Belém. Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2014.

MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano? Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, 1997, Ano XI , 1 e 2, p. 113-130.

MENDES, José Ernandi; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. Extensão Universitária: Compromisso Social, Resistência e Produção de Conhecimentos. In: Interface: a journal for and about social movements, jan. 2009. Disponível em: <http://interfacejournal.nuim.ie/wordpress/wp-content/uploads/2010/11/Full-PDF-Issue-1_1.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2011.

OLIVEIRA, Raquel Diniz. Teoria e Prática da Restauração. Patrimônio: Lazer & Turismo, Minas Gerais, v. 6, n. 7, p. 75-91, jul./set. 2009.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. A História da Arquitetura Brasileira e a Preservação do Patrimônio Cultural. Revista CPC, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 41-74, nov. 2005/ abr. 2006.

PROJETO nº 156, ago. 1992, p.90.

SEGRE, Roberto. Arquitetura hispano-americana na mudança de Milênio. A globalização fragmentada: idioma comum, caminhos divergentes. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.036/683>>. Acesso em mai. 2003.

_____. O “real maravilhoso” (reflexo real e reflexo ideal da modernidade na cultura ambiental do novo mundo). AU Arquitetura e urbanismo, n. 8, out/nov 1986.

TRINDADE, Cristina. Projeto da UFPA Atua na Reforma Urbana. Jornal da Beira do Rio, Belém, 2003. Disponível em <<http://www.ufpa.br/beiradorio/novo/index.php/2003/96-edicao-6/916-projeto-da-ufpa-atua-na-reforma-urbana>>. Acesso em 3 jan. 2012.

TESES, DISSERTAÇÕES, MONOGRAFIAS, RELATÓRIOS E TRABALHOS ACADÊMICOS

AMÉRICO, Eliel; CARVALHO, Liene; FADUL, Heliana; FERREIRA, Iacimary. Configuração Urbana: área em estudo Conjunto Habitacional Panorama XXI e área de invasão Cabanagem. 1992. Trabalho de Disciplina (Curso de Especialização em Urbanismo). Universidade Federal do Pará, Centro Tecnológico, Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Belém, 1992.

BARCESSAT, Márcia *et al.* Arquitetura de Belém de 40 a 80. 1993. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Pará, Belém, 1993.

CAL, Carmen Lúcia Valério. História da Arquitetura no Pará – 3ª etapa: O Pré-moderno em Belém. Belém: [s. n.], 1992. Relatório parcial do projeto de pesquisa financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, 1992.

CHAVES, Celma. La ciudad del nuevo ecletismo (1930-1950) In: La arquitectura em Belém, 1930-1970: Uma modernización dispersa com lenguajes cambiantes. 2004. Tese (Doutorado). Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelon. Universidade Politécnica da Catalunha. Barcelona, 2004, p. 114-190.

COIMBRA DE OLIVEIRA, Janete Marília Gentil. Produção e Apropriação do Espaço Urbano: a Verticalização

em Belém, 1992. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 1992.

EIRÓ DA SILVA, Jorge Leal. Arquitextura dos afetos: esboços sobre desenhos de artistas-professores, 2014. 140 p. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

GOLDMAN, Carlos Henrique. A casa moderna em Porto Alegre: projetos residenciais de Edgar Albuquerque Graeff 1949 – 1961, 2003. 116 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GONÇALVES, Rosilene Ferreira. Universidade e Sociedade: faces da Extensão na UFPA. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. Os sentidos da preservação: história da arquitetura e práticas preservacionistas em São Paulo (1937-1983). 2010. 201 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.

MENDES, José Ernandi. Relação Universidade e Educação do Campo: Percalços e Perspectivas. In: Anais eletrônicos Encontro Observatório, III Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, III Seminário sobre Educação Superior e as Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro e I Encontro Internacional de Educação do Campo. Brasília: UNB, 2010. Disponível em: <<http://www.encontroobservatorio.unb.br/arquivos/artigos/240>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

MIRANDA, Cybelle Salvador. As fortalezas: arquitetura da fantasia. Imagens dos condomínios exclusivos de Belém. 2000. Belém, Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). NAEA/UFPA, 2000.

_____. Cidade Velha e Feliz Lusitânia: cenários do Patrimônio Cultural em Belém. 2006. 262 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

_____. Estudos de morfologia e Imagem para o bairro do Jurunas-PA: o caso da reestruturação do canal da Timbiras. 1997. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

SANTANA, Joana Valente; PERDIGÃO, Ana Kláudia. Participação dos Moradores na Produção Habitacional: Análise da Área CDP. 2011. Buenos Aires. In: Anais eletrônicos do X Congresso Argentino de Antropologia Social. Buenos Aires: UBA, 2011. Disponível em <<http://www.xcaas.org.ar/grupostrabajosiones.php?eventoGrupoTrabajoCodigoSeleccionado=GT26>>. Acesso em 2 jan. 2012.

SANTA ROSA, Stélio Saldanha. Cobertura cerâmica na contemporaneidade arquitetônica. Igreja de Fátima, Belém do Pará. 2007. 142 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, Ana Rita Sá dos. As Vertentes da Arquitetura Amazônica na produção do arquiteto Milton Monte. 1994. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Pará, 1994.

TOSTES, José Alberto; RAMOS, Ronaldo; MATOS, Edvaldo; Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Pará. Belém, 1988. 117 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura). Centro Tecnológico. Universidade Federal do Pará, 1988.

TRINDADE, Elna Maria Andersen. Palácio de Landi: uma trajetória estilística. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Belas Artes/ Universidade Federal do Pará, Departamento de Artes. Belém, 2003. 2 v.

LEGISLAÇÃO, RELATÓRIOS E PUBLICAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

BELÉM, Prefeitura Municipal. Lei nº 6.307 de 3 de abril de 1967.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão de Universidades Públicas. Documento Final. Brasília, 1987.

BRASIL. Decreto nº 70.997, de 17 de agosto de 1972. Concede reconhecimento aos cursos de Administração Física, Arquitetura, Geologia e Biblioteconomia - UFPA. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, ago. 1972.

DOCUMENTOS

Universidade Federal do Pará (UFPA)

A COMPOSIÇÃO da Arquitetura e o Ensino. [196-?]. Apostila da disciplina Teoria da Arquitetura e do Planejamento do Curso de Arquitetura da Universidade do Pará. 4 f. (Curso de Adaptação Profissional de Arquitetura - Universidade do Pará)

A EXTENSÃO universitária. Informativo PROEX, Belém, 1985. p.4.

A TEORIA até fins do século XIX. [196-?]. Apostila da disciplina Teoria da Arquitetura e do Planejamento do Curso de Arquitetura da Universidade do Pará. 4 f. (Curso de Adaptação Profissional de Arquitetura - Universidade do Pará)

BIBLIOGRAFIA Recomendada. [196-?]. (Publicação, n. 3). Apostila do Departamento de Projetos do Curso de Arquitetura da UFRGS. 3 f. (Curso de Adaptação Profissional de Arquitetura - Universidade do Pará)

CIDADE Medieval. [196-?]. (Publicação, n. 3). Apostila do Departamento de Projetos do Curso de Arquitetura da

UFRGS. 4 f. (Curso de Adaptação Profissional de Arquitetura - Universidade do Pará)

CONCEITUAÇÃO geral de Arquitetura: Ponto nº I. 1964. Notas da disciplina Introdução à Arquitetura do Curso de Arquitetura da Universidade do Pará. 8 f. (Curso de Adaptação Profissional de Arquitetura - Universidade do Pará)

ESCRITÓRIO MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO. Relatório e proposta de intervenção nas aldeias Gavião e Suruí. Belém, 1999.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. Capítulo 4 - Meios de Composição. *In*: Apostilas do curso de Especialização em Arquitetura nos Trópicos. Belém, 1986.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. CARTA de Atenas. [196-?]. (Publicação, n.1). Apostila da disciplina Introdução à Arquitetura II do Departamento de Arquitetura da UFRGS. 9 f. (Curso de Adaptação Profissional de Arquitetura - Universidade do Pará)

IPEA – NAEA – DAU/UFPA. Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano. Relatório n. 2, Belém, jul. 1997.

LA ROCQUE SOARES, Roberto de. A Arquitetura e a Comunidade. Belém, 1964. 4 f. Trabalho apresentado à disciplina Introdução à Arquitetura do Curso de Arquitetura da Universidade do Pará. (Curso de Adaptação Profissional de Arquitetura - Universidade do Pará)

LA ROCQUE SOARES, Roberto de. Comentário sobre o livro “Notas à Teoria da Arquitetura”, de Miguel Badra Jr. [196-?]. Trabalho apresentado à disciplina Teoria da Arquitetura do Curso de Arquitetura da Universidade do Pará. 4 f. (Curso de Adaptação Profissional de Arquitetura - Universidade do Pará)

LA ROCQUE SOARES, Roberto de. O planejamento de uma cozinha. [196-?]. Trabalho apresentado à disciplina Introdução à Arquitetura do Curso de Arquitetura da Universidade do Pará. 13 f. (Curso de Adaptação Profissional de Arquitetura - Universidade do Pará)

LA ROCQUE SOARES, Roberto de. Obstáculos Sociológicos. [196-?]. Trabalho apresentado à disciplina do Curso de Arquitetura. [S.l.]. (Curso de Adaptação Profissional de Arquitetura - Universidade do Pará)

MELLO JUNIOR, Donato. Clima e Arquitetura Residencial no Pará. Belém, 1966. 2 f. Roteiro de trabalho da disciplina Arquitetura no Brasil do Curso de Arquitetura da Universidade do Pará. (Curso de Adaptação Profissional de Arquitetura - Universidade do Pará)

O SETOR dentro do quadro geral do curso. 3º semestre, 1965. Plano da disciplina Teoria da Arquitetura e do Planejamento do Curso de Arquitetura da Universidade do Pará. 5 f. (Curso de Adaptação Profissional de Arquitetura - Universidade do Pará)

TEORIA da Composição: Composição de Arquitetura e Composição Arquitetônica [196-?]. Apostila da disciplina Teoria da Arquitetura e do Planejamento do Curso de Arquitetura da Universidade do Pará. 3 f. (Curso de Adaptação

Profissional de Arquitetura - Universidade do Pará)

TEORIA da Composição: Elaboração do Projeto [196-?]. Apostila da disciplina Teoria da Arquitetura e do Planejamento do Curso de Arquitetura da Universidade do Pará. 7 f. (Curso de Adaptação Profissional de Arquitetura - Universidade do Pará)

TEORIA da Composição: Elaboração do Projeto. [196-?]. Apostila do Setor de Introdução à Arquitetura do Curso de Arquitetura da Universidade do Pará. 7 f. (Curso de Adaptação Profissional de Arquitetura - Universidade do Pará)

TEORIA Geral: Conceito de Arquitetura [196-?]. Apostila da disciplina Introdução à Arquitetura do Curso de Arquitetura da Universidade do Pará. 5 f. (Curso de Adaptação Profissional de Arquitetura - Universidade do Pará)

TEORIA Geral: Conteúdo dos programas arquitetônicos e estrutura social. [196-?]. Apostila da disciplina Teoria da Arquitetura e do Planejamento do Curso de Arquitetura da Universidade do Pará. 10 f. (Curso de Adaptação Profissional de Arquitetura - Universidade do Pará)

TEORIA Geral: Programa Arquitetônico [196-?]. Apostila da disciplina Teoria da Arquitetura e do Planejamento do Curso de Arquitetura da Universidade do Pará. 5 f. (Curso de Adaptação Profissional de Arquitetura - Universidade do Pará)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Centro Tecnológico. Colegiado do Curso de Arquitetura. Atas das reuniões realizadas entre 23 mar. 1973 e 14 nov. 1990. Livro 1, 80 f.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Centro Tecnológico. Departamento de Desenho e Arquitetura. Atas das reuniões realizadas entre 25 abr. 1974 e 27 jun. 1975. Livro 1, 38 f.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Centro Tecnológico. Departamento de Arquitetura. Atas das reuniões realizadas entre 01 out. 1975 e 25 out. 1989. Livro 1, 146 f.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Centro Tecnológico. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Ata das reuniões realizadas entre 7 out. 1992 e 24 nov. 1999. Livro 1.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Centro Tecnológico. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Ata das reuniões realizadas entre 26 jan. 2000 e 23 nov. 2006. Livro 2.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Centro Tecnológico. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Ata das reuniões realizadas entre 18 jan. 2007 e 30 mai. 2007. Livro 3.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Centro Tecnológico. Departamento de Arquitetura. Ata das reuniões realizadas entre 10 jan. 1990 e 16 mar. 1993. Livro 2, 29 f.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. Resolução nº 62, de 9 de dezembro de 1971. Define o Currículo Pleno do Curso de Graduação em Arquitetura, na forma da Resolução nº

3/69, do Conselho Federal de Educação. Belém, 9 dez. 1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. Resolução nº 391, de 10 de janeiro de 1977. Altera a Resolução nº 62, de 09.12.71 que define o Currículo Pleno de Graduação em ARQUITETURA, na forma da Resolução nº 3 de 28 de junho de 1969 do Conselho Federal de Educação. Belém, 10 jan. 1977.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Universitário. Resolução nº 11 de 23 de dezembro de 1963. Disciplina a realização dos Concursos de Habilitação à matrícula na 1ª série dos Cursos Universitários para o ano de 1964. Publicado no D.O. nº 20.230 de 28 de dezembro de 1963.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Instituto de Tecnologia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Atas das reuniões realizadas entre 5 jul. 2007 e 17 jun. 2011. Livro 1.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Resolução nº 1.307, de 11 de novembro de 1985. Aprova o Curso de Especialização em Arquitetura nos Trópicos. Belém, 13 fev. 1986.

VERÍSSIMO, Hélio Oliveira. Depoimento do Arqº HÉLIO OLIVEIRA VERÍSSIMO, sobre “A Fundação e Início das atividades do Curso de Arquitetura da UFPA” por solicitação do Arqº ANTONIO PAUL DE ALBUQUERQUE. 6 f. 3 nov. 1980. Mimeografado.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará (CREA-PA)

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHERIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA. SEÇÃO PARÁ. Boletim Informativo do CREA. out/nov/dez 1980. p. 4.

JORNAIS

A província do Pará, Pará

CURSO sobre Tecnologia da Arquitetura na Universidade. A Província do Pará, 10 nov. 1982.

O Liberal, Pará

FESTA para reinaugurar Matriz. O Liberal, Belém, 25 nov. 1979. p.15.

Jornal do Tecnológico – UFPA, Pará

JORNAL DO TECNOLÓGICO. n. 3, Belém, mar./abr. 1987. p. 2. (Curtas)

JORNAL DO TECNOLÓGICO. n. 7, Belém, abril 1988.

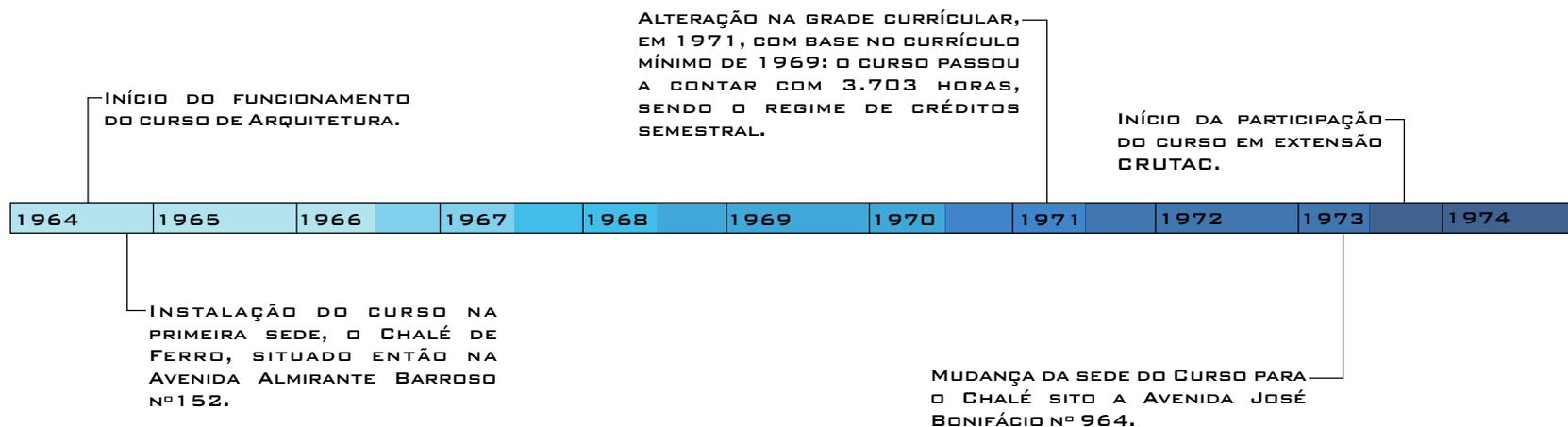
JORNAL DO TECNOLÓGICO. n. 9, Belém, nov. 1988.

JORNAL DO TECNOLÓGICO. n. 10, Belém, dez. 1988.

JORNAL DO TECNOLÓGICO. n. 12. Belém, set. 1989.

ESCRITÓRIO acadêmico de arquitetura. Jornal do Tecnológico. Informes do C.A., Belém, 1985.
Mural, p.8.

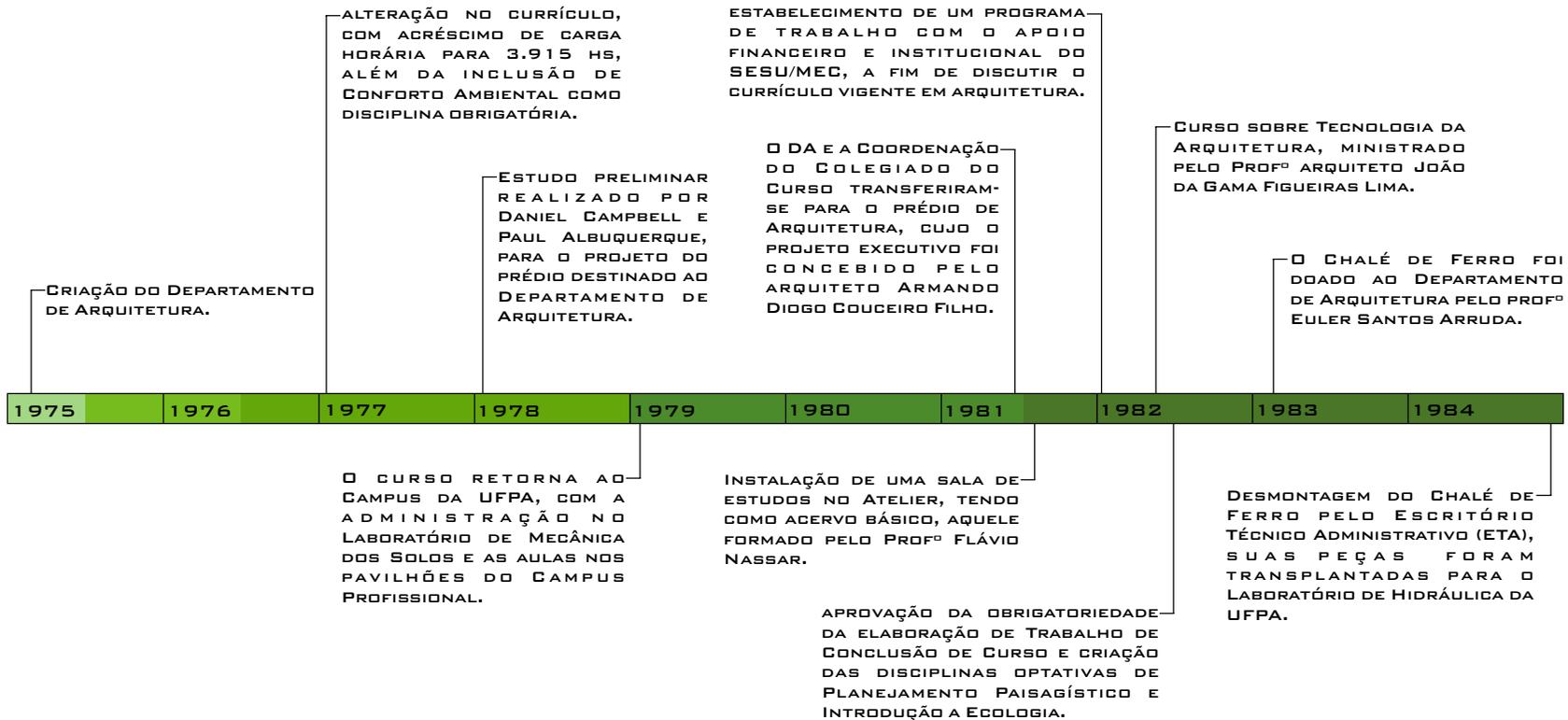
LINHA DO TEMPO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO 1964 - 1974



LEGENDA		
CC: COORDENADORES DO CURSO CD: CHEFES DE DEPARTAMENTO	■ CC: ALFREDO BONEFF (1967/1968)	■ CC: LUIS FERNANDO ALENCAR (1971/1973) CD: PAULO SERGIO RODRIGUES CAL (1972/1973)
■ CC: ALMILCAR MONTENEGRO DE FREITAS (1964/1966)	■ CC: ANTONIO PAUL DE ALBUQUERQUE (1968/1970)	■ CC: SALOMÃO PINTO VICE: HÉLIO VERÍSSIMO (1973/1974)
■ CC: ENIO WOLF LIVI (1966/1967)	■ CC: JORGE DERENJI (1970/1971)	■ CC: OMIR CORREA ALVES (1974)

DESIGN DA LINHA DO TEMPO CRIADO POR:
BIANCA BARBOSA DO NASCIMENTO

LINHA DO TEMPO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO 1975 - 1984



LEGENDA

CC: COORDENADORES DO CURSO
CD: CHEFES DE DEPARTAMENTO

CD: JOÃO MESSIAS DOS SANTOS FILHO
SUB: PHILADELPHO MACHADO E CUNHA/
EDMAR PENA DE CARVALHO (1974/ 1975)
CC: RUY DA SILVA NAVEGANTES
(1974/1979)

CD: JORGE DERENJI
SUB: PAUL ALBUQUERQUE (1975/1976)

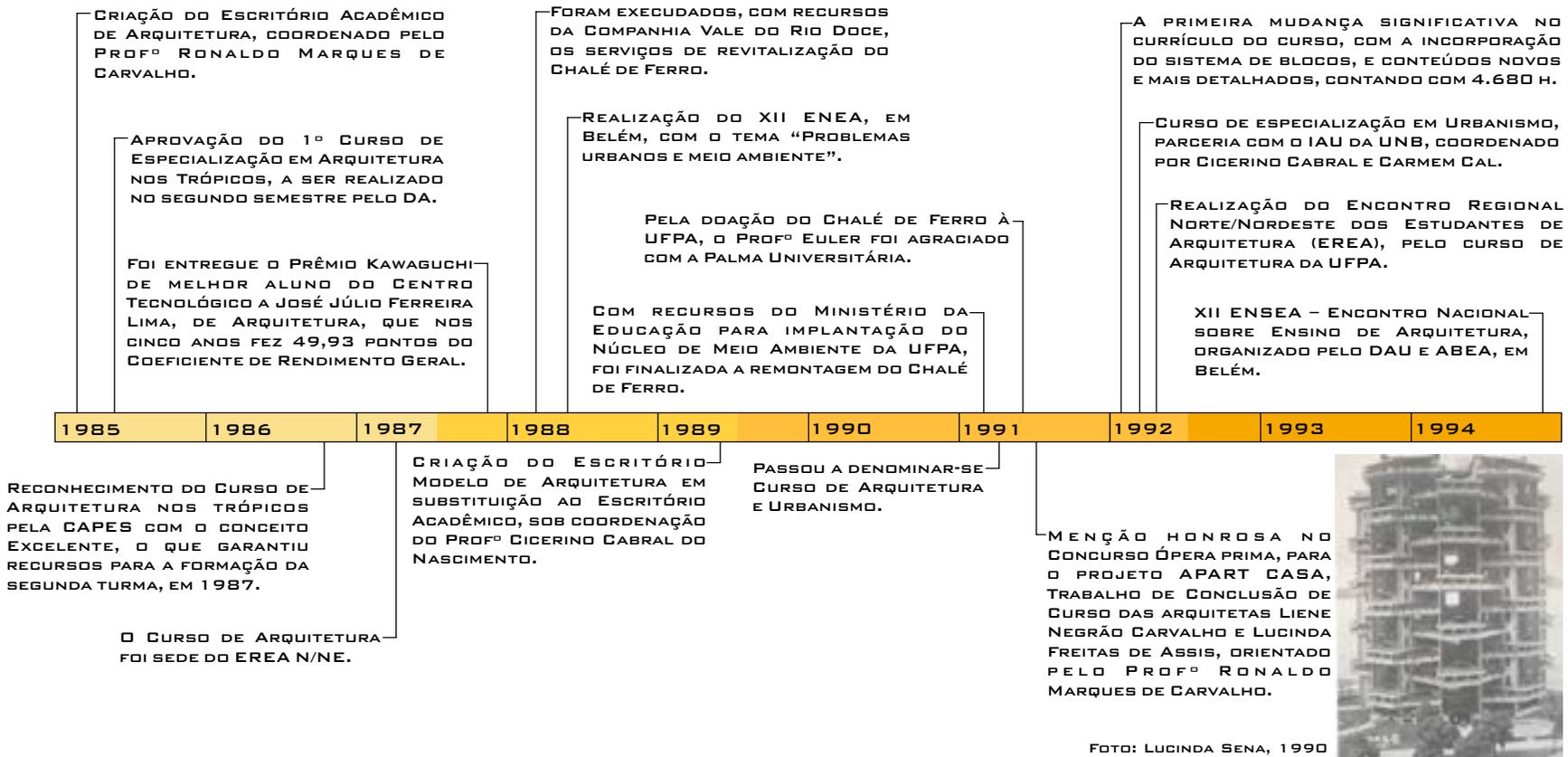
CD: ANTONIO PAUL DE ALBUQUERQUE
SUB: LUIS FERNANDO ALENCAR
(1976/1978)

CD: ANTONIO PAUL DE ALBUQUERQUE
SUB: FREDERICO CHAVES (1979/1981)
CC: ALBERTO RUBIN (1979/1981)

CD: CICERINO CABRAL (1981/1985)
CC: JOSÉ ANDRADE RAYOL (1981/1985)

DESIGN DA LINHA DO TEMPO CRIADO POR:
BIANCA BARBOSA DO NASCIMENTO

LINHA DO TEMPO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO 1985 - 1994



LEGENDA		
<p>CC: COORDENADORES DO CURSO CD: CHEFES DE DEPARTAMENTO</p> <p> CD: CARMEN LÚCIA VALÉRIO CAL SUB: JUSSARA DERENJI (1985/1987) CC: FLÁVIO NASSAR (1985)</p>	<p> CD: RONALDO MARQUES DE CARVALHO SUB: FREDERICO CHAVES (1987/1989) CC: FERNANDO LUIS DE SOUSA PESSOA (1987)</p> <p> CD: CARMEN LÚCIA VALÉRIO CAL SUB: JOSÉ DANIEL CAMPBELL PENNA (1989/1992) CC: PAULO LIMA (1989/1990) REINALDO JANSEN (1990/1993)</p>	<p> CD: CARMEM CAL SUB: JORGE DERENJI (1992/1994) CC: REINALDO JANSEN (1993/1995)</p>

DESIGN DA LINHA DO TEMPO CRIADO POR:
BIANCA BARBOSA DO NASCIMENTO

LINHA DO TEMPO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO 1995 - 2004

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PRESERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO. COORDENADO PELA PROF^A JUSSARA DA SILVEIRA DERENJI.

ENTRA EM VIGOR UMA NOVA ESTRUTURA BASEADA NAS DIRETRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO, CONSOLIDANDO AS MODIFICAÇÕES QUE JÁ VINHAM EM ANDAMENTO DESDE 1991.

HOMENAGEM: AUDITÓRIO DO ATELIER "PROF^O JOSÉ DANIEL PORTUGAL CAMPBELL PENNA", SALA DOS PROFESSORES "PROF^O JORGE DERENJI", BIBLIOTECA SETORIAL "JOSÉ SIDRIM".

ASSINATURA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE COHAB E O FAU, VISANDO O INTERCÂMBIO NO DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

INÍCIO DO MESTRADO INTERINSTITUCIONAL UFRJ/UFGA/UNAMA, QUE OBJETIVOU A QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES DA FAU.

FORMAÇÃO DO SEMINÁRIO 'ESTUDOS LANDI', EMBRIÃO DO FÓRUM LANDI, ALÉM DO REGISTRO DA COOPERAÇÃO COM A UNIVERSIDADE DE FLORENÇA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE RESTAURAÇÃO DA IGREJA DE SANTANA.



RATIFICAÇÃO DA VINCULAÇÃO DA ARQUITETURA AO INSTITUTO DE TECNOLOGIA, COMO FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO.
FOTO: BIANCA BARBOSA, 2015.



CELEBRAÇÃO DOS 40 ANOS DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO.

FOTO: CARIMBO COMEMORATIVO AOS 40 ANOS DO CURSO DE ARQUITETURA, DESIGN GRÁFICO DE JAIME BIBAS.

LEGENDA

CC: COORDENADORES DO CURSO
CD: CHEFES DE DEPARTAMENTO

CD: ALBERTO RUBIM
SUB: RONALDO CARVALHO (1994/1998)
CC: PAULO LIMA (1995/1997)

CD: DANIEL CAMPBELL
SUB: CELMA CHAVES (1998/2002)
CC: INFORMAÇÃO INDISPONÍVEL.

CD: JOSÉ JULIO LIMA
SUB: FABIANO HOMOBONO (2002/2004)
CC: ANA CLÁUDIA CARDOSO (2002/2004)

DESIGN DA LINHA DO TEMPO CRIADO POR:
BIANCA BARBOSA DO NASCIMENTO

LINHA DO TEMPO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO 2005 - 2010

O CAU UFPA PASSOU A INTEGRAR PELA PRIMEIRA VEZ O CIRCUITO DE EXPOSIÇÕES DO CONCURSO ÓPERA PRIMA, E O CURSO FOI CONTEMPLADO COM MENÇÃO HONROSA PARA O PROJETO "BIBLIOTECA PÚBLICA EM BELÉM", DE AUTORIA DO DISCENTE FERNANDO ANDRADE DOS SANTOS E ORIENTADO PELO PROFº HOMOBONO.



DESENHO: FERNANDO JOSÉ ANDRADE DOS SANTOS, 2005

ESPECIALIZAÇÃO EM INTERPRETAÇÃO, PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO DE ANTÔNIO JOSÉ LANDI. COORDENADO PELA PROFª ELNA MARIA ANDERSEN TRINDADE.

APROVAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE DE AUTORIA DO PROFº LUIZ DE JESUS DIAS DA SILVA.

APROVAÇÃO DA REEDIÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE PARA O ANO DE 2010.

ENTREGA DO PRÊMIO KAWAGUCHI DE MELHOR ALUNA DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA A AKO TSUKUI.

2005

2006

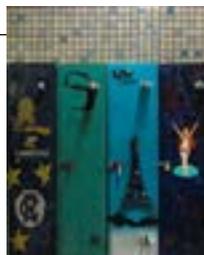
2007

2008

2009

2010

ENTREGA DO PRÊMIO KAWAGUCHI DE MELHOR ALUNA DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA A LEILA DA SILVA OLIVEIRA.



criação dos primeiros laboratórios de pesquisa e extensão da FAU.

FOTO: BIANCA BARBOSA, 2015.

APROVAÇÃO PELA CAPES DO MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO, VINCULADO AO INSTITUTO DE TECNOLOGIA.

ENTREGA DO PRÊMIO KAWAGUCHI DE MELHOR ALUNA DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA A BRENA TAVARES BESSA.

LEGENDA

CC: COORDENADORES DO CURSO
CD: CHEFES DE DEPARTAMENTO
DF: DIRETOR DA FACULDADE

CD: JOSÉ JULIO LIMA (2004/2006)
CC: ANA CLÁUDIA CARDOSO
VICE: RONALDO MARQUES DE CARVALHO (2004/2006)

CD: RONALDO MARQUES DE CARVALHO (2006/2007)
CC: IRVING MONTANAR FRANCO (2006/2007)

DF: RONALDO MARQUES DE CARVALHO
VICE: IRVING FRANCO (2007)

DF: RONALDO MARQUES DE CARVALHO
VICE: DINA OLIVEIRA (2008/2010)

DESIGN DA LINHA DO TEMPO CRIADO POR:
BIANCA BARBOSA DO NASCIMENTO

OS AUTORES

Ronaldo Marques de Carvalho é Arquiteto e Urbanista, Mestre em Arquitetura pelo PROARQ/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Engenharia de Recursos Naturais pelo PRODERNA/Universidade Federal do Pará. Professor Associado I na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFPA) e pesquisador associado ao Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (FAU-UFPA).

Cybelle Salvador Miranda é Arquiteta e Urbanista, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA) e Doutora em Antropologia (UFPA). Professor Adjunto IV do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UFPA). Coordena o Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural.

Dinah Reiko Tutyia é Arquiteta e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPA) na linha de Patrimônio, Restauro e Tecnologia. Professora substituta do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá e do Centro de Ensino Superior do Amapá.

